

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Celia Maria Marcondes Ferraz Silva

Por uma Psicologia Social Brasileira: Sílvia Tatiana Maurer Lane

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Celia Maria Marcondes Ferraz Silva

Por uma Psicologia Social Brasileira: Sílvia Tatiana Maurer Lane

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia Social sob orientação da Professora Doutora Maria do Carmo Guedes.

SÃO PAULO

2012

Banca examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai que não viveu o suficiente para me ver doutora.

Agradecimentos

Primeiramente agradeço à orientação da Professora Maria do Carmo Guedes pelas inúmeras conversas, revisões, ideias e sugestões que me permitiram concluir esta tese com orgulho pelo trabalho apresentado. Sem ela eu não teria chegado até aqui, sendo infinito, o meu reconhecimento.

Agradeço às três Professoras presentes no exame de qualificação, Bader Sawaia, Mitsuko Antunes e Sueli Terezinha Martins que com a pertinência das críticas e sugestões me ajudaram a dar maior consistência e conteúdo à tese.

Agradeço aos queridos Júlia Calderazzo e Renato Silva, alunos de Iniciação Científica que me apoiaram na pesquisa documental e sem os quais eu não teria conseguido examinar todos os documentos.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social com os quais aprendi lições que levo comigo pela vida afora.

Agradeço aos colegas do NEHPSI não só pelo convívio encantador como às contribuições ao projeto.

Não poderia terminar sem falar de Silvia Lane, tema desta tese, minha saudosa orientadora do começo do Mestrado. Professora inesquecível que me aceitou na PUC, me ensinou lições importantes, me orientou nos tempos árdios do começo do Mestrado. Agradeço a ela por ter documentado sua passagem pela vida e me inspirado nesse trabalho o qual pretendia a ela dedicar. Mas, a mesma vida que tramou sua morte no início do meu percurso, levou o meu pai dois meses antes da defesa e, era ele a pessoa que nesse mundo mais me incentivava a ter um título de doutor. Espero que os dois conversem no outro plano caso não concordem com a minha escolha.

Resumo

Nosso propósito ao elaborar esta tese é contribuir com o estudo da Psicologia Social no Brasil, mostrando que Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) teve importância relevante na formulação das bases teóricas de uma Psicologia Social Brasileira, adotada por psicólogos sociais, professores e pesquisadores. A atividade docente foi fundamental para a formação do pensamento da intelectual respeitada, tendo se desenvolvido por meio de uma postura crítica, permanente, à psicologia social de influência americana e aos métodos tradicionais de ensino. A PUC de São Paulo, instituição na qual trabalhou durante quarenta anos, proporcionou à Silvia um ambiente de liberdade intelectual que favoreceu o seu trajeto.

Escolhemos para estudar a autora um caminho ainda não trilhado por outros pesquisadores que falaram a respeito da ilustre professora, conduzindo a nossa pesquisa, em especial, a partir dos documentos pessoais encontrados no acervo deixado na PUC de São Paulo sob a guarda do Núcleo de Estudos em História da Psicologia-NEHPSI, além de livros, entrevistas e biografias escritas por outros autores. A análise do percurso de Silvia nos mostrou conexões importantes entre o seu trabalho e o contexto sócio-histórico e revelaram o prestígio da professora no Brasil e no exterior.

Para o estudo das ideias, tomamos por base um texto ainda não publicado, denominado: “Caminhos percorridos”, escrito pouco tempo antes da sua morte e cuja finalidade era preparar uma coletânea dos seus textos, publicados ou não, mas de difícil acesso. A leitura nos permitiu entender a estrutura dada por ela ao seu próprio pensamento. Constatamos que a psicologia da linguagem, as bases teóricas para formulação de uma psicologia social brasileira, a psicologia comunitária, o processo grupal e a mediação emocional são temas que estão presentes ao longo de toda a obra, gerando pesquisas, textos, cursos e apresentações, recebendo ao longo do tempo, novos olhares e releituras que fizeram avançar a compreensão dos temas. A obra não se encerra com a sua morte, deixando espaço para novos estudos e textos a serem produzidos.

Palavras Chave: Acervo, Psicologia da Linguagem, Psicologia Social brasileira, psicologia Comunitária, Processo Grupal, Mediações Emocionais.

Abstract

The subject for the present project is to contribute for the history of the Social Psychology in Brazil showing that Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) has an important contribution for the theoretical propositions concerning the Brazilian social psychology that was adopted for other social psychologists, professors and social scientists. To work as a professor has a key influence for Silvia's thoughts and ideas. She has often been criticism of the psychology with American influence, as well as in relation to the classic methods of teaching in Brazil. The PUC-SP institution where she works for forty years provides her a freedom and an open environment that enhance her way.

In order to study Silvia's publications and live had been used personal documents, books, interviews and biographies made by other authors. The personal documents found in the Núcleo de Estudos em História da Psicologia-NEHPSI give us an important contribution for our conclusions and show her strong image as a professor and scientist in Brazil and abroad. The analysis of Silvia's productions demonstrates a strong relationship among the socio historic environment and her ideas over the course of lifetime work.

In order to analyze Silvia's thoughts and ideas has a key importance a non-edit text named "My way" wrote before her death with the intention to prepare a book with a collection of writings published or not, which ones was difficult to achieve. This text allows us to understand the structure given by her to her own thoughts. We discovered that the language psychology, the theoretical bases for a Brazilian social psychology, the community psychology, the studies concerning the process to become a group and the emotional mediation, represents subjects that have been present throughout the course of her life's generating researches, texts, courses and presentations. Time pass and new views and considerations have been added to these themes. The work was not finished before her death living space for other texts and studies in future.

Key words: Personal files, language psychology, Brazilian social psychology, community psychology, become a group process, emotional mediation.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 1 O Método de Pesquisa.....	23
Capítulo 2 O contexto sócio histórico que permeou o percurso de Silvia.....	27
1. Brasil: desenvolvimento e desigualdade.....	27
2. As formas tradicionais de dependência externa	37
3. A 2ª Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Revolução Cubana.....	43
4. O golpe militar de 1964.....	47
5. A reforma na PUC de São Paulo.....	59
6. Os terríveis anos 1970 e a abertura dos anos 1980.....	66
7. Eleições diretas, Plano Real e o PT no Poder.....	75
Capítulo 3 A obra de Silvia Lane.....	80
1. Psicologia da linguagem.....	80
2. Psicologia Social	88
3. Psicologia Comunitária.....	108
4. O processo Grupal.....	112
5. A mediação Emocional.....	123
Conclusões.....	131
A intelectual.....	131
A professora.....	139
A pessoa.....	141
Referências Bibliográficas.....	143
Anexos.....	150
Notas.....	154

INTRODUÇÃO

Nosso propósito, ao elaborar esta tese, é contribuir com o estudo da psicologia social no Brasil, apresentando as realizações de Silvia Tatiana Maurer Lane (1933-2006) que foi professora, pesquisadora do Instituto de Psicologia, diretora da Faculdade de Psicologia, co-fundadora e coordenadora do Programa de pós-graduação em psicologia social e vice-reitora acadêmica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ao longo do período que vai de 1965 até 2006, quando faleceu. Certamente, outros pesquisadores falaram sobre a pessoa e sobre a obra da ilustre professora. Contudo, escolhemos um caminho ainda não trilhado pelos demais, conduzindo nossa pesquisa recorrendo, em especial, ao acervo de documentos pessoais deixados por Silvia na PUC de São Paulo.

O primeiro passo foi buscar, na literatura, elementos que pudessem validar a pesquisa em um conjunto de documentos pessoais como caminho válido para um trabalho científico. A seguir, tivemos que superar a dificuldade para analisar o acervo e buscar acrescentar novos elementos ao estudo das ideias e contribuições de Silvia Lane para a psicologia. Falaremos do Método de Pesquisa no capítulo 1.

A história do presente não é um interesse novo entre os historiadores e cientistas sociais. Sá (2007) ressalta que foram vários os autores na historiografia ocidental que se dedicaram a relatar os fatos do seu tempo vivido, tais como Heródoto (485 a.C- 430 a.C), Tucídides (460 a.C- 400C) e Tocqueville (1805-1859). Com as ideias do positivismo no século XIX, a história ficou circunscrita à interpretação de um passado distanciado do presente. Foi Benedetto Croce (1866-1952) que deu início à revisão das relações entre história e presente, considerando que a história é sempre contemporânea. Também na França, com a revolução historiográfica empreendida pela Escola dos *Annales*, a partir de 1929, o contemporâneo encontrou um lugar legítimo na história, embora inicialmente presente com maior relevância no trabalho dos cientistas sociais.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a comunidade de historiadores começou a aceitar a história recente como campo dos estudos históricos. Para Sá (2007), a ideia de uma história do tempo presente é um conceito em construção e expressa uma história também em construção, elaborada por aqueles que testemunharam os acontecimentos do seu tempo e, apesar das limitações, souberam analisar os fatos no calor dos próprios fatos.

Prosseguindo com Sá (2007), podemos dizer que a relação entre história e memória constitui-se em permanente reflexão para o historiador preocupado com o mundo contemporâneo, uma vez que os fatos estudados no tempo presente encontram-se, muitas vezes, na memória de pessoas que construíram e viveram os fatos, por vezes, impregnados das emoções de quem vive e ao mesmo tempo escreve sobre os fatos.

Escrever sobre a história nos remete a pesquisar em arquivos. São vários os autores que consideram a arquivologia um corpo teórico ainda em consolidação. Jenkinson(1994) e Duranti (1965) consideravam como fonte de pesquisa histórica apenas os arquivos administrativos. Schellenberg (2002) defende uma postura ainda mais radical, afirmando que somente os documentos de guarda permanente deveriam servir de base para a pesquisa acadêmica. Assim sendo, os arquivos gerados por pessoas ou famílias, fora do exercício de atividades de caráter administrativo, não teriam valor relevante e não representariam fonte de referência para a pesquisa histórica.

Segundo Brozek (1998), a história dos documentos de arquivos constitui um importante suplemento de pesquisa para a história da psicologia e a existência nos arquivos de correspondência entre autores e cientistas contém referências relevantes sobre esses mesmos autores. Por exemplo, nos arquivos da história da psicologia americana localizados em Akron (Ohio), encontram-se cartas trocadas entre J.B.Watson (1878-1958), K.S.Lashley (1890-1958) e R.M.Yerkes (1876-1956), mencionando as idéias de I.P.Pavlov (1849-1936) .

Ainda segundo Brozek (1998), a palavra *psychologia* ou *psichologia*, aparece pela primeira vez utilizada pelo humanista Marcus Marulus (1450-1524), num tratado sobre Psicologia e suas estimativas apontam sua publicação na segunda década do século XVI. Pois bem, o livro desapareceu durante a epidemia de peste que atingiu Split (Spalato, em italiano). O principal documento que dá conta da existência do livro é a biografia de Marulus, escrita por Franciscus Natalis (1760-1797). Brozek (1998) examinou os manuscritos da biografia em Split e Zagreb na Croácia, em Budapest na Hungria, e em Veneza na Itália. Em cada um deles a palavra *psychologia* estava grafada de uma forma diferente. A conclusão de Brozek(1998) é que a nova palavra criava dificuldade para os copiadorees. Nos arquivos da Academia Iugoslava de Ciências e Artes, alguém decidiu não escrever a palavra e deixar um espaço em branco. E, em algum momento posterior, outra pessoa preencheu o espaço em branco com a palavra *ethologia*, mudando de forma significativa o sentido do texto. Como se pode observar, a análise dos documentos dos arquivos permite recuperar fragmentos da história onde o documento foi constituído.

Discorrendo sobre a metodologia de pesquisa em arquivos, Brozek(1998) menciona que Asch(1979) estudou a história da teoria da *Gestalt* por meio de documentos, numerosos em quantidade e ricos em conteúdo e que estão espalhados pela Europa e Estados Unidos. Juntar estes fragmentos do pensamento de Kofka (1886-1941), Köller (1887-1967) e Wertheimer (1880-1943) para entender a construção da teoria da *Gestalt*, foi para ele uma árdua tarefa, mas, os resultados são altamente recompensadores. Para Asch (1979) apud Brozek (1998), a compreensão de algo tão importante como a teoria da *Gestalt* não pode se basear apenas nos livros publicados pelos três eminentes autores acima citados. Uma variedade maior de documentos impressos ou manuscritos, publicados ou não, cartas trocadas à época, amplia de forma significativa a compreensão do tema.

Rodrigues (2006), apoiando-se em Cook (1997), considera que todos os arquivos, pertencentes a pessoas, famílias ou instituições, são atos do seu criador, seja de uma pessoa ou de uma coletividade, entidade pública ou privada. Além disto, o arquivo deveria ser considerado para além da sua materialidade e os documentos como provas dos atos do criador do arquivo, sendo, esses atos, o

objeto de estudo de maior relevância, independente do local onde foram produzidos ou recolhidos. Rodrigues (2006) elege a seguinte definição para arquivo: “Arquivo é um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento de uma missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família.” (p. 3).

Desde este ponto de vista, o arquivo seria, portanto, resultado de um processo de produção e recepção de documentos ao longo da realização de uma missão, desempenhada pelo autor do arquivo em questão. Pensando em arquivos pessoais que é o tema de nosso maior interesse, os documentos de uma determinada pessoa, se constituídos ao longo do exercício de uma missão de caráter relevante para grupos sociais específicos, representa assunto de interesse acadêmico. O acervo da professora Silvia Tatiana Maurer Lane é segundo esse referencial teórico relevante como material de pesquisa.

Além dos historiadores e arquivistas, os antropólogos se interessaram por arquivos como fontes de pesquisa. Segundo declarações de M.Cunha (2006), quando ela mesma estudava a coleção da antropóloga Ruth Landes (1908-1991) buscando, por meio dos arquivos, compreender a rede de diálogos que levaram à criação, entre 1930 e 1940, de centros de estudos afro americanos nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, deu-se conta de que havia muito mais que diários, cartas e manuscritos, para serem lidos e começou a pensar sobre como todos aqueles papéis e documentos poderiam se prestar ao estudo etnográfico.

Segundo M.Cunha (2006), somente em 1980 os antropólogos recorreram aos conhecimentos produzidos por seus pares como fonte de estudos da história da antropologia. Para a autora, os arquivos abrigam as marcas e as inscrições com as quais os mesmos devem ser interpretados, embora não guardem segredos, guardam vestígios e eventos do passado. Embora as considerações tenham sido feitas tendo em mente a história da antropologia, cremos que podem ser estendidas à história de outras disciplinas. Seguindo com M.Cunha (2006), os conhecimentos que se pode inferir das informações depositadas nos arquivos representam um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas e estão sujeitos a novas leituras e interpretações.

Citando Rodrigues (2006), a história da teoria dos arquivos começa em 1841, com a publicação de algumas instruções aos arquivistas dos Archives Nationales de Paris, quando surge pela primeira vez o conceito de *respect des fonds*. Trata-se de não separar os títulos e os documentos que pertenceram a uma mesma pessoa, família ou entidade, podendo agrupá-los segundo uma ordem determinada. Até então os arquivos eram organizados por seções baseadas num conjunto de temas tais como Seção Legislativa, Seção Judicial, etc. Após essa nova instrução de respeito aos fundos, o importante não era o agrupamento segundo temas fixos, mas segundo o produtor do documento, como, por exemplo, na prefeitura de uma determinada cidade, o estudo dos documentos permitiria a interpretação do contexto da produção dos documentos.

A instrução de respeito aos fundos se baseava na ideia de sítio arqueológico que, quando encontrado por antropólogos, deveria ter todas as suas peças desmontadas e levadas para um museu onde o sítio deveria ser reproduzido da maneira mais fiel possível. A forma como as peças se apresentavam dispostas no sítio e, posteriormente, no fundo, oferecia informações importantes sobre o contexto no qual os documentos e as peças foram produzidos. Daí a necessidade de se preservar a integridade do conjunto.

Rodrigues (2006) defende uma abordagem um pouco diferente. Ao apresentar suas ideias explica e, posteriormente, crítica, a teoria de respeito aos fundos. Os alemães definiram dois conceitos para reforçar a teoria do respeito aos fundos, o princípio da proveniência, sinônimo de respeito aos fundos, e o da integridade ou indivisibilidade. Estes princípios determinavam que os documentos de procedência de um mesmo fundo não podiam ser retirados do fundo e guardados de forma separada, mesmo que esta atitude pudesse facilitar o trabalho futuro de pesquisadores não interessados no fundo, mas, somente, em um documento específico. Ambos os princípios foram adotados no Brasil.

Para Rodrigues (2006), a singularidade do produtor determina a singularidade do próprio arquivo, sendo o que origina o arquivo, a missão da pessoa ou entidade que constituiu o arquivo e não o processo de acumulação dos

documentos. Desta forma, documentos recebidos oriundos de tarefas que não fazem parte das funções que o sujeito desempenhava na realização da sua missão não deveriam ser incorporados ao arquivo. Ainda segundo Rodrigues (2006), as características intrínsecas ao arquivo são: a singularidade dos produtos, a filiação do documento à ação que o produziu e a relação de dependência entre o arquivo e a missão que o gerou, implicando na integridade ou indivisibilidade do arquivo. Estas características definem se um conjunto de documentos é ou não um arquivo. Duranti (1994) aponta ainda como características de um arquivo:

1. Unicidade: independente da forma de suporte, os documentos de um arquivo devem conservar o caráter único do contexto onde foram produzidos. O que equivale dizer que não devem ser guardados documentos em duplicidade.

2. Cumulatividade: os documentos não devem ser colecionados, mas, acumulados de forma contínua e progressiva, seguindo o fluxo das ações nas quais foram produzidos. Esta qualidade é de extrema importância para os pesquisadores que futuramente vão se utilizar do arquivo.

3. Organicidade: como o arquivo resulta do desempenho de uma missão de uma pessoa específica ou de uma entidade, o todo deve representar um conjunto orgânico. Isto equivale dizer que as partes inter-relacionadas fornecem o sentido do conjunto. Um plano de classificação, de modo correspondente ao fluxo das ações, fornece a possibilidade de compreender a ação realizada a partir do todo representado pelo arquivo.

4. Imparcialidade: os documentos devem refletir as ações do produtor. Os documentos foram gerados por imposição da natureza das atividades da instituição e não pela escolha do produtor do arquivo.

5. Autenticidade: é uma qualidade que não se refere à veracidade do documento, mas à forma de conservar um documento para que seja mantida a integridade do arquivo.

Para Rodrigues (2006), conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística (1996), “a gestão de documentos é um conjunto de medidas e rotinas visando à racionalização e eficiência na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos” (p.12).

No que diz respeito à classificação, Souza (2003), observa que muitos problemas da utilização de arquivos são gerados por classificação não satisfatória. Os autores da atividade arquivística denominam de “arranjo” a classificação dos documentos permanentes, e o termo “classificação” aos arquivos correntes, pois, a missão para a qual foi criado o documento ainda não foi finalizada. Além disso, há três elementos de classificação dos documentos públicos que podem ser aplicados aos arquivos privados: a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que o produz; e c) o assunto dos documentos.

Para Rodrigues (2006), a definição de arquivo permite chegar à informação arquivística que é a informação passível de ser extraída de um conjunto de documentos, desde que estes tenham sido recebidos ao longo do processo de realização de ações para o exercício de uma missão predefinida de uma pessoa, família ou entidade. Para elaborar um plano de classificação de arquivos é preciso priorizar dois tipos de informação: a contida no documento e a origem do documento, pois, é o conjunto dos documentos do arquivo que permite o conhecimento da missão para o qual ele foi constituído.

No caso de arquivos de guarda permanente, há uma cadeia hierárquica que deve ser respeitada na sua organização: o primeiro nível identifica o produtor do arquivo. O nível seguinte identifica a estrutura organizacional quando ela existe. E os níveis subsequentes reproduzem a classificação recebida na fase de uso corrente. Esta organização é que recebe o nome de “arranjo”, aplicável apenas aos arquivos permanentes.

Ainda, segundo Rodrigues (2006), a demanda por documentos descontextualizados nos arquivos públicos é enorme e implica em um trabalho extremamente complexo. Contudo, não se deve promover o acesso fácil ao documento em detrimento do acesso ao arranjo que deve ser o objetivo maior do

arquivo. E, neste contexto, os arquivos não podem ser considerados sistemas de pesquisa quando a seleção exige a busca de documentos descontextualizados.

Lima, Mesquita, Lourenço, Gonçalves e Santos (2005) analisaram a relevância do arquivo do pesquisador brasileiro Carlos Chagas Filho (1910-2000) para o estudo da história da ciência no século XX. Analisando os documentos referentes às instituições onde atuou o ilustre pesquisador brasileiro, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Academia de Ciências do Vaticano e das instituições criadas por ele no Brasil, como o Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pode-se compreender a sua importância para a formulação de políticas públicas e da valorização científica do Brasil no exterior. Para os autores, um arquivo pessoal é diferente de uma biografia, mas pela infinidade de registros que possui representa um rico depositário da dimensão material da memória.

Os arquivos de Carlos Chagas Filho foram, segundo os autores, uma oportunidade para refletir sobre fazer biografia de uma maneira contextualizada. Não há a perfeição de detalhes de uma narrativa, mas, os documentos fornecem dados importantes sobre as ligações estabelecidas pelo indivíduo proprietário do arquivo com a sociedade, tal como era no momento em que o documento foi gerado.

Essa mesma constatação é feita por Brözek (1998), quando se refere às observações de Ash ao estudar os arquivos de Köhler e descobre, por meio de sua correspondência, a luta para manter aberto o Instituto de Pesquisa e Psicologia em Berlin, após o nazismo. Autor e contexto da produção se tornam mais claros.

Lima, Mesquita, Lourenço, Gonçalves e Santos (2005) orientam os pesquisadores sobre a necessidade de se questionar a autenticidade dos arquivos pessoais, uma vez que não nasceram de uma vocação histórica, como, por exemplo, a de um arquivo institucional público ou privado. E a este propósito comentam que é sempre importante questionar as razões que levaram alguém a guardar determinados documentos de outra pessoa.

Documentos pessoais são geralmente doados por famílias e nem sempre guardados de forma adequada. Os documentos de Carlos Chagas Filho têm

diversas procedências: o Instituto de Biofísica, a UNESCO, doações da família e vários outros. São 74 mil documentos, dentre os quais os autores destacam uma riquíssima correspondência científica e uma produção intelectual contendo discursos, palestras e conferências, em que o titular expõe o seu pensamento político, social e científico, devidamente articulados com a sua religiosidade.

O projeto de pesquisa que queremos desenvolver fala das contribuições de Silvia Lane para a psicologia de São Paulo, mais especificamente, para a psicologia social no período que vai de 1965 até o ano 2006, como dissemos no início desta introdução. Silvia trabalhou na PUC de São Paulo durante quarenta anos e vários fatos relevantes marcam o período, dentre os quais destacamos: a criação da Faculdade de Psicologia, a do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), com a ativa participação de professores da PUC de São Paulo. Silvia Tatiana Maurer Lane foi figura marcante em todos esses fatos.

Além do desejo de conhecer a psicologia social de São Paulo e do fato de querer documentar este período, tenho razões de natureza pessoal e sentimental para realizar uma pesquisa sobre as ideias de Lane e suas contribuições para a psicologia social. Fui a última orientanda admitida por Silvia no mestrado em Psicologia Social da PUC de São Paulo, tendo secretariado, de forma voluntária e escolhida pelos colegas, ainda que de modo informal, o Núcleo de Estudos das Categorias Fundamentais do Psiquismo presidido pela professora até a sua morte.

A entrevista concedida por Lane a Maria Helena Coelho, uma ex-orientanda e colega de trabalho, publicada na revista *Psicologia e Sociedade*, v.19. 2007; o Memorial preparado por Silvia em 1981, o livro de Sawaia (2002) da coleção *Pioneiros da Psicologia*, além dos documentos do acervo, nos permitiu conhecer um pouco da vida de Silvia Lane. Ela nasceu em 1933 na cidade de São Paulo, filha de Willie Alfredo Maurer, suíço e de Apolonia Maurer, lituana. A senhora Apolonia viveu a primeira guerra mundial (1914-1918) na Lituânia, vindo anos depois para o Brasil.

No começo do século XX os avós paternos deixaram a Suíça e também vieram para o Brasil, mais especificamente para a cidade de Campinas, no estado

de São Paulo, onde compraram um pequeno sítio e lá se instalaram. Os pais de Silvia se conheceram e se casaram no Brasil.

O pai e o tio paterno de Silvia começaram a trabalhar muito cedo em atividades de marcenaria e serralheria, respectivamente. Mas, estudaram, tornando-se professores universitários e seguindo a carreira acadêmica. A família criou um ambiente no qual havia o prazer nas discussões e o convívio permanente com dois idiomas: o alemão, falado em casa com a família e o português para as demais ocasiões. Ter crescido falando dois idiomas foi a primeira influência que levou Silvia a interessar-se pelo estudo do significado das palavras, tema de sua tese de doutorado defendida em 1972.

Os estudos começaram pelo curso primário de 1940 a 1943 no Mackenzie e o ginásio no Saldanha da Gama de 1944 a 1947. Quando terminou o ginásio, Silvia optou pelo Secretariado por permitir o acesso rápido a uma profissão. Na condição de filha única, temia que pudesse perder os pais e por isso pensava em trabalhar desde cedo, preparando-se para garantir seu próprio sustento. Ao concluir o Secretariado, trabalhou como auxiliar de secretaria no Mackenzie, mas, como desejava continuar a estudar, prestou exame vestibular e foi aprovada no curso de filosofia na Universidade de São Paulo (USP) em 1952.

Durante o curso, a professora Annita Castilho Cabral (1910-1991) proporcionou à Silvia a oportunidade de estudar fora do Brasil. Não encontramos dentre os documentos algo que esclarecesse os critérios para indicação de Silvia para a concessão da bolsa, assim como, não temos indícios das razões da escolha de Wellesley College, na região de Boston nos Estados Unidos, até os dias de hoje reconhecido como uma faculdade para moças filhas de famílias ricas. Sabemos que o desempenho escolar era e continua sendo importante para as faculdades americanas aceitarem estudantes de outros países, mas, por que Wellesley foi incluído por Annita Cabral entre as possíveis opções? Não temos resposta.

Segundo histórico escolar do Wellesley College, Silvia estudou naquela instituição no segundo semestre de 1955 e no primeiro semestre de 1956, com excelente desempenho escolar, como consta na carta enviada pela diretora da

classe, Jean V. Crowford, na qual a parabenizava pelos resultados alcançados, enfatizando que havia motivos para orgulhar-se do seu desempenho escolar em Wellesley.

Após retornar ao Brasil e concluir o curso de Filosofia na USP, Lane inicia a vida profissional, primeiramente como professora da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha em São Paulo, lecionando em um curso técnico, a disciplina Psicologia. A segunda oportunidade de trabalho foi no Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE), dirigido por Fernando Azevedo (1894-1974) e vinculado ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, dirigido por Anísio Teixeira (1900-1971). No capítulo 2 desta tese falaremos sobre o CRPE.

Silvia começa no CRPE como Assistente de Pesquisa I da Divisão Educacional e em 1959 ocupa o cargo de diretora interina da Divisão de Pesquisa Educacional para o período 1959-1960. Em 1962, deixa o CRPE e se casa com Fred Lane, amigo desde os tempos de Mackenzie e que como ela era filho de pais estrangeiros. De início moraram em São Paulo, mas, posteriormente, decidiram ir para Campinas, onde Silvia vive um período dedicado ao aprendizado das lides domésticas e tem oportunidade de fazer alguns cursos de extensão na PUC de Campinas, onde conhece o professor Enzo Azzi (1921-1985), diretor do Instituto de Psicologia da PUC de São Paulo.

Após o nascimento de sua primeira filha, Ingrid, Silvia retornou a São Paulo e, como desejava voltar a trabalhar, buscou os antigos professores e colegas na tentativa de obter uma colocação. Uma das pessoas contatadas foi uma antiga professora, Carolina Bori (1924-2004), pois, lecionar era uma das opções que considerava. Carolina destinou algumas aulas que eram suas, da Escola de Enfermagem da USP para Silvia. Em 1965 toma conhecimento de que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento procurava um professor para a disciplina de Psicologia Social e Personalidade. Silvia se apresenta e é contratada, começando a lecionar em 1966.

Em 1968 Lane atua em comissão paritária escolhida pelos alunos para rever o curso de Psicologia. Em 1970 inicia sua tese de doutoramento defendida em maio

de 1972, tendo como orientadora a Dra Aniela Ginsberg e obtém a classificação: “Aprovada com Distinção” (Ata da defesa, 1972).

Até mesmo para os dias de hoje, pensando em alunos de graduação, Silvia adotava uma forma arrojada de ensinar e única para a época. No relato das suas atividades docentes na PUC de São Paulo, conta que estimulava os alunos a olharem para os problemas da realidade brasileira e a criticar a teoria, muitas vezes insuficiente para a compreensão dos fatos do nosso cotidiano. Enviava os alunos para comunidades da periferia e os desafiava para que saíssem da postura de observadores da realidade e se comprometessem com um projeto social, conscientizando-se da classe social com a qual estavam trabalhando, para poder entender os problemas daquelas pessoas.

O interesse de Lane por pesquisas sempre existiu. Trabalhou no CRPE e ao ingressar na PUC de São Paulo, além de ministrar a disciplina Psicologia Social e Personalidade, estava entre suas atribuições a participação em projetos de pesquisa do Instituto de Psicologia dirigido pelo Dr. Enzo Azzi. No capítulo 3 desta tese falaremos sobre os projetos de pesquisa desenvolvidos por Silvia. Até o final de sua vida pesquisou, tendo sido seu último projeto a pesquisa sobre emoções na sociedade Xavantes por meio da narrativa dos sonhos, mitos e ritos, com a colaboração de Maria Helena Coelho e Marlito de Souza Lima, concluída após a sua morte por Maria Helena Coelho e Bader Sawaia.

Silvia Lane teve reconhecimento internacional por meio de algumas publicações nos Estados Unidos, Europa e na América Latina, bem como participou de pesquisas conduzidas por Universidades estrangeiras, trocando correspondências com universidades americanas, europeias e latino-americanas, tendo sido uma presença permanente em congressos internacionais.

Como o relatório das publicações de Silvia se encontra na Revista Psicologia e Sociedade vol 19. p.112. 2007, não vamos nos estender nesse tema, mas, gostaríamos de destacar a participação de Silvia em 1975 no projeto de pesquisa internacional que resultou no Atlas of Affective Meaning realizada pela Universidade de Illinois, nos Estados Unidos; a pesquisa de 1992 com estudantes da Espanha,

França, Venezuela e latino-americanos vivendo no país Basco e em Paris, dirigida por Denise Jodelet da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris; destacamos ainda o convite feito em 1998 para Silvia atuar como membro do comitê editorial do Journal Theory and Psychology em Bolton UK.

Prova maior de reconhecimento internacional foi o prêmio concedido a Silvia por ocasião do XXVII Congresso Interamericano de Psicologia pela Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP), em 1999 na Venezuela, honra destinada aos pesquisadores que mais contribuíram para a psicologia latino-americana.

Até a sua morte, em 2006, Silvia havia orientado trinta e oito mestres e trinta e seis doutores, segundo levantamento realizado por Esther Alves de Sousa em sua tese de doutorado, defendida em 2008 na PUC de São Paulo. A atividade da professora Silvia Tatiana Maurer Lane na vida acadêmica foi regular e intensa conforme os documentos examinados.

Entendemos que professores universitários exercem influência e difundem suas ideias na medida em que formam muitos alunos, escrevem, participam de bancas examinadoras, orientam alunos, participam de congressos e ocupam posições de coordenação e direção na universidade, atuando na comunidade científica por meio de associações científicas e profissionais. Todos esses fatos estiveram presentes na vida acadêmica de Silvia Tatiana Maurer Lane.

Nossa tese é que por meio de uma participação ativa como professora e pesquisadora da PUC SP, Silvia teve uma contribuição destacada para o avanço da psicologia social, favorecida pela Instituição na qual encontrou acolhida para suas ideias e pesquisas, deixando seguidores no Brasil e no exterior.

Para isso são nossos objetivos específicos:

Pesquisar aspectos do trabalho e do pensamento de Silvia Lane, ao longo de quarenta anos de contribuições expressivas para a psicologia, como professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC de São Paulo, analisando as suas publicações e buscando trazer à luz

aspectos ainda não revelados, por meio da análise dos documentos acumulados no exercício da sua missão e que passaremos a denominar de acervo Silvia Lane.

Contribuir com o Núcleo de Estudos em História da Psicologia (NEHPSI) para o inventário analítico do acervo Silvia Tatiana Maurer Lane.

A descrição do método de análise encontra-se no capítulo 1.

A análise do acervo mostra uma intensa atividade de pesquisa e ensino de Lane ao longo de quatro décadas, mas, não explica as razões que forjaram a intelectual de grande relevância que ela foi. Fomos então, em busca do contexto sócio histórico do percurso de Silvia, ao longo do período de 40 anos. E, ao pesquisar, encontramos informações que nos permitiram estabelecer conexões entre o trabalho da professora e pesquisadora e o contexto sócio histórico, ao longo da sua trajetória. Para estudar os fatos relevantes do país de 1965 a 2006, tivemos que voltar ao passado, analisando o ambiente sócio econômico a partir da industrialização. Procuramos também conhecer a história da psicologia que Silvia encontrou e para a qual contribuiu com seu próprio trabalho. Completando, buscamos elementos para conhecer a PUC de São Paulo, Instituição onde ela trabalhou por tanto tempo. Estes temas compõem o capítulo 2.

As ideias de Silvia representam sua real contribuição para a psicologia e são elas que permanecerão inspirando seguidores ao longo dos tempos. Serão tratadas no capítulo 3, seguindo-se então a nossa conclusão.

Capítulo 1. O Método da Pesquisa

Tal como já foi mencionado anteriormente, escolhemos estudar a relevância de Silvia Tatiana Maurer Lane para a Psicologia por meio da pesquisa documental, a partir, inicialmente, do acervo pessoal deixado na PUC de São Paulo e guardado no Núcleo de Estudos em História da Psicologia (NEHPSI). Ampliamos, posteriormente, a nossa análise com livros e artigos que serão identificados ao longo do trabalho.

Como Lane não deixou arquivos organizados, a primeira impressão que tivemos foi que o material foi se acumulando na PUC de São Paulo e em sua residência. Desse modo, a primeira tarefa foi avaliar os documentos e os livros encontrados, dispostos aleatoriamente em nove caixas. Os papéis armazenados foram inicialmente identificados, como correspondências trocadas, manuscritos, textos impressos, certificados de participação em bancas de mestrado, doutorado e de concursos na PUC de São Paulo e em outras instituições, materiais de aula, relatórios de pesquisa, apresentações em Congressos, publicadas ou não em Anais, livros de Silvia e de outros autores.

Assumimos que a aparente desordem do material que resultava do fato dos papéis terem sido retirados de armários sem maior preocupação, não nos impedia de elegê-los como objeto de análise, pois, foram sendo acumulados ao longo da trajetória de Silvia na PUC de São Paulo, durante quarenta anos. Entendemos também que o acervo encontrado não diferia muito do que encontraram outros pesquisadores que se debruçaram sobre arquivos pessoais de psicólogos, antropólogos e pesquisadores, tais como: Brozek (1998), M.Cunha (2006) e Lima, Mesquita, Lourenço, Gonçalves e Santos (2005) . O teor das correspondências não deixava dúvidas de que os documentos, por sua natureza, foram sendo acumulados no exercício das diversas atividades desenvolvidas por Silvia na PUC de São Paulo.

Uma vez que o material não foi organizado por seu gerador ou por arquivistas, não havia ordem cronológica, por assunto ou natureza do documento. Em cada uma das caixas, havia envelopes com conjuntos de documentos e pastas. Algumas pastas diziam respeito a documentos da mesma natureza, como, por

exemplo, cartas recebidas ou enviadas. Eventualmente, documentos sequenciais estavam em pastas separadas. Assim, para usá-los na tese, o primeiro passo foi fazer uma identificação preliminar do conteúdo de todas as caixas, registrando os documentos encontrados em um caderno de campo. Depois de identificar os documentos, arrumamos por ordem cronológica. Cumpre mencionar que, nessa etapa, contamos com a colaboração de dois alunos da Iniciação Científica da Faculdade de Psicologia da PUC de São Paulo, Julia Calderazo e Renato Silva que em muito facilitaram nosso trabalho e a quem agradecemos pela ajuda preciosa.

Fotocopiamos em seguida os documentos que no nosso entender poderiam dar suporte ao propósito da nossa pesquisa. Consideramos que professores têm importância relevante na vida acadêmica e na sociedade, pelas pesquisas realizadas, trabalhos publicados, participações em congressos como palestrantes, pela forma adotada para ensinar, pela maneira como são lembrados pelos alunos, bem como, pela sua participação em bancas examinadoras de mestrado e doutorado. A notoriedade dos alunos orientados e aqueles em cujas bancas examinadoras participaram e que permitiram levar as ideias para outras instituições de ensino também foram considerados como indicadores de importância. Para suportar a nossa hipótese de que a professora Silvia Lane teve expressiva relevância para a psicologia, fomos atrás de documentos dessa natureza, sendo esta a primeira etapa da nossa pesquisa.

Além disso, correspondências trocadas com docentes de outras instituições do Brasil e do exterior, foram por nós considerados relevantes e também foram fotocopiadas para uma leitura cuidadosa, pois revelavam fragmentos dos contatos e dos encontros de Silvia e da PUC de São Paulo com outras instituições, podendo representar evidências do quanto o trabalho realizado por esta pesquisadora era conhecido no exterior.

Na leitura da correspondência recebida por Silvia, verificamos o respeito com que a professora era tratada pelos pares, os diversos convites para atuar como professora convidada em outras universidades, os convites para participar como membro do conselho editorial de periódicos na Europa e nos Estados Unidos; há cartas de pesquisadores americanos solicitando a indicação de pesquisadores da

América Latina para atuarem como coordenadores de pesquisas internacionais naqueles países. E as inúmeras manifestações de apreço de professores, autores e pesquisadores quando descobriam que Silvia estaria presente em um determinado congresso ou encontro, eram evidências de sua notoriedade no cenário da psicologia. Quando Lane recebeu o prêmio da SIP, foram inúmeras as cartas e bilhetes de admiração que chegaram do Brasil e do exterior.

A presença regular em congressos da área tanto no Brasil quanto no exterior, com a apresentação de trabalhos é outro elemento importante da atividade da intelectual respeitada, mostrando que Silvia desejava divulgar suas ideias para a comunidade da psicologia e da psicologia social, expondo seus pontos de vista e não fugia ao debate normal nos congressos. Foram mais de quarenta anos de participações. As apresentações em congressos mereceram especial atenção de nossa parte.

Além dos documentos do acervo descritos, artigos de Silvia publicados em livros, periódicos, falas em congresso e entrevistas, foram utilizados para o estudo das ideias de Lane. Organizamos esse material tomando-se por base um texto ainda não publicado, denominado: “Caminhos Percorridos”, escrito por Silvia pouco tempo antes da sua morte. Seu destino seria a publicação de um livro incluindo textos de sua autoria e que, segundo informações da colega que com Silvia estava organizando a coletânea, eram textos considerados por ela relevantes em seu percurso e, em sua maioria fora de circulação. Os “Caminhos Percorridos” orientaram a nossa análise das ideias de Silvia, pois representava uma organização da obra feita por ela mesma, revelando a estrutura dada ao próprio pensamento e a escolha pessoal de alguns trabalhos, para os quais ela desejava dar destaque.

Como a organização do livro estava apenas começando, o título dos artigos anotados no documento, nem sempre correspondia ao título com o qual haviam sido publicados. Conseguimos localiza-los, algumas vezes recorrendo aos Anais do encontro onde constava como sendo a apresentação daquele texto. Outras vezes, buscamos na obra de Lane um título parecido com o que estava sendo indicado. Finalmente, quando não havia nenhuma referência que nos levasse ao texto indicado, retornamos ao acervo e buscamos nos manuscritos. Essa prática nos

permitiu encontrar, por exemplo, o texto de homenagem a Martín Baró, ainda não publicado e a transcrição do vídeo da avaliação final sobre um curso da disciplina Processo Grupal, cujo artigo não foi escrito.

Na busca de compreensão da autora e de sua obra, procuramos explicações no contexto sócio histórico que permeou o percurso de Silvia, estudando a partir de uma linha do tempo as relações entre os fatos econômicos e sociais do Brasil e do mundo, a história da psicologia e o desenrolar da sua vida e obra. As ferramentas de análise utilizadas apoiaram as nossas conclusões, mas, não serão anexadas à tese.

O capítulo 2 que analisa o contexto no percurso de Silvia inclui, ao final, uma breve análise dos principais temas ligados à psicologia em cada etapa em que está dividido o capítulo.

Capítulo 2. O contexto sócio histórico que permeou o percurso de Silvia

1. Brasil: desenvolvimento e desigualdade

A História deve ser lida a partir da análise dos embates e disputas pelo poder e pelos espaços políticos, onde as datas representam “marcos de movimentos bem sucedidos”. Para nós o olhar para a economia é de importância relevante, pois, as questões econômicas estão no centro das lutas pela riqueza, nas lutas de classe, nos fatos sociais e políticos, constituindo-se em um campo fértil para confrontos. Não deixamos, contudo, de reconhecer as importantes disputas no campo das ideias, das crenças e das questões políticas, contidas nas brigas pelo poder pessoal de um grupo e até mesmo de um país. As ideias, as manifestações culturais e artísticas de uma época representam o substrato social no qual os indivíduos vivem e se constituem como sujeitos. Como Lane, adotamos a perspectiva marxista de que o homem é produto e produtor da História da qual participa e atua deixando registrado no social, de forma indelével, a sua passagem pela vida.

Por essa razão, ao analisar o contexto sócio histórico do percurso de Silvia, selecionamos fatos da vida econômica, social e política do Brasil e do mundo, bem como alguns episódios da história da psicologia, tentando deslindar a relação entre os fatos e o processo de formação da intelectual incomum e da maior importância para a psicologia.

Em 1969, o economista Celso Furtado (1920-2004) publicou o livro *Formação Econômica da América Latina*, revelando uma realidade de mais de um século de dificuldades para os mais pobres no Brasil e em todo continente latino-americano. Mesmo tendo figurado o Brasil entre os países mais desenvolvidos do continente, havia grande desigualdade social entre nós. Para exemplificar, Furtado (1969) compara Brasil e Argentina, utilizando dados da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) de 1967, mostrando que a metade mais pobre da população brasileira possuía renda média per capita anual de cento e cinquenta dólares, enquanto na Argentina, o mesmo grupo, possuía uma renda média per capita anual de trezentos dólares. Comparar Brasil e Argentina é um recurso usado

por Furtado (1969) no livro e acontece com frequência em estudos de economia. São os dois países mais industrializados da América do Sul, populosos, vizinhos, havendo por parte dos economistas uma expectativa de resultados econômicos semelhantes, o que na época não se confirmava.

A baixa renda é consequência e causa de uma vida difícil com oportunidades desiguais, fato que sempre foi conhecido do Governo brasileiro e por setores esclarecidos da sociedade. Tanto é que na definição das reformas necessárias ao Brasil em 1962, o presidente João Goulart (1919-1976) definiu a necessidade de uma reforma urbana para socorrer milhares de pessoas que viviam em favelas. Da mesma forma, falou na necessidade de uma reforma na educação, capaz de ampliar a rede pública de ensino, oferecendo educação a todas as crianças brasileiras, numa tentativa dar a elas melhores oportunidades no futuro. (Ribeiro, 1986).

A desigualdade do poder aquisitivo dos brasileiros mais pobres vem de longo tempo e tem explicações na formação econômica do país. Vamos iniciar nossa análise ao final da primeira Guerra Mundial que, ao terminar, mostrou uma nova relação de forças no mundo. Os Estados Unidos surgem como uma grande influência e a revolução russa em 1917 determinou o aparecimento de um país socialista, pela primeira vez, no cenário internacional. O mundo estava habituado a séculos de dominação dos menos favorecidos pelos mais bem situados, seja em virtude da hereditariedade, do dinheiro, da força militar ou de todos esses fatos combinados, com a existência de uma verdadeira pirâmide de prestígio social. Mas, um país com uma proposta de igualdade entre os homens, onde não haveria propriedade privada e cujo objetivo era eliminar a pirâmide social, uma proposta de mundo onde todos seriam iguais e contribuiriam na medida da sua possibilidade, retirando de acordo com a necessidade de cada um, parecia algo extremamente ameaçador, em especial, para os conservadores de diversos países.

Com o término da grande guerra, os capitais americanos começam a substituir os ingleses, franceses, holandeses e alemães no mundo e na América Latina. Sodré (1964) menciona que “em todas as áreas onde o imperialismo aplicava o seu sistema e retirava proveitos havia capitais americanos.” (p.316). O Brasil

estava entre essas áreas. O imperialismo americano se fez sentir de diferentes formas em toda a América Latina. A primeira delas foi o estabelecimento de indústrias estrangeiras nos diferentes países, beneficiando-se do mercado interno representado por uma grande população. Produzindo localmente, as indústrias estrangeiras economizavam com transporte e contornavam as barreiras alfandegárias que existiam para as mercadorias importadas, além disso, poderiam utilizar mão de obra barata e abundante presente nos diversos países da América Latina.

Segundo com Sodré (1964), ao atuar diretamente nos países da América Latina, financiando com empréstimos as obras do governo e abrindo empresas, os Estados Unidos aumentavam o nível de interesse pela região e começaram a interferir nas decisões locais. O investimento direto necessitava de tranquilidade social e leis que protegessem o capital estrangeiro nesses países, para garantir o retorno dos investimentos. Quanto maior a presença, maior o nível de interferência nas políticas internas e nas orientações dos governos.

No Brasil, o dinheiro americano financiou a produção do café e o desenvolvimento de indústrias, houve investimento direto no setor de energia, substituindo o capital inglês. Os números revelam que a prosperidade da economia americana tinha como paralelo o depauperamento das economias latino-americanas, em função do controle dos preços imposto pelos Estados Unidos às mercadorias importadas. Ganhando menos com as exportações de café, as reservas de ouro brasileiras advindas das vendas do café, indispensáveis para pagar as importações de produtos acabados e equipamentos dos Estados Unidos e da Europa, praticamente se esgotaram em 1929.

Segundo Furtado (1969), no ano de 1929 a indústria representava apenas 11,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo a exportação agrária o motor da economia brasileira. A industrialização até 1929 consistia em um núcleo de fabricantes de bens de consumo tais como tecidos, produtos de couro, alimentos elaborados e algumas poucas confecções que cresciam impulsionados pela renda disponível advinda do bom desempenho do setor agrário exportador. Além disso, o processo de urbanização que ocorria na época criava novas demandas, abrindo

espaço para o setor de construção e para a indústria de materiais de construção. No Brasil, o desenvolvimento industrial ocorreu por adição de novas indústrias num mesmo setor e não por diversificação dos setores produtivos que teria criado maiores oportunidades de atender a uma demanda variada, possibilitando a expansão dos empregos.

No período 1929 a 1957 a indústria cresce no Brasil embora tenha se reduzido o ritmo de crescimento na última década desse período. O setor têxtil puxava o crescimento industrial. Com a crise de 1929 era difícil exportar e importar. As tecelagens brasileiras passaram então a atender setores do mercado antes abastecidos apenas por produtos importados de qualidade superior e, na busca pela aceitação do mercado local, tornam-se mais competitivas. Enquanto a indústria prosperava, o setor agrário sofria enormemente sem as exportações.

Apesar do crescimento do volume de mercadorias, os produtos industrializados não se prestavam ao mercado de exportação, pois, não haviam atingido os padrões de qualidade exigidos pelos mercados maduros, embora sua qualidade tenha melhorado muito, atendiam apenas à demanda interna. O entrelaçamento entre a renda do setor agrário e o crescimento da produção acarretava um efeito perverso: quando a exportação de produtos agrícolas decrescia, a produção industrial era afetada e decrescia concomitantemente.

No Brasil a expansão do setor industrial esteve ligada ao mercado interno, correspondendo ao que se convencionou chamar de substituição das exportações. Ainda, com base em dados da CEPAL de 1960, Furtado (1969) destaca que o setor de importação que representava 11,3% do PIB brasileiro em 1929 cai para 6,1% em 1957, como resultado da substituição de boa parte das importações por produção local.

Da cafeicultura vinham impostos para o governo, divisas para o país (o pagamento das exportações era feito em ouro ou libras esterlinas), empregos para a população e certamente, lucros para os cafeicultores. Uma redução drástica da atividade cafeeira em virtude da crise de 1929 poderia gerar um colapso na economia brasileira. Numa decisão polêmica até mesmo para a época, pois,

beneficiava o cafeicultor, mas, não necessariamente estimulava a economia, o Governo decide adquirir a produção de café. (Sodré, 1964)

O setor cafeeiro exportador estava fortemente debilitado pela baixa nas exportações, mas, os proprietários rurais continuavam capitalizados, uma vez que o Governo garantia a compra do café. Além disso, a industrialização prosperava em todo mundo. Estas razões estimularam cafeicultores a investir na atividade industrial, garantindo a expansão da produção e o crescimento da demanda por produtos intermediários e equipamentos em geral. Mas, como importação e exportação andam juntas, com as enormes dificuldades para exportar não havia como importar, e começou a faltar no Brasil matérias primas industriais tais como o aço. (Furtado, 1969)

A sociedade brasileira dos anos 1920 apresentava a seguinte configuração. No campo havia atraso, resultado da queda da atividade exportadora e as populações se deslocavam de uma região a outra e para as cidades sem, entretanto, representarem uma força política. Os operários embora conscientes da precariedade das suas condições de trabalho, com alguns participando de manifestações e até de greves, estavam divididos, pois, a vinda para a cidade com um emprego e um salário, era visto como ascensão social, provocando apatia em parte da classe operária, mesmo diante das condições de trabalho precárias nas fábricas. Para Sodré (1964), no Brasil, foi a classe média que veio a reagir sinalizando a necessidade de mudanças. O movimento dos militares, em especial, o tenentismo, foi a reação de um setor de classe média contra o governo central. Porém, o movimento atribuía aos homens que ocupavam o poder a responsabilidade pelo *status quo*, acreditando que a substituição dos governantes poderia mudar o Brasil.

Se para o movimento tenentista bastaria a troca dos governantes para mudar o país, para amplos setores da sociedade ficava claro que a forma como os produtores cafeeiros influenciavam o governo, era a causa de muitos problemas e essa influência precisava ser mudada. A revolução de 1930 é consequência desse desequilíbrio de forças: produtores do Rio Grande do Sul se unem aos produtores nordestinos, contra as decisões de governo que beneficiavam os cafeicultores

paulistas. Um dos aspectos mais relevantes para expressar a influência das forças econômicas no jogo político, era a forma utilizada para eleger os governantes conhecida como - política do café com leite-, alternando representantes das oligarquias paulistas e mineiras para ocupar o poder central. Na revolução de 1930 os setores aliados da disputa se unem numa aliança entre atores com interesses distintos, incluindo de um lado os militares de média patente e do outro, a parte da oligarquia regional do Sul e do Nordeste do país; o movimento termina com a ditadura de Getúlio Vargas. (Sodré, 1964)

Vargas assume o poder em 1930 e governa até 1954 e segundo Sodré (1964), a ditadura representava naquele momento “uma tentativa de fazer a revolução burguesa sem o proletariado” (p.331). O Estado Novo, como ficou conhecida a primeira etapa da ditadura Vargas, no período que vai de 1930 a 1937, imprimiu um clima de terror ao país com perseguições e prisões. Data desse período a criação do poderoso Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), cujo papel era infiltrar-se nos espaços sociais tais como as universidades e realizar serviços de investigação, posteriormente, resultando em prisões de todos os que não eram simpatizantes da ditadura e se manifestavam.

Se no campo das liberdades individuais o governo Vargas foi marcado por posturas autoritárias, no âmbito do econômico e do social representou um período de construção das bases para a renovação do país. É importante que se diga que no mesmo período surgiram outros regimes totalitários na América Latina. Com a expansão da produção industrial, importantes providências foram tomadas pelo governo Vargas para fortalecer o mercado interno, tais como a unificação do mercado nacional, eliminando as barreiras que existiam entre os Estados, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (para produzir o aço antes importado e que faltava) e a promoção do treinamento de mão de obra em escala nacional por meio da criação do Serviço Social da Indústria (SESI). (Sodré, 1964).

Para Furtado (1969), o crescimento do setor industrial no governo Vargas, foi resultado da combinação da ação estatal que concentrou investimentos nos setores básicos e na introdução de tecnologia, além da entrada de capital estrangeiro e não apenas decorrente da necessidade de substituir importações. Com

as dificuldades de 1929 e as crises cíclicas que vieram nos anos seguintes, o volume físico das exportações brasileiras se reduziu, levando à deterioração do câmbio, uma vez que a desvalorização das moedas locais era usada como forma de compensar os exportadores pela perda de mercado no exterior.

O efeito da inflação no plano social é conhecido desde essa época. Até 1940 não existia no Brasil salário mínimo e o desemprego era grande, consequência da redução da atividade econômica no campo e da chegada dos imigrantes estrangeiros que mais qualificados, eram rapidamente incorporados pelas indústrias. O trabalhador que recebia baixos salários não conseguia manter nem mesmo a condição de alimentar a ele e a sua família de forma adequada e estava sujeito ao constante aumento dos preços provocado pela inflação.

Os empregos gerados na indústria depois de um expressivo e rápido processo de industrialização começaram a declinar quando os índices de crescimento do setor manufatureiro declinaram. A tensão nas cidades cresce e o movimento operário se fortalece influenciado pela ideologia anarquista, trazida pelos operários estrangeiros.

Para suprir as necessidades do aço, em plena segunda guerra mundial, foi criada a siderúrgica de Volta Redonda e ao final da guerra, elaborado o Plano Salte que englobava um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura. Em 1945 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), encaminhando recursos para a indústria de base e para setores de infraestrutura. Logo em seguida, era criada a Petrobrás, com um aporte importante de recursos para produção, refino e transporte marítimo de petróleo, confirmando a importância do governo Vargas no plano econômico. Observe-se que é o Estado nacional que realiza os investimentos necessários ao crescimento do país. Trata-se de uma opção que garante que os resultados dos investimentos pertençam à sociedade brasileira embora os recursos tenham sido levantados com empréstimos assumidos pelo Governo.

Data também de 1940 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) um conjunto de leis que formalizavam as relações entre o capital e os trabalhadores, muitas delas em vigor até os dias presentes. O aspecto de maior relevância da CLT

para o povo brasileiro foi a fixação de um salário mínimo, com o objetivo de garantir ao trabalhador o suficiente para alimentar a ele e à sua família. Se com a criação do salário mínimo o trabalhador se beneficiava, os industriais capitalistas não se mostraram favoráveis à medida e alguns não cumpriram a lei, motivando greves dos empregados. (Sodré, 1964).

Apesar do grande investimento estatal, a presença crescente do capital estrangeiro no Brasil implicava em terreno fértil para a influência externa nas questões internas do país. No pós-guerra o dinheiro americano, em especial, financiou grandes projetos de governo por meio de empréstimos. Além disso, as empresas americanas que se instalavam no Brasil, não exportavam, pois, sua produção se destinava ao mercado local, não contribuindo com o aumento das divisas. Mas, essas mesmas empresas importavam equipamentos e maquinário que consumiam as reservas em ouro inicialmente, posteriormente, em libras e mais recentemente em dólares. Para completar, remetiam seus lucros realizados no mercado local para as matrizes das empresas nos Estados Unidos, reduzindo ainda mais as divisas do país. Por essa razão, o controle da remessa de lucros de empresas estrangeiras é desde o pós-guerra um tema de discussão permanente.

O campo da Psicologia se desenvolveu no Brasil em paralelo à industrialização. O início do século XX marca a chegada ao Brasil dos *scientific test* e com eles a busca pela “medida humana”. Os testes são inicialmente aplicados aos escolares com objetivo de introduzir uma direção científica à educação (Monarcha, 2009). Posteriormente, os testes se tornam aliados do mundo do trabalho.

Segundo Campus e Nepomuceno (2009), dentre os pioneiros no uso dos testes estava Helena Antipoff (1892-1974) que chegou ao Brasil em 1929, para dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Minas Gerais e lecionar Psicologia para educadores. Antipoff, aluna e assistente de *Claparède* (1873-1940) e colega de *Piaget* (1896-1980) no Instituto Rousseau, faz amplo uso dos testes e introduz a denominação de “excepcional”, para designar indivíduos cujos resultados nos testes se afastavam da zona de normalidade. A expressão “excepcional” de Antipoff, segundo Campus e Nepomuceno (2009), é nitidamente funcionalista, pois, estabelecia parâmetros de ajustamento ao meio

sociocultural, influência que para a professora e pesquisadora era determinante. Além de Antipoff, Lourenço Filho (1897-1970) e Noemi Silveira Rudolfer (1902-1988), assistente de Lourenço Filho, foram intérpretes da obra de *Claparède* por meio de trabalhos publicados no Brasil e também defenderam o uso de testes.

A educação para o trabalho ou educação profissional, acompanhou o processo de industrialização. Em São Paulo, no Liceu de Artes e Ofícios, sob a direção de Ramos de Azevedo (1851-1928), resultado de iniciativa de fazendeiros, profissionais liberais e empresários da construção civil no final do século XIX, eram ministrados cursos de Ciências Aplicadas e Artes, dedicando-se à formação do trabalhador para artes e ofícios ligados à construção civil, artes decorativas e a confecção de mobiliário. Trata-se de formação de mão de obra para a indústria e para a expansão urbana que ocorria impulsionada pelo desenvolvimento industrial. Posteriormente, o Liceu incorpora oficinas de manutenção e de máquinas e equipamentos, em especial na gestão de Roberto Mange (1885-1955), engenheiro e professor da Escola Politécnica. Em 1942, como dissemos antes, foi criado o SENAI em convênio com a Confederação Nacional da Indústria, voltado a atender a crescente demanda por trabalhadores qualificados, acompanhando a expansão da industrialização. (Ribeiro, 2009).

Para Antunes (2007), a aplicação da Psicologia ao mundo do trabalho de forma sistemática ocorreu na primeira metade do século XX, tendo havido crescimento expressivo nos anos 1930. São três movimentos que ocorrem simultaneamente e se influenciam mutuamente: a industrialização crescente, as ideias da administração científica chegando ao Brasil e a adoção da psicologia no mundo do trabalho.

A administração científica incluía as recomendações de *Frederick W Taylor* (1856-1915) para que fossem introduzidos nas fábricas os princípios da engenharia. Para *Taylor*, o aumento de produtividade exigia o registro dos procedimentos guardados até então de forma aleatória na memória de mestres e supervisores de produção. A recomendação era anotar os materiais empregados, a quantidade de operários envolvidos em cada etapa da tarefa, os salários pagos e o tempo gasto para realizar a tarefa. A busca de economia do custo da fabricação,

somente seria possível caso se utilizasse padrões cientificamente determinados. Eram os engenheiros quem conheciam fórmulas e métodos para estabelecer os tempos e movimentos na produção, operando em condições ideais de volume. O engenheiro Roberto Mange, levou os princípios de administração para os cursos do Liceu de Artes e Ofício. (Ribeiro, 2009).

A psicologia foi impulsionada pelo processo de racionalização do trabalho e a introdução de técnicas científicas na produção. Lembra Antunes (2007) que na primeira década do século XX, juntamente com a industrialização, chegaram ao Brasil muitos imigrantes europeus. Os sindicatos se fortaleceram, bem como as associações de trabalhadores, embora os operários brasileiros vindos do campo, de início, não engrossassem o movimento. Liderados pelos imigrantes estrangeiros nas fábricas, as ideias anarquistas difundidas na Europa chegaram aos sindicatos brasileiros, provocando greves e muitas manifestações de operários contra as formas de trabalho, reclamando por melhores condições e salários. A psicologia foi então chamada a cooperar na organização das fábricas.

Seguindo com Antunes (2007), a ciência, a técnica e o progresso formam o tripé das ideias sobre gestão da força de trabalho e a psicologia representava um apoio importante para a organização científica do trabalho. Citando Lourenço Filho, a autora menciona que a Associação Comercial de São Paulo cogitou criar o Instituto de Organização Científica do Trabalho, o que não ocorreu em virtude da crise de 1929. Mas, outras iniciativas vingaram. O “Instituto Paulista de Eficiência” elemento chave na criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e a partir daí uma série de entidades, voltadas à implantação das premissas da administração científica nas empresas brasileiras que incluía a psicologia. Este entrelaçamento entre industrialização, administração científica e psicologia, acaba por favorecer o desenvolvimento da psicologia no Brasil.

A psicologia fornece elementos para apoiar as empresas na seleção de pessoal, orientação e instrução dos profissionais. Não apenas com fundamentação teórica a respeito do comportamento humano, mas, fornecendo técnicas nas quais a administração científica se apoia. Os testes que começaram a chegar ao Brasil na década de 1920 representaram um marco importante nessa contribuição. A

experiência pioneira na utilização dos testes psicológicos para seleção de profissionais ocorre justamente no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo na gestão de Roberto Mange. Outra contribuição importante da psicologia para o trabalho foi a busca da pessoa certa apoiando a seleção de pessoas para o trabalho e oferecendo orientação vocacional. (Antunes, 2007).

O modelo de país almejado pelos empresários que pregavam a necessidade de produtividade e racionalização de processos, como um componente da modernização, imperativo buscado com tenacidade para que o país conseguisse se inserir no seio do capitalismo, foi apoiado pela psicologia. (Antunes, 2009).

[...] merecem destaque os trabalhos realizados nas décadas 30 e 40 nas seguintes organizações: SENAI, SENAC, CMTC, Estrada de Ferro Central do Brasil, ISOP-FGV, Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, dentre as mais importantes. Percebe-se aqui que a Psicologia não se desenvolveu no interior de outra área de saber, mas penetra já na condição de ciência autônoma para colaborar num projeto amplo, para o qual convergem diversas áreas do conhecimento. Nesse processo, a Psicologia ganhou impulso para seu desenvolvimento e, principalmente, para definir com clareza seu campo de ação profissional. (p. 98)

Com o suporte do Governo e os aportes das ideias científicas, a expansão da indústria brasileira permitiu que a oferta de bens industriais fosse atendida em mais de 90% localmente. O grau de diferenciação da indústria brasileira era semelhante ao das economias altamente industrializadas. Mas, havia no Brasil grande dependência externa por petróleo. Tal dependência será um fator restritivo do desenvolvimento industrial do país no final dos anos 1970 com as crises internacionais do petróleo. (Furtado, 1969)

2. As formas tradicionais de dependência externa

Apesar dos progressos da industrialização no Brasil e em outros países da América Latina, para Furtado (1969), o desenvolvimento na América Latina no século XX se apoiava no sistema de divisão internacional de trabalho no qual as

matérias primas vinham dos países periféricos ao sistema, eram manufaturadas no centro representado pela Europa e pelos Estados Unidos e os produtos industrializados dos países do centro, eram posteriormente revendidos para os países periféricos ao sistema capitalista.

Contudo, não se tratava apenas de um intenso e livre intercâmbio, mas, de relações assimétricas, com uma estreita dependência dos países industrializados que controlavam os fluxos financeiros, orientavam as transferências internacionais de capitais, financiavam estoques estratégicos dos produtos a serem exportados e controlavam os preços. Para a América Latina, exportar o excedente econômico dependia do financiamento da infraestrutura, o que acontecia somente quando os centros de fomento aprovavam a forma de agir dos países periféricos, atuando como uma interferência significativa nas decisões locais.

Nas economias nacionais, a instabilidade dos preços das matérias primas projetava-se internamente de forma ampliada. A administração das finanças públicas e o funcionamento do padrão ouro eram extremamente onerosos aos países, pela quantidade de reservas que exigia. Na medida em que tomava consciência da situação de dependência em relação aos países do centro, a América Latina procurava livrar-se da vulnerabilidade externa de formas distintas. O controle do câmbio que se generalizou a partir dos anos 1930 teve como objetivo reduzir a vulnerabilidade externa, recompensando o exportador pelas distorções provocadas pela instabilidade de preços no mercado internacional. Além de controlar os fluxos financeiros, a regulação do câmbio permitiu o racionamento das importações em defesa do nível interno de atividade econômica.

A política de controlar a produção do café adotada pelo Governo brasileiro foi outra tentativa de reduzir a dependência externa das exportações e poupar o país dos reveses do mercado internacional, para uma produção que chegou a representar quatro quintos da oferta mundial. Os preços poderiam cair fortemente ao ser anunciada uma safra excepcional ou, subir, quando ocorria uma geadas. O controle dos estoques era, portanto, estratégico para gerir o resultado das exportações de café. Mas, pouco a pouco, o Brasil perdia participação nas exportações, em virtude do desestímulo ao aumento da produção. Os estoques

foram se acumulando e optou-se por destruir parte da produção, pois, os próprios estoques, começaram a influir nos preços internacionais. Os preços do café somente se recuperaram aos níveis anteriores à crise de 1929 no final dos anos 1940. A acumulação dos estoques voltou a crescer na segunda metade dos anos 1950 e no início dos anos 60, houve a concretização do acordo mundial do café, num esforço de organização global do mercado (Furtado, 1969).

O Brasil no final dos anos 1960 apresenta um quadro de grande dependência do mercado internacional, exportando praticamente os mesmos produtos de antes da crise de 1929, não tendo conseguido transferir para a grande massa da população, os benefícios do crescimento das exportações e do desenvolvimento industrial. O modelo de substituição das importações gerou inflação, dependência e subdesenvolvimento social. (Sodré, 1964). O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950 reporta uma taxa de analfabetismo no Brasil da ordem de 50%, fato que amargurava os cientistas sociais e educadores, bem como a população esclarecida.

O rádio apareceu no Brasil em 1922 e rapidamente se popularizou com a redução dos preços dos aparelhos, sendo um meio de comunicação que exigia apenas um bom ouvido, diferentemente dos jornais que eram lidos apenas por pessoas alfabetizadas. Em 1932 o rádio foi usado pela primeira vez como meio de apoio ao debate político, no movimento constitucionalista no estado de São Paulo, revelando-se uma força de influência política. O rádio informou ao Brasil que a cidade de São Paulo estava cercada pelas tropas do governo e serviu de palco dos debates a respeito da necessidade de uma nova constituição, conclamando a deposição do presidente Getúlio Vargas (Azevedo, 2003). Em 1935 é criada a Voz do Brasil que une todas as rádios do país das sete às oito horas da noite, transmitindo um programa do governo. Desde então o rádio cresceu como fator de influência política.

Durante a segunda guerra mundial, o rádio assume importância ainda maior, trazendo as notícias da guerra. A família urbana brasileira no final dos anos 1940 e ao longo dos anos 1950 tem por hábito se reunir em torno do rádio que se transforma, aos poucos, num elemento de influência e controle social. A partir dos

anos 1960, esse papel é assumido pela televisão. Os primeiros a apontar o rádio como uma influência de deformação da realidade e como um fator de alienação do sujeito foram os psicólogos críticos da Escola de Frankfurt.

Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954, assume o vice-presidente Café Filho (1899-1970) que governa o país por apenas dois anos, 1954 e 1955. Embora tendo permanecido pouco tempo, foi suficiente para que se unificasse em torno do governo, um bloco de políticos de extrema direita, ligados ao partido da União Democrática Nacional (UDN) que a partir de então, passa a representar uma força política reacionária, prestando seu apoio, inclusive, ao golpe militar de 1964. (Ribeiro, 1985). Ao mesmo tempo em que a direita se consolida no poder, cresce a movimentação popular. Data de 1955 a criação da primeira Liga Camponesa que mesmo derrotada em 1964, teve grande importância no movimento camponês, reunindo milhares de pessoas. (Ribeiro, 1985).

Prosseguindo com Ribeiro (1985), o 4º Centenário da Cidade de São Paulo em 1954 abre espaço para uma série de congressos dentre os quais se destaca o I Congresso Brasileiro de Sociologia apresentando estudos críticos a respeito da realidade brasileira. Também em 1954, o Museu do Índio do Rio de Janeiro cria com patrocínio do Ministério da Educação o primeiro curso de pós-graduação em antropologia, trazendo fortemente para os debates a questão indígena.

Juscelino Kubitschek (1899-1970) governou o Brasil de 1956 a 1960, tendo sido eleito democraticamente pelo voto prometendo “50 anos em 5”. Pela primeira vez no país um presidente toma posse com um plano de metas que estabelecia projetos em infraestrutura, indústria, construção naval e construção aeronáutica, com o objetivo de fazer o país avançar. O plano foi concebido para ser financiado, predominantemente, pelo capital externo, mas, também, previa a participação do governo brasileiro por meio do BNDES, ficando o capital nacional, dos bancos brasileiros privados e das empresas brasileiras, como sócio minoritário. Dentre as metas do plano estava incluída a construção de Brasília.

O PIB brasileiro cresceu à taxa anual de 8,2% durante o governo Kubitschek, o que resultou num aumento médio de 5,1% ao ano da renda per capita

dos brasileiros. Embora nem todas as metas do plano tenham sido atingidas, a industrialização cresceu em todos os setores com capitais americanos, japoneses, holandeses, alemães e também, embora em menor volume, com capitais nacionais privados e estatais. Com a expansão da industrialização, o movimento sindical se organiza e ganha expressão. Em 1956 é criado em São Paulo, por um grupo de sindicalistas, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), representando a primeira instituição de estudos científicos operária no Brasil. O DIEESE surge com o objetivo de orientar o movimento sindical. (Ribeiro, 1985).

Também o movimento estudantil ganha força ao longo da década de 1950ⁱ (notas ao final do texto). As entidades estudantis eram reconhecidas desde 1942, tendo sido a União Nacional dos Estudantes (UNE) reconhecida, por um decreto lei, como a entidade representativa dos estudantes universitários brasileiros. No nível local das faculdades, havia os Centros Acadêmicos (CA), os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE) nas Universidades e no nível estadual, havia a União Estadual dos Estudantes (UEE) até chegar a UNE, no âmbito nacional. O movimento estudantil se organizava em torno dessas entidades, cuja liderança era bastante disputada. Nagamine (1997) relembra que, ao mesmo tempo em que o movimento estudantil tratava de assuntos referentes aos temas específicos das faculdades, debatiam as grandes questões nacionais.

De fato, essas organizações em todos os níveis, e, principalmente em nível nacional, sempre tiveram intensa participação nas discussões dos grandes temas e problemas brasileiros. Tiveram, muitas vezes, não só a iniciativa dessas discussões, mas, a liderança de muitas campanhas pró reformas de base, levando-as às ruas dos principais centros do país. Sua capacidade de mobilização era incontestável, revelando-se uma das principais forças políticas organizadas da época. (p.22)

Coelho (2007), com base na entrevista realizada em 2001, mencionou que Silvia participou do movimento estudantil quando cursava a faculdade de filosofia da USP, em meados da década de 1950, tendo sido as assembleias com estudantes e operários das quais participou na época, uma ocasião importante para perceber que embora todos falassem o mesmo idioma, as palavras não eram entendidas da

mesma forma pelos dois grupos. Esse fato fez aumentar seu interesse para estudar o significado das palavras, tema da sua tese de doutorado.

Apesar do crescimento econômico no governo Kubitschek, o número de analfabetos no Brasil ainda era muito alto (39,6% segundo censo do IBGE em 1960), fato que contrastava com a promessa de progresso do presidente. Os dois fatores combinados se transformam numa série de programas de apoio à educação e em pesquisas no campo da educação. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e seus congêneres Centros Regionais, instalados em São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre, subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão do Ministério da Educação e Cultura criado em 1938 no governo Vargas, assumem a liderança das pesquisas educacionais. Desde 1952, o INEP foi dirigido por Anísio Teixeira que foi também o primeiro diretor do CBPE. Para Cunha (2004), sem desconsiderar os projetos e as atividades de pesquisa efetivamente desenvolvidas pelo CBPE e pelos Centros Regionais, tais iniciativas governamentais foram de fundamental importância para o surgimento do debate a respeito da pesquisa científica no campo da educação. A criação do CBPE permitiu aflorar a discussão quanto ao conceito de pesquisa educacional e definiu o papel da ciência – especialmente no caso das ciências sociais – na investigação dos problemas da escola brasileira e na busca de suas soluções.

O CRPE de São Paulo foi criado em 22 de maio de 1956, como resultado de convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a reitoria da Universidade de São Paulo. Segundo Beisiegel (2003), o CRPE de São Paulo acompanhava os objetivos fixados pelo CBPE e que foram assim definidos:

1. Pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
2. Elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e para a reconstrução educacional do país, em cada região, nos níveis primário, médio e superior e, no setor de educação de adultos;
3. Elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional,

medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;

4. Treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação e professores de escolas normais e primárias. (p. 357)

O CRPE foi importante e extremamente ativo até 1976, quando foi incorporado à Faculdade de Educação da USP após a extinção do INEP como mais um reflexo dos atos da ditadura. Conforme o Memorial 1981, Lane considerou especialmente relevante o trabalho realizado por ela no CRPE, na construção de Escalas de Escolaridade para avaliar o aprendizado efetivo da população no ensino primário, em escolas estaduais. O relatório final dessa pesquisa foi publicado em Pesquisa e Planejamento, ano IV, nº4.

3. A segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Revolução Cubana

A Segunda guerra mundial fortaleceu mais uma vez os Estados Unidos, determinando uma nova ordem mundial. O início do conflito tem raízes no final da 1ª guerra quando a Alemanha derrotada é condenada a pagar pesados tributos de reparação de guerra para a França e a Bélgica. O nazismo de Hitler cresceu na Alemanha no entre guerras, em virtude das dificuldades econômicas desse país; no mesmo período, o comunismo se define como o modelo de governo e de sociedade na Rússia e a economia americana demonstra grande pujança com a expansão do processo de industrialização.

Hobsbawm (1994) aponta o início da segunda guerra como resultado da insatisfação das três nações derrotadas na 1ª Guerra com o rumo dos acontecimentos e em razão da passividade dos vencedores em relação às iniciativas do primeiro grupo. Em 1931 o Japão invade a Manchúria, em 1935 a Itália invade a Etiópia, em 1936 a Alemanha intervém na Revolução Espanhola bombardeando Guernica, em 1938 a Alemanha invade a Áustria, em 1939 invade a Tchecoslováquia e a Polônia, determinando o início da 2ª Guerra. A Liga das Nações não toma nenhuma atitude contra o Japão na invasão da Manchúria, a

França e a Inglaterra nada fazem quando a Alemanha intervém na Guerra Civil Espanhola, da mesma forma, não reagiram quando da invasão da Áustria e da Tchecoslováquia. A guerra foi inevitável e durou de 1939 a 1945. A Rússia que inicialmente estabelece um pacto com a Alemanha (pacto Hitler-Stalin), posteriormente, luta ao lado dos aliados.

O final da guerra termina com a derrota da Alemanha, Itália e Japão e a vitória dos aliados, França, Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Deixa milhares de mortos, incluindo seis milhões de judeus. Expõe ao mundo o absurdo do nazismo. Provoca a fuga e o exílio de grandes nomes da filosofia, psicologia, física e demais ciências para nos Estados Unidos.

Após a guerra, a Alemanha é dividida em duas áreas de ocupação entre os países vencedores. A república Democrática da Alemanha, com capital em Berlim, ficou zona de influência soviética e a República Federal da Alemanha com capital em Bonn, ficou sob a influência dos países capitalistas. A cidade de Berlim foi dividida em quatro partes entre Rússia, Estados Unidos, França e Inglaterra.

O período que vai do término da 2ª Guerra em 1945, mas, com maior intensidade, de 1949 até 1989 quando termina a União Soviética, é conhecido como Guerra Fria. Hobsbawn (1994) lembra que gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que nunca chegaram a acontecer, mas, pairaram no ar em cada movimento dos Estados Unidos e da União Soviética das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na disputa do poder político global.

Em 1949 formaram-se dois blocos militares, cujo objetivo era defender os interesses dos países membros. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) era um deles. Criada em abril de 1949, tratava-se de uma aliança liderada pelos Estados Unidos que não somente prestou apoio político, mas, instalou bases militares nos países membros. Além dos Estados Unidos, faziam parte da OTAN o Canadá, Itália, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Suécia, Espanha, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Áustria e Grécia. O outro bloco, denominado Pacto de Varsóvia, incluía a Rússia, a Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia, a Albânia, a Alemanha Oriental sob a denominação de URSS.

A URSS possuía um sistema de governo baseado na economia planificada, um partido único (Partido Comunista) e todos os esforços eram feitos na busca da igualdade social, sendo que as liberdades individuais não se sobreponham aos interesses sociais. A Guerra Fria aconteceu principalmente no plano ideológico e embora Estados Unidos e URSS nunca tenham se enfrentado militarmente, atuaram em lados distintos na Coreia, no Vietnã e, mais recentemente, no Afeganistão.

Além do embate no plano das ideias, o que mais incomodava os Estados Unidos era a não existência da propriedade privada na ideologia do comunismo, assim como, o fato do consumo não representar um valor no mundo comunista. Esse fato causava enorme temor nos Estados Unidos, pois, o controle do consumo em bases globais poderia colocar em risco o crescimento das exportações das indústrias americanas e o sucesso econômico daquele país. Estados Unidos e URSS sempre manifestaram seu mútuo desagrado nas Nações Unidas.

Em 1949, a Revolução Chinesa leva ao poder os comunistas sob a liderança de Mao Tsé-tung, fato que tem enormes repercussões nos Estados Unidos e faz avançar a Guerra Fria. Dez anos depois, em 1959, a vitória da revolução comunista em Cuba representou mais um grande problema para os Estados Unidos, pois, Cuba estava no continente americano, vizinha dos Estados Unidos e sob a liderança de Fidel Castro foi implantado o comunismo na ilha. Após a revolução popular de 1959 que depôs Fulgencio Batista, ditador cubano apoiado pelos Estados Unidos, Fidel Castro viaja aos Estados Unidos e fala no plenário das Nações Unidas, responsabilizando a política dos Estados Unidos pela pobreza da América Latina e de Cuba em particular, defendendo o neutralismo como alternativa para os países do chamado 3º Mundo. Os Estados Unidos que nesse mesmo ano iniciaram a luta no Vietnã sentem a necessidade de defender a América Latina da ameaça comunista e cria a Aliança para o Progresso, que se consolida no governo Kennedy.

A proposta da Aliança era defender a hegemonia americana no continente. Para materializar essa defesa foram criados programas de ajuda militar. O Programa de Ajuda Militar para a América Latina (PAM), formou-se por meio de uma série de acordos militares bilaterais, ou Sistema Interamericano de Defesa, criado sob o

impacto da Revolução Cubana. Era a extensão da política de defesa dos Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria, difundindo a “contra insurreição” como forma de evitar que a América Latina, mergulhada em problemas econômicos seculares, com desigualdade social e pobreza e, governada por ditaduras, sucumbisse à insurreição popular, tal como acontecera em Cuba. E, com esse propósito, a Aliança Militar Interamericana recebeu recursos e ganhou fôlego. (Martins, 1999).

Para Martins (1999), embora o propósito original da Aliança fosse a defesa do território Latino- Americano de uma invasão soviética, na realidade, tratava-se de um investimento para manter a ordem interna na região, deixando os Estados Unidos despreocupados e concentrados no problema maior, representado pela Guerra do Vietnã, garantindo que rebeliões populares de qualquer natureza fossem debeladas rapidamente. Esses fatos guardam estreita relação com o Golpe Militar de 1964.

O pós-guerra proporciona grande expansão da psicologia americana em todo o mundo. Os psicólogos exilados nos Estados Unidos tais como: Kofka, Köller, Wertheimer, Adorno, entre outros, prosseguiram produzindo, mas, a psicologia americana com as teorias da personalidade, os estudos sobre percepção, motivação e dinâmica de grupos ganham importância. Segundo Lane (1985), do início dos anos 1950 até o final dos anos 1960, a psicologia social cresce, mas, adota uma perspectiva cognitiva-comportamental, praticada, principalmente, nos Estados Unidos.

Para Lane (1985), a psicologia social americana compreende a relação entre o indivíduo e a sociedade por meio do estudo dos comportamentos sociais entendidos como fatos, dados não históricos, os quais deveriam ser observados e descritos. O objeto de análise da psicologia social tradicional é a interação humana, porém vista de forma isolada, sem levar em consideração o conjunto da vida social e o processo histórico. O método utilizado é a pesquisa experimental.

O primeiro curso de formação em psicologia foi criado no Brasil em 1957 na USP, começando a funcionar em 1958, tendo sido o esforço da professora Annita Cabral fundamental para a criação do curso (Pessoti, 1988). Em 1957, segundo estimativas, havia no eixo Rio-São Paulo cerca de mil pessoas trabalhando em

atividades profissionais no âmbito da psicologia. Até a criação do primeiro curso de psicologia em nível superior, exerciam tais atividades pedagogos, filósofos e médicos, sendo a psicologia aplicada ao trabalho o segmento que mais se desenvolvia. O Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) no Rio de Janeiro, sob a liderança de Emílio Myra e López (1896-1964), assim como o Curso de Formação de Psicotécnicos criado em 1934 por Roberto Mange na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, formavam psicólogos especialistas para o trabalho. A Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, regulamenta a profissão de psicólogo e o artigo 19, concede o prazo de 180 dias para os interessados requerem no MEC o registro profissional. A partir da regulamentação da profissão, os cursos de psicologia deveriam adotar um currículo específico para formação de psicólogos. A regulamentação da profissão gera um considerável incremento no número de cursos de psicologia em todas as regiões do Brasil. (P.Rosas, Rosas e Xavier, 1988)ⁱⁱ.

4. O golpe militar de 1964

O início da vida acadêmica de Silvia Lane na PUC de São Paulo coincide com os primeiros anos do Golpe Militar. A atividade nas universidades era influenciada pelas novas diretrizes para a educação e contaminada pelos efeitos da ditadura que se revelavam sob a forma de perseguição política aos alunos e professores, da infiltração de agentes do DOPS no *campus* e da aposentadoria compulsória de diversos professores da USPⁱⁱⁱ.

Por que o golpe militar? Para responder a essa questão recorreremos a Darcy Ribeiro que foi ministro da educação e cultura do governo Goulart e assistiu aos movimentos que deram origem ao golpe nos bastidores do governo. Recuando no tempo até o governo Kubitschek, devemos recordar que o financiamento do crescimento econômico realizado com capital estrangeiro, representava uma contradição a um projeto nacionalista de desenvolvimento, defendido por Vargas e por uma parte da sociedade brasileira. Além disso, os investimentos custaram caro, deixando uma dívida externa considerável e uma inflação fora de controle, como

afirmou Jânio Quadros (1917-1992) na sua primeira fala pública pela televisão. (Ribeiro, 1985)

Os interesses externos do capital internacional eram combatidos por forças progressistas que defendiam a nacionalização de empresas estrangeiras, controle da remessa de lucros e dividendos e as reformas de base, em especial a reforma agrária. As ligas camponesas, o movimento sindical e o movimento estudantil defendiam tais ideias.

Jânio Quadros adota após a posse uma posição contraditória. Ao mesmo tempo em que defende o controle das remessas de lucros e uma política externa independente, reatando relações com a União Soviética e com a China, aproximando-se dos povos latino-americanos e recusando-se a apoiar os Estados Unidos na iniciativa de expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), busca empréstimos no Fundo Monetário Internacional (FMI)^{iv} para pagamento da dívida externa, aceitando ajustar a economia às recomendações do FMI, em especial no que diz respeito ao corte de subsídios às importações. Sua atitude preocupava o governo americano que em plena Guerra Fria, contava com o apoio diplomático do Brasil. (Ribeiro, 2005)

Jânio renuncia em 25 de agosto de 1961, deixando um vácuo no poder executivo da nação. Com a renúncia de Jânio Quadros, assume constitucionalmente o vice-presidente João Goulart, após os ministros militares tentarem impedir a sua posse e depois de ser votada emenda constitucional que instituía o parlamentarismo no Brasil.

Logo após a posse de Goulart em 7 de setembro de 1961, uma série de manifestações por reformas de base, por parte de operários, sindicalistas, estudantes, camponeses eclodiram em diversas cidades. O presidente se mostrava sensível aos problemas sociais, o que ocasionava mal estar na direita conservadora representada por políticos, empresários e militares de alta patente. O clima que permeia o início dos anos sessenta, com a Guerra Fria, sob o impacto da Revolução Cubana, com a influência da Aliança para o Progresso, faz aumentar o temor dos

conservadores de que com Goulart, o Brasil pudesse dar uma guinada para a esquerda. (Ribeiro, 1985)

Seguindo com Ribeiro (1985), em janeiro de 1963, o presidente regulamenta por decreto a Lei de Remessa de Lucros, aprovada e sancionada em 1962 e manda que seja posta em execução. A reação dos Estados Unidos e dos setores mais conservadores da sociedade é grande. Políticos e empresários ligados ao Itamarati informam ao presidente que os Estados Unidos não hesitariam em declarar a falência do Brasil se o governo não mudasse sua forma de agir. O governo americano ordena apoio tático e financeiro para derrubar o governo Goulart.

As “Marchas com Deus pela Liberdade” foram articulações planejadas para desestabilizar o governo reunindo pessoas das elites em São Paulo e no Rio de Janeiro, numa tentativa de mostrar que o povo estava contra Goulart, o que não era verdade. A esquerda se mobilizava levando milhares de pessoas, dentre elas operários e estudantes, aos comícios pelas reformas de base.

Jango (como era conhecido o presidente Goulart) seguia pressionado pela direita e pela esquerda. Leonel Brizola (1922-2004), então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, procurou o presidente diversas vezes para lhe dizer que assumisse o comando do movimento popular e desse início a revolução brasileira contra o capital. Mas, o presidente relutava em conduzir o país à revolução civil. O ministro da justiça, San Thiago Dantas (1911-1964), tenta em vão articular a Frente Única, que incluía esquerdistas e progressistas para evitar que a direita iniciasse a luta, impedindo as reformas necessárias ao país.

Para Ribeiro (1985), o golpe foi um movimento coordenado de Washington, com assessoramento científico, sendo parte de uma operação complexa de desestabilização de governos da América do Sul. Teve início com campanhas milionárias de difamação do governo pelos jornais, rádio e televisão com o objetivo de apavorar a classe média contra a suposta orientação sindicalista e pró-comunista do presidente Goulart.

Ainda, segundo Ribeiro (1985), a subversão nas forças armadas teve diferentes focos de influência e a rebeldia chegou aos quartéis com o levante de

sargentos e amotinações dos marinheiros, numa visível manifestação de quebra da hierarquia militar.

Ribeiro(1985) escreveu:

Apesar de razoavelmente informados sobre a internacionalização da luta pelas reformas, nós do governo de Jango, participamos de uma batalha do mundo- a luta contra a dominação hegemônica da América do Norte sobre a América Latina, inconscientes dela. Só tínhamos olhos para ver um programa nacional de reformas sociais e de ruptura com a dependência externa que interessava vitalmente ao povo brasileiro, sobre o qual apenas o povo deveria deliberar soberanamente. A soberania aprendi, então, para nós ainda era somente uma meta. (p. 17-74)

Em meio à turbulência daqueles dias, teve início a campanha de sucessão presidencial com uma grande disputa entre os candidatos. Carlos Lacerda (1914-1977) foi indicado candidato pela UDN, o mais conservador dos partidos, Juscelino Kubitschek pelo Partido Social Democrata (PSD). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) começa a campanha: “cunhado não é parente”, com a finalidade de viabilizar a candidatura de Leonel Brizola, impedido de concorrer por dispositivos constitucionais. Miguel Arraes (1916-2005) tenta se candidatar por alguma legenda ou tornar-se vice na chapa de outro político. Mas, segundo Ribeiro (1985), ninguém parecia ver que havia uma articulação da direita e dos militares para não haver eleições.

As reformas do presidente João Goulart, amplamente anunciadas na imprensa desde a sua posse, incluíam: reforma agrária, reforma urbana com moradias descentes para milhões de favelados, reforma educacional com significativa ampliação da rede pública, reforma tributária corrigindo a desproporção entre impostos pagos pelo capital e pelo trabalho, pelos mais ricos e pelos mais pobres, reforma administrativa para acabar com a burocracia e a corrupção no serviço público, reforma eleitoral dando o direito de voto aos milhares de analfabetos maiores de idade, reforma universitária permitindo edificar no Brasil as universidades necessárias para promover o desenvolvimento nacional autônomo. Uma reforma bancária que levasse crédito às forças produtivas sem usura e sem corrupção. Uma

reforma no trato com as empresas multinacionais, restringido e taxando as remessas de lucro.

Em 1964 o presidente assume uma posição determinada para colocar em prática as reformas e formula decretos que não passam pela aprovação do Congresso. Em 13 de março de 1964 realiza-se no Rio de Janeiro o grande comício pelas reformas e, em meio ao seu discurso, Goulart anuncia a nacionalização das refinarias privadas, a fim de completar o monopólio estatal do petróleo e colocar um ponto-final no superfaturamento das importações de óleo. Nos dias que se seguiram, uma série de fatos que culminaram no dia 31 de Março de 1964 com a marcha do general Olímpio Mourão Filho (1900-1972), comandante da 6ª guarnição do Exército de Juiz de Fora, sobre o Rio de Janeiro, deram início aos movimentos que levaram ao golpe militar.

Ribeiro (1985) relata que o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou tomar medidas concretas para forçar o Congresso a aprovar as reformas contidas no discurso do presidente. Um decreto é assinado pelo executivo mandando desapropriar as terras ao longo das rodovias para a reforma agrária o que não era permitido pela Constituição da época, causando críticas contundentes dos políticos conservadores, em especial ligados à UDN. No dia 20 de Março, o general Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967), chefe de Estado das Forças Armadas, distribuiu a todos os comandos do Exército dos diversos estados brasileiros, um manifesto contra o governo constitucional que segundo ele, favorecia uma cúpula sindical subversiva e desejava submeter a nação ao comunismo.

A partir do manifesto de Castelo, fuzileiros navais e marinheiros comandados pelo “cabo Anselmo” (José Anselmo dos Santos) que mais tarde se descobriu ser agente da agência americana de informações, desencadeiam atos de rebeldia que culminam em uma manifestação no sindicato dos metalúrgicos, contrariando a proibição do almirantado. A tropa da Marinha enviada para conter a desobediência adere ao movimento recusando-se a lutar. Na agitação daqueles dias, as esquerdas se mobilizam e Luiz Carlos Prestes (1898-1990), afirma que o presidente Goulart deveria ser o porta-bandeira da revolução brasileira. (Ribeiro, 1985)

Em meio à grande insegurança, a sucessão presidencial de forma pacífica se torna inviável aos olhos de políticos e membros do governo, além dos militares. Com o apoio de Washington, a operação golpista se precipita com a marcha do general Olímpio Mourão Filho sobre o Rio de Janeiro em 31 de março. O presidente Goulart ordena não atirar. Na tentativa de reverter a realidade dos fatos, aconselhado pelo ex-presidente Kubitschek e pelo general Amaury Kruehl (1901-1996), comandante do II Exército (São Paulo), a dar uma guinada total à direita, Goulart determina o fechamento do CGT, seguida da demissão de Raul Riff (1914-1992) e Darcy Ribeiro, seu ministro da Educação e Cultura. Tais fatos, não detêm os militares. Goulart tenta num último esforço convencer o alto comando do exército do Rio de Janeiro a se manter na legalidade, afinal, o presidente é o comandante em chefe das forças armadas, atos que ameacem depor o presidente são, portanto, ilegais. (Ribeiro, 1985)

San Thiago Dantas e Samuel Weiner (1910-1980) aconselham ao presidente a não resistir ao avanço do Exército e a renunciar, pois, a invasão da Bahia de Guanabara pelos navios americanos que já estariam em águas do Rio de Janeiro, poderia acontecer a qualquer momento.

Os comandantes militares, um a um, aderem ao golpe. Primeiro adere o comandante do IV Exército (Recife) que prende o governador Miguel Arraes; depois o comandante do II Exército (São Paulo) movimentado as tropas pela via Dutra em direção ao Rio de Janeiro. O presidente retorna a Brasília no dia 1 de abril e de lá voa para Porto Alegre. O comando do Rio de Janeiro adere ao golpe tão logo o presidente deixa a cidade.

Escreve Darcy Ribeiro:

A última cena do golpe de Estado se dá a 2 de Abril de 1964 no Palácio do Congresso. Moura Andrade, senador paulista, líder latifundiário, abre a sessão extraordinária às onze horas da noite, declarando vacante a presidência contra a evidência da presença do presidente em território nacional expressa em carta do Chefe da Casa Civil lida por Tancredo Neves. Faz votar ilegalmente a vacância e declara que a presidência cabe a Raniere Mazzilli. A seguir encerra

a sessão, manda apagar as luzes e sai esquivando-se com medo. O deputado Rogê Ferreira consegue alcançá-lo no corredor e o castiga com uns bons bofetões. Mazzilli, posto presidente de interinidades, assume mais uma vez. Acolitado por civis e protegido por militares, Mazilli entra no Palácio da Alvorada, vai ao terceiro andar e se senta na cadeira presidencial. (p.18-03)

Com o golpe começaram as prisões que foram às centenas. Primeiro os líderes do CGT que tentaram inutilmente resistir ao golpe e os estudantes que ocupavam o prédio da UNE que foi incendiado. Depois, os camponeses, os sargentos e cabos que apoiavam o governo. Posteriormente, muitos políticos.

Castelo Branco toma posse como Presidente da República em 6 de Abril de 1964, declarando que sua missão era expurgar do país a subversão e da corrupção. Castelo encabeçava uma junta militar, com poderes para submeter a sociedade civil às Forças Armadas, impondo uma ditadura regressiva no plano social e repressiva, no plano político. (Ribeiro 1985)

O primeiro de uma série de atos institucionais foi o AI nº1 de 1964 que delegava plenos poderes ao Comando Revolucionário. A repressão no governo militar foi ampla e perversa. Logo de início, são cassados direitos políticos de quarenta e um deputados e senadores, além de intelectuais como Josué de Castro (1908-1973), Celso Furtado (1920-2004), Darcy Ribeiro, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, juizes e outras personalidades, visando garantir a total ausência de oposição aos atos do governo militar.

Somou-se aos fatos uma ampla perseguição aos sindicatos, às universidades com a queima de livros e a prisão de alunos e professores, além da perseguição a artistas e intelectuais em geral. Dentre os atos de repressão cultural da ditadura destacam-se o fechamento (temporário) da universidade de Brasília, a destruição física da sede do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a liquidação do Instituto Manguinhos, o desmonte do CBPE e dos CRPE, a dissolução da campanha de alfabetização de Paulo Freire (1921-1997). (Ribeiro, 1985)

Em 1965 nas eleições para Governador, em cinco estados candidatos da oposição se elegeram e a reação de Castelo Branco foi promulgar o Ato Institucional

nº 2 em 30 de Janeiro de 1966, que extinguiu os partidos políticos e outorgava amplos poderes ao Exército, para reprimir a oposição. Na sequência, O ato Institucional nº3 de 5 de fevereiro de 1966, implanta o bipartidarismo criando a Arena e o MDB e autorizava o governo a legislar por decretos-lei. Nesse mesmo ano, há uma grave crise na Universidade de Brasília, pois, a expulsão de dezessete professores e a repressão generalizada, leva todos os demais duzentos e dez professores a pedirem demissão. Em meio à repressão e a perseguição, no seio das universidades, surgem adeptos da ditadura que passam a delatar seus colegas e alunos. Em 1966 as esquerdas já divididas se fragmentam ainda mais. Cada grupo se divide em facções e essas por sua vez se dividem em dissidências, tendências e correntes.

Ribeiro (1985)

Segundo Reis e Sá (2006), o golpe de 1964 destruiu carreiras e interrompeu projetos de vida. Muitos dos que militavam nas organizações e nos partidos de esquerda antes de 1964 se retiraram, temporariamente, presos, escondidos ou exilados, deixando a direção das organizações para os muito jovens, sem qualquer tradição na direção de um movimento político e com pouca experiência da militância. Os autores denominam de “Nova Esquerda” os grupos políticos que surgiram entre 1964 e 1971 e atuaram de forma clandestina como alternativa e em oposição ao Partido Comunista Brasileiro. Esses movimentos repudiavam o entendimento com facções das classes dominantes, determinando oposição à burguesia, suas instituições, partidos e políticos.

O caminho pacífico do socialismo defendido pelo PCB, acreditando em alianças pontuais com partidos políticos progressistas e na possibilidade da realização de reformas de base que beneficiassem os menos favorecidos, levando o país, gradativamente, ao socialismo, era agora criticado pela “Nova Esquerda”. A representação que o PCB possuía em sindicatos urbanos e rurais era contestada, ao mesmo tempo em que havia uma orientação das lideranças para que os integrantes dos diferentes grupos se aproximassem dos sindicatos, dada a importância dos mesmos no âmbito político e econômico. (Reis e Sá, 2006)

A “Nova Esquerda” se inspirava nos modelos revolucionários internacionais, tais como a revolução cubana e a revolução chinesa que tornaram possível a tomada do poder pela luta armada, destruindo a burguesia e suas instituições. Também, a experiência do Vietnã, onde a luta de libertação nacional tornou possível a uma nação pequena e pobre, enfrentar e vencer uma das maiores potenciais mundiais, representava um exemplo a ser seguido. Embora não esquecido, o outubro vermelho na Rússia passava para segundo plano. (Reis e Sá, 2006)

Silvia começou na PUC de São Paulo em 1965. Ano em que os militares intensificam a perseguição, prisão, tortura e morte dos militantes de esquerda. Ao torturar de forma sistemática, ampliavam seu nível de informação e, novamente, perseguiam, prendiam e torturavam milhares de pessoas, causando inúmeras baixas no movimento de esquerda. Um grupo de pessoas, talvez milhares, muito jovens na sua grande maioria, se lançou na luta contra o poder, tentando despertar nas fábricas, escolas e nas áreas rurais, a necessidade de uma tomada de posição efetiva contra os militares, contra o capitalismo e contra o imperialismo. (Reis e Sá, 2006)

O passar do tempo mostrou que estavam sozinhos e talvez por total falta de apoio dos partidos, dos sindicatos e de setores amplos da sociedade, foram aniquilados. A última tentativa de luta foi na guerrilha do Araguaia que teve início em 1972 e foi derrotada em 1975, como lembraram Reis e Sá (2006). Mas a luta dessa geração de homens e mulheres jovens e corajosos que deram a vida por um ideal de mudança, não foi em vão. Muitos daqueles que, ao deixar as prisões partiram para o exílio, voltaram ao Brasil após a lei da anistia em 1979, retornaram à vida política da nação e, mais tarde, puderam chegar a postos de comando no país.

Segundo Nagamine (1997), os acordos entre o MEC e a Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (inseridos na Aliança para o Progresso), ficaram conhecidos acordos MEC-USAID e incluíam a cooperação técnica entre os dois países no campo da educação e apoio estrangeiro para a realização da reforma do ensino superior, nas universidades brasileiras. O acordo MEC-USAID foi firmado em 1965 e falava de planos para promover a expansão e reestruturação do ensino superior brasileiro e a formação de técnicos

em planejamento educacional. A reação dos estudantes aos acordos MEC-USAID foi intensa. Da mesma forma, professores e educadores criticaram o acordo, apontando que representava uma forma do governo militar subordinar a formação de profissionais em nível superior à orientação dos Estados Unidos, numa atitude eminentemente colonialista. (Nagamine, 2006)

Desde 1966 vinha se agravando o clima de terror implantado no país pela ditadura militar com desdobramentos importantes nas universidades. Além de protestar contra o acordo MEC-USAID, os estudantes lutavam pelo ensino público gratuito e pelo aumento do número de vagas nas faculdades. A manifestação dos estudantes pelo aumento de vagas começou dentro das universidades. Na PUC de São Paulo os estudantes ficaram acampados por dias no jardim de entrada do prédio da Rua Monte Alegre, gritando a favor dos “excedentes”. Na USP, no prédio da Rua Maria Antonia, eles tomaram o grêmio e lá permaneceram também por vários dias.

Segundo Müller (2007), os movimentos se intensificaram ganhando novas proporções com a presença do braço forte da ditadura nas universidades, após o assassinato pela polícia militar do estudante Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, durante um confronto no restaurante Calabouço. Edson foi o primeiro estudante assassinado pela ditadura militar de 1964 e sua morte marcou o início de um ano turbulento de intensas mobilizações, em especial dos estudantes, contra o regime militar.

Müller (2007) observa que o movimento estudantil se espalhou por praticamente todas as universidades do Brasil e mobilizou também os secundaristas. As manifestações se sucederam com passeatas reprimidas pela polícia, dentre as quais se destacou uma grande passeata no Rio de Janeiro, onde cerca de cem mil pessoas protestaram nas ruas contra as reações violentas da polícia em geral e, em especial, contra a agressão aos estudantes.

Dada a relevância da participação estudantil que em meio à repressão generalizada saía às ruas para gritar “Abaixo a Ditadura”, bem como a necessidade de contê-los, foi decidido pelo governo militar iniciar uma profunda reforma nas

universidades. De um lado, a abertura de novas vagas foi considerada estratégica, uma vez que o movimento dos “excedentes” foi um dos estopins do movimento estudantil no Brasil (Ribeiro, 1985). Por outro lado, era preciso neutralizar a União Nacional dos Estudantes (UNE), acabar com a liberdade dos centros acadêmicos e encontrar formas de inibir a liberdade das próprias universidades.

A lei 5540 de 1966 acabava com a cátedra que deveria ser substituída pelo departamento, determinava que cursos de extensão fossem de responsabilidade das universidades. Criava o vestibular classificatório e unificado; a carreira docente desvinculada da cadeira (cátedra); criava a pós-graduação; definia a representatividade estudantil nos colegiados na proporção de 1/5 e tornava a reforma universitária obrigatória para todo o ensino superior. A reforma foi imposta e justificada pelo governo militar como uma necessidade de modernização das universidades federais e o desejo de abrir o ensino universitário para escolas particulares, garantindo o aumento do número de vagas. No íntimo, mascarava-se o desejo de maior controle sobre a atividade acadêmica e a tentativa de trazer para o ensino um modelo de gestão empresarial. Martins (2009)

Nagamine (1997) relata que o governo militar começou a promover a reforma universitária por meio de diversos decretos leis. O primeiro deles foi o de nº 53 de novembro de 1966 dirigido às universidades federais, mas que, indiretamente, atingia também a PUC de São Paulo, pois, estabelecia que aquelas que não eram federais, mas adotassem os princípios e normas de organização das federais, teriam prioridade nas subvenções. De acordo com o decreto, o ensino e a pesquisa deveriam ser considerados obrigatórios e presentes em todas as universidades. Diga-se de passagem, esse princípio foi trazido do modelo adotado por Darcy Ribeiro, quando da criação da Universidade de Brasília. O Decreto nº 53 recomendava ainda que pesquisa e ensino profissional deveriam ser desenvolvidos sem a duplicação de estruturas administrativas e do corpo docente.

Em 1967 é publicado o Decreto-Lei nº252 que, segundo Nagamini (1997), complementava o de nº53 e, dentre outras medidas, determinava a criação de grupos de trabalho nas universidades para por em prática as reformas. Paralelamente, a movimentação popular se intensificava e a repressão também. A

polícia se tornava cada vez mais violenta, com relatos de espancamento, perseguições, prisões e tortura pelo Brasil afora, sempre negadas pela ditadura. Não somente estudantes, mas, também, professores, políticos, jornalistas, religiosos, atores, operários e intelectuais foram presos e torturados.

Lembra Nagamine (1997) que a Reforma Universitária incluía medidas apresentadas como de âmbito administrativo, mas, fazia parte de um conjunto maior de determinações de uma legislação autoritária que seguia a ideologia da Segurança Nacional, espinha dorsal das diretrizes do governo militar que culminou com o Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968 promulgado pelo presidente Artur da Costa e Silva. Na sequência do AI nº5, com base no artigo 19, item II, o governo militar determinava a aposentadoria de um grupo de professores da USP. A medida foi republicada por três vezes, pois, a primeira lista incluía pessoas não ligadas à USP, ampliando o número de pessoas e, até a última publicação, ainda constava o nome de Caio Prado Junior que não possuía cargo na USP.

O Ato institucional nº 5, conferiu poderes totais de repressão ao governo federal, intervenção nos estados e municípios, cassação, suspensão de direitos civis e militares, demissão, reforma e confisco em nome da segurança nacional. O Congresso é fechado, são cassados mandatos de 110 deputados federais, centenas de deputados estaduais, vereadores, prefeitos, ministros do supremo tribunal federal são perseguidos e presos, assim como, milhares de pessoas. Esse ano marca, também, as primeiras iniciativas da luta armada no Brasil. (Reis e Sá, 2006)

A universidade foi colocada numa “camisa de força” e esvaziada pelas cassações e aposentadorias. Os protestos no meio universitário foram generalizados e se espalharam por setores da sociedade civil organizada. O AI5 dava ao presidente plenos poderes para fechar o Congresso, suspender direitos políticos, prender, demitir, remover, aposentar, cassar mandatos eletivos, suspendia todas as garantias constitucionais, suspendia a vitaliciedade de juizes e acabava com o *habeas corpus*. Este período ficou conhecido como os “anos de chumbo”.

Nagamine (1997) nos lembra de que o governo militar não contava com um projeto de educação para o país, publicado e discutido com as partes envolvidas e

toda a sociedade brasileira. Tratava-se de um conjunto de medidas, ditadas separadamente, sem nenhum debate com universidades e até mesmo como o Conselho Federal de Educação. Assim, seguiu promulgando decretos, merecendo destaque o de nº 464 de 11/12/1968 e o de nº477 de 26/2/1969. O decreto 464 criava o 1ºciclo ou ciclo básico nos cursos de graduação, determinava o jubramento de alunos, definia a responsabilidade dos reitores e diretores de faculdades sobre o regime disciplinar de professores e alunos, tornando obrigatória a aplicação de toda a legislação repressiva na universidade. A greve transformou-se numa infração disciplinar, sendo o “culpado” sujeito a um processo administrativo sumário que punia com a perda do cargo e o impedimento de trabalhar na instituição por cinco anos. O aluno era sumariamente desligado e ficava impedido de matricular-se em qualquer outra instituição de ensino do país por três anos.

Ficou definido que cada universidade deveria formar grupos de trabalho para colocar em prática a reforma. Os grupos, ou comissões, deveriam ser compostos de professores e alunos, na proporção de 1/5 de representação de alunos. Sua missão era pensar e colocar em prática as mudanças na organização, no currículo e nas formas de ensino das universidades. Essas comissões deveriam buscar maior integração entre teoria e prática e maior adequação da educação aos problemas brasileiros. Na USP e na PUC as comissões tiveram representação paritária de alunos e professores, tornando-se conhecidas como Comissões Paritárias.

5. A reforma universitária na PUC de São Paulo

Para entender a reforma universitária da PUC de São Paulo, novamente recorreremos a Nagamine (1997):

O processo de reforma da PUC_SP iniciou-se e desenvolveu-se, equilibrando-se politicamente entre esse projeto abrangente do novo regime que se instalou a partir do golpe de 1964 e os princípios e conceitos colocados em discussão na nossa comunidade universitária e contidos no documento Estudos Básicos para a Reestruturação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nos quais uma grande parcela acreditava. (p.42)

Nos anos que antecederam o Concílio Vaticano II, de 1962 a 1965, os acontecimentos do pós-guerra, a guerra fria, a revolução cubana, os movimentos de libertação colonial que aconteceram em vários países do chamado Terceiro Mundo, o movimento feminista, a revolução nos costumes, as ditaduras militares e tantos outros, obrigaram a Igreja a refletir sobre de que forma deveria ser conduzido o seu papel evangelizador no presente e principalmente no futuro. O papa João XXIII convocou o Concilio Vaticano II, tendo como objetivo central discutir a Igreja diante de si mesma, diante do mundo e da História.

Nagamine (1997) relata a síntese do encontro nos seguintes pontos:

- a) Abertura da Igreja- mudança, após longo período em que se recusou ao diálogo com o mundo moderno, idealizando-se até a sua imutabilidade.
 - b) O diálogo da fé com o pensamento contemporâneo.
 - c) A superação da dicotomia Igreja/mundo.
 - d) A valorização da cultura e do trabalho intelectual contra o antimodernismo.
 - e) O reconhecimento da liberdade de consciência e, implicitamente, da autonomia da ciência em busca da verdade.
- (p.47)

Dois anos depois, em 1967, na cidade de Buga, na Colômbia, acontece o I Encontro Latino Americano de Universidades Católicas, de 12 a 18 de fevereiro, quando se discutiu a missão das universidades católicas na América Latina. O encontro considerava fundamental o papel das universidades na transformação da sociedade, seguindo a proposta pelo Concílio Vaticano II.

Prosseguindo com Nagamine (1997), cerca de um ano após o encerramento do Concílio, alguns bispos entre os quais D. Helder Câmara, começaram a articular a realização de uma reunião com bispos da América Latina para iniciar debates sobre a aplicação das ideias do Concílio no continente. Assim, em agosto de 1968, acontece em Medellin na Colômbia a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano- Celan, com o tema: A Igreja Atual e as

Transformações da América Latina à Luz do Concílio. O resultado foi extremamente significativo para os católicos, pois, a Igreja declara-se formalmente contra os golpes militares que subjogavam os povos da região. Estava incluído o golpe militar de 1964 no Brasil.

Nagamine (1997) recorda que, logo após o golpe militar em 1964, a Igreja Católica no Brasil estava dividida em relação ao tema. Havia o apoio discreto da maioria da hierarquia, o entusiasmo de outros, pois, o golpe declarava-se a favor da família e contra o comunismo, mas, havia também a condenação de uns poucos, dentre eles o então cardeal D. Carlos Carmelo Motta de São Paulo e Grão-Chanceler da PUC de São Paulo. A reforma universitária na PUC aconteceu nesse contexto, sócio-político e eclesial.

A PUC de São Paulo era constituída de dois grupos de Faculdades ou Escolas, a saber: as integradas, administradas pela Fundação São Paulo e as agregadas, administradas por outras instituições mantenedoras e vinculadas à Universidade apenas por uma subordinação acadêmica relativa. Dentre as integradas estavam a Faculdade Paulista de Direito, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento e a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais Coração de Jesus. Seguindo com Nagamine (1987), a única fundada diretamente pela Fundação São Paulo foi a Paulista de Direito. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento, fundada em 1908 por Dom Miguel Kruse, abade do mosteiro beneditino, era mantida pela Congregação Beneditina até 1940 quando se deu sua incorporação à PUC de São Paulo. Em 1964 a Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais Coração de Jesus foi incorporada à PUC.^v

O reitor estava convencido que um projeto de reforma dependia de uma reestruturação da Universidade, para, posteriormente, efetuar as mudanças que permitiriam que fosse assumido o papel definido no encontro de Buga. José Nagamine participou da comissão que apresentou ao reitor Bandeira de Mello o projeto de reestruturação. Os estudos começaram em 1967 e foram denominados: Estudos Básicos para a Reestruturação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Participaram do projeto, Joel Martins, educador reconhecido e extremamente respeitado dentro e fora da PUC de São Paulo, figura de enorme prestígio no meio

da educação, conhecido em todo país e, o professor Cassemiro dos Reis Filho, cassado na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto, responsável pela proposta de criação da proposta do Ciclo Básico. Além desses, colaborou com o Projeto o professor Geraldo Pinheiro Machado. (Nagamine 1997)

O conjunto de propostas denominado “Estudos Básicos para a Reestruturação da PUC-SP” foi apresentado interna e externamente em setembro de 1967 e recebido com enormes restrições por parte de estudantes e professores. Esse período marca a intensificação dos protestos estudantis contra o acordo MEC-USAID e os Estudos Básicos foram interpretados como uma submissão da Universidade às determinações da ditadura. Foi também rejeitado pelos grupos mais conservadores das universidades e faculdades agregadas que acusavam o projeto de ser uma iniciativa comunista. (Nagamine, 1997)

Prosseguindo com Nagamine (1997), por um ano o projeto seguiu sendo debatido em todas as Faculdades por professores e alunos e intensamente criticado. Em setembro de 1968 foi apresentado ao reitor. O fim das discussões foi precipitado pela promulgação da Lei 5540 de novembro de 1968 que fixava um prazo de 90 dias para que os estabelecimentos de ensino superior de todo país apresentassem ao Conselho Federal de Educação seus Regimentos e Estatutos, em sintonia com a nova legislação. Os currículos teriam que ser ajustados ao mínimo exigido pelo Conselho, bem como os estatutos e regimentos das instituições de ensino adaptados às diretrizes da Lei 5540.

Nagamine (1997) recorda que no ofício de encaminhamento do projeto aos Conselheiros o reitor dizia que as sugestões respondiam às preocupações da Igreja em relação à Educação e o objetivo era substituir o modelo atual de faculdades justapostas, por um sistema integrado e organizado de Universidade, não fazendo referência à lei nº 5540.

Com a reforma universitária, a PUC de São Paulo passou a englobar: a Paulista de Direito, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento, a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais Coração de Jesus, além das agregadas que decidiram incorporar-se e que foram: Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras “Sedes Sapiense”, a Escola De Serviço Social, a Faculdade de Medicina de Sorocaba e a Escola de Enfermagem Coração de Maria. As demais se desvincularam totalmente.

Em 1967 Castelo Branco entregou ao marechal Artur da Costa e Silva (1899-1969) a presidência da república que promulga a Lei de Segurança Nacional e edita o AI nº5, em dezembro de 1968, como vimos anteriormente. Com o terror que se seguiu, as resistências à reforma nas universidades foram diminuindo. Na PUC de São Paulo aconteceu o mesmo com relação aos Estudos Básicos para Restruturação da Universidade, embora os debates tenham prosseguido durante todo o ano de 1969. Porém, as discussões agora versavam sobre as melhores alternativas para colocar o projeto em prática e não mais para deixa-lo de lado. Nagamine(1997) destaca a importância dos professores da São Bento e do *Sedes Sapiense* para a implementação do Ciclo Básico de Ciências Humanas e Educação, algo realmente inovador. Os objetivos propostos para os Estudos Básicos foram aqueles que orientaram a reforma na PUC de São Paulo e não os determinados pelo MEC. Nagamine(1997) lembra que:

Através das suas funções de ensino e pesquisa, a universidade deveria responder aos problemas específicos da sociedade, seja produzindo conhecimento científico, seja formando profissionais, técnicos e científicos, necessários a sua permanente transformação e evolução. Nesse sentido a universidade seria promotora de desenvolvimento. Mas, não sendo o desenvolvimento econômico e social neutro e alheio ao ponto de vista ético, a contribuição da universidade para a mudança social deveria direcionar-se para rumos considerados válidos e desejados, devendo, portanto, a produção do conhecimento desenvolver-se sobre os fundamentos de uma responsabilidade moral. Nesse momento, era acentuada ainda a necessidade de formação crítica e humanística. (p.60)

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento foi a primeira a adaptar-se ao projeto de reforma. Os currículos foram revistos, o número de vagas oferecidas nos diferentes cursos foi ampliado e houve a necessidade de agregar novos professores ao corpo docente. Nagamine (1997) destaca a importância do professor doutor Enzo Azzi na reestruturação da universidade. O doutor Enzo Azzi dirigia o Instituto de Psicologia e editava a revista *Psicologia Normal e Patológica*, representando, desde 1950, a única presença da pesquisa científica na

Universidade. A ausência de fontes de financiamento não permitia a realização de muitos trabalhos, mas, graças à obstinação do professor, havia produção científica e publicações. O Dr. Azzi defendia condições de trabalho mais adequadas para os professores, tendo sido, durante muito tempo, o único professor em tempo integral. Vários docentes ainda hoje em atividade na PUC foram orientados e estimulados por ele e assistiram aos cursos de especialização em Psicologia Clínica e Educacional e de Educação Especial e Fonoaudiologia.

O Ciclo Básico da PUC de São Paulo foi pensado no conjunto do projeto de reforma, inicialmente para toda Universidade. Após o decreto 464, havendo necessidade de adoção rápida, ficou decidido que a área de Ciências Humanas e da Educação teria um Ciclo Básico e a área de Ciências Matemáticas e Físicas teria outro. Nas Ciências Humanas e Educação o ciclo básico incluía cinco disciplinas comuns com dois semestres de duração. A saber: Psicologia, Antropologia e Realidade Brasileira, Metodologia Científica, Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo e Comunicação e Expressão Verbal. Após o término do Ciclo Básico o aluno passava a estudar as disciplinas específicas de cada curso.

Em outubro de 1970, D. Paulo Evaristo Arns é nomeado Cardeal Metropolitano de São Paulo e por essa razão passa a ser o Grão Chanceler da PUC de São Paulo. D. Paulo foi figura de destaque no período, criticando diretamente os desmandos da ditadura. Seguiu as recomendações do encontro de Medellín e de Buga, na Colômbia, acreditando na necessidade da universidade adotar o protagonismo na transformação da sociedade na América Latina. Vimos anteriormente que o encontro de Buga teve como objetivo definir as premissas para as universidades católicas do continente resumidas no documento de Buga. Definia a missão das universidades católicas frente às responsabilidades exigidas por um continente latino-americano com desigualdade crônica e uma imensa pobreza. Estabelecia como missão da universidade preparar pessoas para transformar a realidade. Segundo Nagamine (1997), o conjunto das propostas de Buga continua válido até hoje. D. Paulo foi um defensor das premissas de Buga e jamais se calou frente aos abusos da ditadura. Na PUC de São Paulo, aprovou a entrada de professores expulsos da USP, dentre eles Otávio Ianni e Florestan Fernandes. Contudo, seu prestígio não impediu a invasão do *campus* em 1977, pelo coronel

Erasmus Dias, numa demonstração incontestável de força e como uma afronta a D. Paulo.

Silvia foi admitida na PUC de São Paulo em 1965 e começou a lecionar em 1966. Para alguém que, como ela, desejava realizar um trabalho socialmente relevante desde os tempos da Faculdade de Filosofia, a PUC de São Paulo apresentava condições excepcionais de trabalho. A liberdade de expressão e a possibilidade de debater suas ideias foram favorecidas pelo processo de reforma da universidade. Desde o início, ela se revelou uma professora preocupada em oferecer aos alunos o exercício da crítica, não se limitando apenas a ministrar conteúdos teóricos e sensibilizando os alunos para a realidade brasileira. Coelho (2007) relata uma das falas de Sílvia na entrevista:

Eu queria que os alunos saíssem a campo, fazendo pequenas pesquisas, analisando histórias em quadrinhos, entrevistando gente na rua e, com isso, a partir daí, discutissem a teoria. Não consegui, eles olhavam a realidade como exemplos da teoria. Mesmo os resultados das pesquisas eram vistos como exemplos da teoria. Eu não conseguia fazer com que eles desenvolvessem a crítica [mas, insistia]. (p.12)

Silvia participou ativamente na reforma universitária na PUC de São Paulo e interpretou esse momento conforme narrado a Coelho (2007):

Em 1968 nós fizemos uma revolução. Quando os estudantes protestavam nas universidades, nós, professores, junto com os alunos, propusemos uma revolução acadêmica e quebramos o currículo. Havia um currículo imposto de cima para baixo. Dissemos não; tentamos juntar teoria à prática. Incluímos no curso projetos de pesquisa. Os alunos escolhiam um tema e pesquisavam junto com os professores. Nós reformulamos o currículo e foi uma experiência ótima. (p.12).

Silvia foi a primeira diretora da Faculdade de Psicologia criada em 1970 que integrava as vagas do curso de Psicologia da São Bento e do *Sedes Sapientiae*, além de toda a estrutura do e o Instituto de Psicologia.

6. Os terríveis anos 1970 e a abertura política nos anos 1980.

Na sequência dos presidentes militares que o Brasil teve durante a ditadura, Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) sucedeu a Costa e Silva e em 1974 passou o Governo a Ernesto Giesel (1907-1996). Nos anos 1970, agravou-se a perseguição aos opositores da ditadura, sendo que diversas pessoas, deixaram o país após serem temporariamente libertados da prisão onde estavam detidos para interrogatório, ou, espontaneamente, por terem tomado conhecimento que sua prisão poderia acontecer a qualquer momento. Aliás, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, foi palavra de ordem vinda diretamente dos militares e divulgada pelos meios de comunicação de massa.

Com o controle da inflação e os empréstimos a juros baixos contraídos dos bancos internacionais houve, em especial no ano de 1972, significativo crescimento econômico tendo sido esse período chamado de “milagre brasileiro”. Havia obras faraônicas, para dar a impressão que o país era forte e o progresso era real e um ufanismo sintetizado como o projeto do “Brasil Grande” do governo Medici. A classe média cresceu em número e melhorou seu nível de renda com a expansão dos empregos, o aumento relativo dos salários e a ampliação do crédito. A aquisição de bens se tornou mais fácil, a indústria se diversificou e o consumo, com posse de bens, passou a ter uma grande importância como indicador de sucesso pessoal. (Coimbra,1999)

Penso que podemos estabelecer uma relação entre a frustração dos que desejavam mudar o mundo e que, forçados a recuar, se calaram; a insensatez do consumo; a ampliação do poder de manipulação da televisão prometendo felicidade e sucesso por meio da propaganda e divulgando amplamente a ideologia do governo militar; a ausência de participação política; e a necessidade das pessoas buscarem ajuda psicológica. A esse propósito, Coimbra (2006) diz que duas “categorias de subjetivação” são produzidas no Brasil dos anos 1970. A primeira delas é o subversivo, indivíduo de grande periculosidade, uma ameaça à sociedade. A segunda é a categoria do drogado, pessoa dependente, moralmente nocivo. Ambas se opõem a um modelo de família feliz de classe média, comprando, consumindo e buscando ascender socialmente por meio do consumo, um modelo

interessante para a ditadura. Estar numa família feliz, representaria a saída individual para os problemas da desigualdade, da falta de liberdade de expressão, da falta de perspectiva, da ignorância e da inocência. Exige autoconhecimento, numa perspectiva intimista que se opõe à valorização do social, ao sacrifício pessoal pela causa revolucionária e ao desejo de mudar o mundo dos anos 1960. Talvez esse olhar possa nos ajudar a entender o aumento do número de psicólogos clínicos no período, a respeito do qual falaremos logo mais.

Geisel foi forçado a iniciar um processo de abertura quando veio a público o assassinato do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho, com poucos dias de intervalo, nos porões da ditadura. Vladimir morreu no dia 25 de outubro de 1975, tendo sido oficialmente "encontrado enforcado com o cinto de sua própria roupa". Era professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e diretor de jornalismo da TV Cultura, militante do Partido Comunista Brasileiro e um crítico da ditadura.

Por tratar-se de pessoa famosa no jornalismo, apesar das restrições à liberdade de imprensa, foram muitos os jornalistas e intelectuais que se manifestaram de diferentes formas contra o absurdo do seu assassinato. No ato ecumênico realizado sete dias após a sua morte, sob uma enorme tensão e com o exército cercado a Catedral da Sé em São Paulo e milhares de pessoas dentro e fora da Catedral, o rabino Henry Sobel e D. Paulo Evaristo Arns, falaram com dureza a respeito do fato numa crítica aberta aos militares. Posteriormente, em sentença histórica, responsabilizando a União em outubro de 1978, o juiz federal Márcio Moraes pediu a apuração da autoria e das condições da morte de Herzog. Iniciar a volta à democracia era, por assim dizer, inevitável.

João Batista Figueiredo (1918-1999) foi o último presidente militar, tendo governado de 1979 a 1985. Nesse período, o país teve que conviver com um cenário instável no âmbito internacional em virtude do segundo choque do petróleo, o primeiro ocorrera em 1974. Como o Brasil era dependente de petróleo, o alto custo desse insumo necessário ao transporte recaía indistintamente sobre todas as mercadorias, provocando inflação nos preços. (Pires, 2009)

Segundo Pires (2009), apesar dos problemas internacionais, o presidente João Batista Figueiredo toma posse acreditando ser possível acelerar o crescimento econômico, modernizar a agricultura, aumentar o poder de compra do salário mínimo, lançar um programa de expansão das habitações populares e diversificar as exportações. É seu desejo, também, reduzir a dependência de capitais estrangeiros e conter o processo inflacionário. Sem grande alarde, o presidente se comprometia a prosseguir com o movimento de democratização do país, iniciado por seu antecessor.

Os militares desejavam que o presidente Figueiredo fizesse um bom governo, porque em 1982 estavam previstas eleições para governador, prefeito, deputados e senadores, e dessas eleições sairia o colégio eleitoral que elegeria o presidente de forma indireta em 1985. Com uma economia favorável, com aumento do poder de compra da população, seria possível que um presidente militar fosse indicado, permanecendo os militares no governo por mais um período, mesmo que tivessem que governar num regime de maiores liberdades democráticas, ao contrário do que haviam feito até então. (Pires, 2009)

O aumento do preço do petróleo e das taxas de juros nos Estados Unidos foi mortal para o modelo de política econômica adotada pelos militares de crescimento com endividamento internacional. Segundo Pires (2010), com empréstimos contraídos em bancos estrangeiros, em especial dos Estados Unidos, o aumento das taxas de juros provocou um forte aumento dos serviços da dívida externa. Em 1979 o Brasil pagava o equivalente a 25% do PIB em juros e amortizações dessa dívida. Em 1985, o número saltou para 50% do PIB fazendo com que durante 15 anos o país sentisse as repercussões do pagamento da dívida sob a forma de inflação, desemprego e estagnação, uma triste herança deixada pelos governos militares, além da falta de liberdade de expressão, perseguições, tristeza e morte.

Durante o governo Figueiredo, alguns fatos sinalizaram o início do movimento de redemocratização do país e devem ser mencionados. É sancionada a Lei de Anistia em 1979, permitindo a volta ao Brasil dos banidos em 1964 e em 1968. É extinto o bipartidarismo dando espaço para a criação de novos partidos

políticos. Vários movimentos grevistas acontecem em todo Brasil, sendo o mais importante deles, a greve dos metalúrgicos no ABC paulista em 1980 que dura 45 dias e, coloca em destaque Luiz Inácio Lula da Silva (1945-), o Lula, futuro presidente da república no período 2003 a 2010, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT).

Embora não tenhamos encontrado documentos desse período, sabemos por relatos de professores da PUC que Silvia orientou ativistas políticos que procuraram por ela para falar sobre o PT. Além disso, nesse período, ela inicia estudos sobre Psicologia Comunitária, num esforço permanente de inserir a Psicologia na problemática das comunidades.

Em 1988 o *Psychological Abstracts* relacionava oito grandes áreas como campo de trabalho da psicologia, conforme Matos (1988): Fundamentos e Medidas; Processos Básicos; Psicologia Fisiológica; Psicologia Comparativa; Psicologia Social; Psicologia do Desenvolvimento Humano; Psicologia Cognitiva; Psicologia Clínica e Psicologia do Trabalho e da Organização. Contudo, pesquisa realizada por Sass (1988), com uma amostra de cerca de 2000 psicólogos brasileiros, distribuídos pelas oito regiões que congregam os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), encontrou 30% dos psicólogos trabalhando em consultórios, 16% em empresas, menos de 10% em hospitais e serviços de atendimento psicológico, de tal forma que deu ao artigo de título “O campo profissional do Psicólogo- Esse Confessor Moderno” (p.194).

Vemos que, se as necessidades do trabalho abriram espaço para o desenvolvimento da psicologia na década de 1920, a regulamentação da profissão em 1962 ofereceu perspectivas para o trabalho em psicologia clínica de forma autônoma. Por que tantos psicólogos em consultórios particulares? É a pergunta que fazemos. Talvez porque a clínica fosse uma possibilidade de trabalho individual fora das instituições fragilizadas ou fechadas pela ditadura. Ao mesmo tempo, era uma oportunidade, pois havia a angústia e a frustração do momento, combinada com a necessidade de auto-conhecimento. (Coimbra, 1999).

Guedes (1992) pesquisou a atuação dos psicólogos clínicos a partir da análise de artigos em periódicos brasileiros e em dissertações e teses defendidas no país de 1980 a 1992; concluiu que trinta anos após a regulamentação da profissão, à divisão inicial da psicologia em clínica, escolar e industrial foram incorporados novos campos de atuação tais como: social, comunitária, hospitalar, preventiva, ambiental, forense, do trânsito, sinalizando um psicólogo mais comprometido com a sua realidade. Porém, a grande proliferação de cursos e a inexistência na época de um mercado de trabalho definido para os psicólogos nas instituições determinaram a clínica como a principal opção de trabalho.

Seguindo com Guedes (1992), os anos 1980 consolidam a tendência dos psicólogos clínicos ganharem importância em instituições particulares e públicas, em detrimento do trabalho autônomo em consultório. Essa alternativa, a clínica, não constava dentre as preferidas, tendo em vista a defesa do trabalho em instituições públicas e privadas, presentes na literatura. E completa, dizendo que os trabalhos e teses analisadas na sua pesquisa parecem indicar que a psicologia clínica está considerando a clínica como um modo de atuação e não como uma área de atuação.

A psicologia escolar, por sua vez, segundo G. Witter, Witter, Yukimitsu e Gonçalves, em 1992, a partir de pesquisa realizada em anais de congressos, periódicos, bancos de teses e dissertações de universidades mostrou que psicólogos escolares estavam buscando uma definição legal para seu campo de atuação profissional. A produção científica na área era limitada, comparada aos parâmetros internacionais. Predominavam os trabalhos apresentados em anais, com grande intervalo entre uma produção e outra. A maioria dos textos versava sobre a prática, sendo poucos a respeito da formação em psicologia escolar e da educação, bem como havia carência de pesquisas. O psicólogo escolar atuava em escolas, mas outros espaços de oportunidade começavam a surgir. A atuação no espaço escolar era predominantemente clínica, mas, havia um esboço de novas atividades.

Seguindo com G.Witter et al (1992), os autores enfatizam que, sendo a escola o principal espaço de trabalho de psicólogos escolares e da educação, sendo essa mesma escola uma instituição importante no seio da comunidade, o psicólogo

escolar deveria receber formação para atuar no contexto mais amplo, da organização e da comunidade. Além disso, a sala de aula é o microcosmo social, estando nela representados os aspectos bons e ruins da vida social. Dessa forma, os princípios da psicologia social deveriam ser adotados dentro e fora da escola, o que exigiria uma formação mais sólida e um lastro de conhecimento científico atualizado na atuação do psicólogo na prática escolar.

Bastos (1992) apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a psicologia no contexto das organizações, analisando em que medida o trabalho do psicólogo nas áreas de recursos humanos nas empresas está permitindo a construção de modelos de atuação ampliados e inovadores. Na época, segundo o autor, cerca de $\frac{1}{4}$ dos psicólogos brasileiros atuavam em áreas de recursos humanos das empresas. O estudo apontava que os psicólogos organizacionais, na sua grande maioria, trabalhavam com seleção, recrutamento e treinamento profissional. Mostrava que sob a denominação de desenvolvimento de recursos humanos havia projetos maiores de educação, acompanhamento pessoal, avaliação de desempenho, psicoterapia e orientação profissional. E considerava que a formulação das políticas de cargos e salários e, a consultoria em geral, eram áreas novas de atuação dos psicólogos organizacionais que, embora incipientes, sugeriam novas opções para o futuro.

O estudo mostrava que a atuação dos psicólogos na organização não estava totalmente definida e que eram poucos aqueles que contribuíam de forma efetiva com os graves problemas vividos pelos indivíduos no mundo trabalho. Havia a utilização exagerada de testes, não somente para orientar admissões, mas também, para apoiar as decisões sobre promoções. Essa prática era identificada como um dos impeditivos para que o psicólogo organizacional ocupasse um espaço maior nas decisões a respeito das estratégias das empresas, bem como nas decisões sobre o tratamento a ser dado para as pessoas. Além dos testes, a atuação tecnicista do psicólogo nas organizações era executada por meio de “receitas” e “pacotes” vindos de outros contextos culturais, em especial dos Estados Unidos. Assim, a pesquisa permitia concluir que nas organizações o psicólogo não participava das decisões estratégicas, não atendia à expectativa das chefias ao definirem seus objetivos de trabalho, faltava a ele sensibilidade para entender o contexto organizacional e social

no qual o seu trabalho se inseria. O autor conclui considerando que os dados empíricos indicavam que havia grande distância entre aquilo que o psicólogo faz e o que está preparado para fazer.

Estudos realizados, mais recentemente, revelam que os psicólogos continuam presentes nas organizações, mas, sua atuação não teve grande mudança em relação ao que foi observado por Bastos (1992). Sua presença foi ampliada na área de treinamento e desenvolvimento de pessoas, com o crescimento dos investimentos em educação feito pelas empresas a partir de 1992 e com a chegada ao Brasil das universidades corporativas. Tais entidades foram encarregadas de olhar o homem no trabalho de uma perspectiva do capital humano, ou seja, o conhecimento que as pessoas que trabalham na empresa possuem, incluindo as habilidades para executar uma função, os métodos de trabalho, as formas de relacionamento com os clientes e a organização do trabalho, representam uma parte relevante do capital da empresa. Sendo assim, era preciso investir na ampliação desse capital para incrementar a sua utilidade. Parte-se da premissa de que o processo de formação para o trabalho jamais termina, uma vez que é constante a mudança no mundo empresarial. O psicólogo apoia esse processo, pois, conhece o comportamento humano. Além disso, entende o conceito de competência que chegou ao mundo empresarial nos anos 1990, podendo elaborar e gerir os planos de desenvolvimento pessoal que levam ao desenvolvimento organizacional. (Le Gall, 2008)

No que diz respeito à produção científica em psicologia, Matos (1988) observava, após pesquisar o tema a pedido do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, na época, na formação científica oferecida aos alunos de psicologia era mínima, restrita a exercícios no laboratório na disciplina de Psicologia Experimental, apesar das diretrizes da reforma universitária determinando que teoria e pesquisa devessem seguir juntas nos currículos das diferentes disciplinas. Na maioria dos cursos se ensinava teoria e dedicando-se muitas horas para revisar a opinião de diferentes autores, das diversas escolas do pensamento psicológico. Em geral, não havia a oportunidade da crítica às diferentes teorias que eram apenas apresentadas. Além disso, não existia a observação empírica que pudesse oferecer oportunidade de contestação das teorias.

A psicologia social cresceu no Brasil a partir da reforma universitária em 1964 e Silvia Lane foi seu grande nome. Em 1981 foi publicado seu primeiro livro intitulado: “O que é Psicologia Social”, volume da coleção “primeiros passos”, editado pela Brasiliense. Inicialmente dirigido a estudantes do ciclo de ensino secundário, é adotado até hoje em faculdades.

Para Lane (1981), o enfoque da psicologia social é estudar o comportamento dos indivíduos naquilo em que são influenciados socialmente. Para a autora, antes mesmo de nascermos, as condições históricas que deram origem àquela família específica, e à instituição família em geral, estão presentes. A convivência com outras pessoas e o trabalho executado pelos pais influenciam a forma como a gravidez se desenrola e os cuidados com os filhos. Essa experiência é histórica e social, transmitida por meio da linguagem, composta de palavras que possuem significados culturais e sentidos pessoais. A cultura determina a visão de mundo, um sistema de valores, os sentimentos e as emoções. Todos os comportamentos são, portanto, sociais e a psicologia social estuda a relação entre o indivíduo e a sociedade, entendida historicamente, ou seja, desde as formas de organização humana, até as relações adotadas para sua perpetuação. (Lane, 1981)

Lane (1981) estabeleceu como objetos de estudo da psicologia social e que serão adotados no seu trabalho e nas suas pesquisas:

1. Conhecer como o homem se insere no processo histórico.
2. Como se forma nossa concepção do mundo e das coisas que nos cercam, por meio da linguagem. Como a linguagem determina valores e explicações (ideologia e representações sociais).
3. Uma análise de instituições como família, escola, levando à reprodução das condições sociais para entender em que circunstâncias elas podem proporcionar o desenvolvimento da consciência social.
4. Ênfase especial será dada ao trabalho humano, sua relação com as classes sociais, e em que condições o trabalho gera consciência de classe, fazendo dos indivíduos agentes da história da sociedade. Em seguida, veremos como a

Psicologia Comunitária propõe uma ação educativa e conscientizadora pelo desenvolvimento de relações comunitárias.

5. Por ultimo, veremos como a Psicologia Social tem se desenvolvido como ciência. (p.10-11)

A obra de Lane será estudada no capítulo 3. Contudo, como a psicologia social se coloca nesse momento do trabalho, na perspectiva de conhecer a história da psicologia nos diferentes momentos da trajetória de Lane, seguimos com ela, para entender o desenrolar da psicologia social e seu estágio em 1981. A psicologia social após a segunda guerra atinge o auge, apresentando-se como pesquisas e experimentos que tinham como objetivo a intervenção social para garantir relações sociais harmônicas partindo, não de sistemas teóricos, mas, de formas de ajustamento dos indivíduos ao contexto social. Como vimos anteriormente, predominava a ideia de que a sociedade era um pano de fundo e o comportamento deveria ser explicado pelas causas internas ao próprio indivíduo. Tais causas eram a personalidade, atitudes, motivos, hábitos e até instintos. Cria-se dessa forma uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, um influenciando o outro, mas, como fenômenos distintos.

Para Lane (1984), até 1960 persistiu um clima de otimismo em relação à possibilidade da psicologia responder com sugestões de interferência a todos os problemas de natureza social, seja na sociedade, nas fábricas e nas escolas. A partir de 1960, constata-se que a psicologia social não havia sido capaz de resolver o preconceito, a violência urbana, as greves nas fábricas e o homem se desumanizava sem que se pudesse entender por quê. O momento marca a chamada “crise na psicologia social”, segundo Lane (1984), título dado a muitos artigos e livros escritos em todo o mundo sobre o tema, inclusive na América Latina.

Seguindo com Lane (1984) amplia-se o debate a respeito do tema e os psicólogos sociais do Brasil e da América Latina, propõem que a psicologia social se volte ao estudo dos graves problemas da região. Na sequência dos debates, é criada no Brasil a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1979.

Pesquisas realizadas naquela época mostraram que as oportunidades de trabalho para os psicólogos sociais brasileiros eram na área acadêmica nas universidades e, na indústria, realizando funções semelhantes às do psicólogo organizacional, o que causa desconforto aos psicólogos sociais que tinham o ideal de atuar na busca de uma consciência do indivíduo que levasse à transformação da sociedade. Lane amplia o debate sobre o papel da psicologia social no processo de transformação da sociedade brasileira, dirigindo suas pesquisas para a psicologia comunitária, orientando diversos trabalhos dos alunos em comunidade como veremos no capítulo 3.

7. Eleições Diretas, o Plano Real e o PT no Poder

Em meio a dificuldades de toda natureza, desemprego, inflação, miséria, queda na renda per capita, empresários, classe média, trabalhadores, partidos de oposição iniciam a luta pelas “Diretas Já”. O deputado federal pelo PMDB Dante de Oliveira, ao assumir o cargo de deputado federal no dia 1 de janeiro de 1983, começou a coletar assinaturas de apoio ao seu projeto de lei que determinaria eleições diretas para presidente. Após conseguir a adesão de 170 deputados e 23 senadores, apresentou no Congresso, no dia 2 de março de 1983, a Proposta de Emenda Constitucional número 5. A proposta, que popularmente ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, mobilizou os mais variados setores da população brasileira. Partidos políticos, lideranças sindicais, civis, artísticas, estudantis e jornalísticas engrossaram um dos maiores movimentos sociais da história do país, as **Diretas Já**.

Mas, as diretas não vieram em 1985, tendo sido eleito o presidente Tancredo Neves (1910-1985) de forma indireta. Tancredo, entretanto, não toma posse em função de um grave problema de saúde que provoca a sua morte. O vice José Sarney (1930-) assume concretizando a volta de um nome civil ao poder, mas sem eleições diretas. A “Nova República”, como se usou chamar esse período, não obteve sucesso na solução dos principais problemas do país. Os pacotes econômicos sucessivos conduzidos por ele e posteriormente por seu sucessor, ora heterodoxos, ora ortodoxos, ora a mistura de ambos, falharam em encontrar uma

equação mais adequada para a dívida externa e para o controle do processo inflacionário, levando o país a viver mais uma década de estagnação. (Pires 2010)

Se a década de 1980 não foi satisfatória do ponto de vista econômico, no plano político foram muitos os ganhos. O fim da dualidade partidária, a criação do Partido dos Trabalhadores, o fim das perseguições políticas, a luz lançada sobre os horrores da ditadura, a volta dos presos políticos, a retomada dos debates na sociedade brasileira, em especial nas universidades, na mídia especializada, nas entidades de classe, caracterizando um período de abertura. E, talvez, a mais importante conquista da época, foi a nova constituição para o Brasil promulgada em 1988, contendo dispositivos que buscavam eliminar uma parte da injustiça social secular contra os mais pobres. A constituição incluía a saúde como direito de todos, fixava valores para os investimentos do Estado em educação e dava espaço para criação de políticas públicas importantes. Pires (2010)

Em 1992, Fernando Collor de Melo (1949-) foi eleito presidente, aliás, o primeiro presidente civil eleito por via direta, desde Jânio Quadros. Após um breve período de governo lhe é solicitado que se afaste do cargo para responder a um processo de impeachment que acaba por declará-lo impedido de continuar governando o país, devido a atos de corrupção. A saída de Collor foi marcada por mobilizações populares que ficaram conhecidas como dos “caras pintadas”, nome dado aos jovens, estudantes na sua maioria que, em agosto e setembro de 1992, pintaram o rosto de verde e amarelo e organizaram passeatas pelo impeachment de Collor.

Durante o mês de maio as denúncias vieram à tona e culminou com a formação do Movimento pela Ética na Política, composto por 18 entidades civis, como centrais sindicais, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No dia 29 de maio daquele ano, o movimento organizou um fórum pelo afastamento de Collor que contou com a participação de partidos políticos e da UNE.

Com o avanço das investigações amplamente cobertas pela mídia, a juventude começou a tomar as ruas. A primeira manifestação aconteceu no dia 11

de junho, em uma passeata que reuniu cerca de 10 mil pessoas em São Paulo. No dia 14, Collor foi à televisão para convocar a população a vestir verde e amarelo e a sair pelas ruas no domingo, 16 de junho, em resposta aos que o atacavam. Mas, aquele dia ficou conhecido como "domingo negro", pois, os jovens saíram às ruas vestindo roupas negras e pintando o rosto da mesma cor em sinal de luto contra a corrupção.

Em Salvador, cerca de 20 mil estudantes também se vestiram de negro e pintaram o rosto de verde e amarelo. Mas as manifestações se avolumaram a partir do dia 25 de agosto, quando o Movimento pela Ética na Política pediu que as manifestações públicas se intensificassem. Naquela mesma manhã, 400 mil estudantes com os rostos pintados voltaram ao Masp em São Paulo. Em Salvador, 80 mil pessoas participaram de uma passeata gritando "fora Collor", enquanto outras 100 mil faziam o mesmo em Recife. No dia seguinte, em Brasília, 60 mil pessoas aguardavam a aprovação do relatório da CPI feito pelo senador Amir Lando, que recomendava a abertura de impeachment. O relatório foi aprovado por 16 votos a cinco. O passo seguinte foi a formalização do pedido de impeachment entregue na Câmara no dia 1º de setembro.

Novamente em São Paulo cerca de 750 mil pessoas, segundo dados da Folha de São Paulo, voltaram às ruas. No dia 29 de setembro, a Câmara dos deputados vota a abertura do impeachment. Em transmissão ao vivo, 448 deputados votaram a favor, 38 contra, 23 não foram à sessão e um se absteve. Com o processo de impeachment aberto no Senado, no dia 2 de outubro, Collor deixou a presidência interinamente. Mas, no dia 29 de dezembro de 1992 renunciou. Apesar da renúncia, o Senado prosseguiu com o processo, tirando-lhe o cargo e declarando Collor inelegível por oito anos. O vice-presidente Itamar Franco (1930-2011) o substituiu na presidência.

Rego e Marques (2010) lembram que o governo Itamar Franco trouxe a solução para a inflação, um dos problemas mais sérios da economia brasileira. Um grupo de economistas, na sua maioria, oriundos da PUC do Rio de Janeiro, dentre os quais se incluem Gustavo Franco (1956-), André Lara Resende (1951-), Edmar Barcha (1949-) criaram o Plano Real, estimulados pelo presidente Itamar. A primeira

fase do Plano consistiu no ajuste das contas do Governo. A segunda etapa criava um padrão estável de valor de referência para os preços (URV), finalmente, a terceira fase do plano consistiu na emissão de uma nova moeda nacional com poder aquisitivo estável, o Real.

O plano Real incluía medidas polêmicas como a lei de responsabilidade fiscal que fixava os investimentos em todas as esferas de governo à arrecadação municipal, estadual, federal. Além disso, alterava as regras da previdência, empreendia uma grande abertura comercial, essa última iniciada no governo de Fernando Collor e agora ampliada, criava novos impostos para aumentar a arrecadação federal e manter o ajuste das contas públicas, além das privatizações, a mais polêmica das medidas, por se tratar de uma das máximas do neoliberalismo e eliminar benefícios que representavam conquistas de grande número de trabalhadores do setor público. (Rego e Marques, 2010)

Fernando Henrique Cardoso (1937-) sucedeu Itamar Franco, dando continuidade ao Plano Real. Para Rego e Marques (2010), apesar dos efeitos favoráveis do plano Real na economia brasileira, a equação básica do crescimento não foi solucionada. A inflação caiu, o ambiente econômico tornou-se mais estável e previsível, mas, a capacidade produtiva instalada não cresceu o quanto deveria, o aumento do consumo foi impedido por medidas de restrição ao crédito, houve aumento dos juros e dos empréstimos compulsórios restringindo investimentos na produção, “fazendo com que o crescimento se transformasse num subproduto e não no objetivo principal da política econômica”. (p. 238)

Seguindo com Rego e Marques (2010), o agravamento dos fundamentos da economia brasileira em 1998, associada à crise da Rússia, tornou o crédito novamente escasso. Em janeiro de 1999 o real foi desvalorizado, a taxa de juros cresceu trazendo a perspectiva de recessão, além da deterioração dos indicadores sócio econômicos. Sem crescimento em virtude das restrições ao crédito, e com o desaquecimento da economia internacional ampliou-se o debate sobre a sucessão política de Fernando Henrique Cardoso, que permanecera por dois mandatos sucessivos.

Luiz Inácio Lula da Silva vence as eleições em 2002 com uma larga margem de votos: “A esperança superou o medo” diz o presidente no seu discurso de posse em 1º de janeiro de 2003, transmitido por todos os canais de televisão e publicado no dia seguinte em jornais de todo o mundo. Apesar da inquietação causada nas elites econômicas pela perspectiva de um governo do Partido dos Trabalhadores, o processo democrático de sucessão ocorreu sem nenhuma perturbação e Lula tomou posse. Para conter a aflição da direita às vésperas da posse, é publicada a Carta ao Povo Brasileiro, afirmando que o governo do PT vai manter os contratos e seguir pagando os juros da dívida externa. De fato, embora com um amplo programa no plano social, a política econômica de metas de inflação, câmbio flutuante e geração de superávit primário seguiram sendo os principais pilares da política econômica. No segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a dívida para com o FMI é integralmente paga. (Rego e Marques, 2010)

Com essa retrospectiva do cenário econômico e político brasileiro, bem como, com rápidas pinceladas na história da Psicologia no período de 1966 a 2006, tivemos a intenção de mostrar que a obra de Silvia Lane e a sua atuação na PUC de São Paulo, buscando a prática de uma psicologia social inserida na realidade brasileira, foram permeadas pelos problemas econômicos do Brasil, por períodos de cerceamento da liberdade, por injustiças no plano social e no nível do indivíduo. Além disso, foram muitas as dificuldades de acesso do povo à saúde e à educação, o que certamente influenciou seu trabalho e as suas preocupações no plano acadêmico. Suas contribuições para a psicologia foram da mais alta relevância e serão apresentados no capítulo 3 a seguir.

Capítulo 3. A obra de Silvia Lane

Para analisar a obra de Silvia Lane, recorreremos a um texto escrito em 2005, a pedido de uma colega que, com ela, preparava edição e reedição de artigos a seu ver importantes, alguns fora de circulação. O texto traz cinco temas que marcaram o seu pesquisar em direção a uma psicologia social brasileira: Psicologia da Linguagem, Psicologia Social, Psicologia Comunitária, O Processo Grupal e A Mediação Emocional. Silvia deu ao texto o título “Caminhos Percorridos”.

Para cada tema, há uma pequena introdução (assim chamada por ela) e a relação de textos escolhidos entre os publicados, alguns em revistas desativadas ou de difícil acesso, ou em palestras e congressos.

Neste capítulo, tomamos este documento inédito como referência e, para tanto, vamos dar à própria Silvia a palavra:

1. Psicologia da Linguagem

Introdução: Por que caminhos percorridos? Porque acredito na História como a base de toda a produção científica, despertada por uma curiosidade a respeito dos fatos cotidianos. Desde a época da graduação em Filosofia a questão da linguagem já me perturbava: por que falamos e não nos entendemos, ou, por que alguns falam e nós não os entendemos, apesar de falarmos o mesmo idioma? Esse foi o tema da nossa tese de doutorado que implicou em pesquisas antes e depois da defesa. O encontro com Osgood e o Diferencial Semântico, detectando o significado afetivo das palavras, abriu caminho para uma série de pesquisas. Posteriormente, Leontiev com o conceito de sentido pessoal *versus* significado e Vigotsky, com a análise da linguagem e do pensamento e sua relação com a consciência e, posteriormente, com as emoções, ampliaram o campo de pesquisas. A mediação dialética da linguagem, das emoções e dos grupos sociais se tornou a temática básica de nossas investigações. Esse foi o início dos caminhos percorridos...

Lane indica oito textos para este tema. Apresentados em ordem cronológica, foram publicados em sete diferentes periódicos, sendo um deles do exterior, um em livro, e um em jornal para divulgação de livros.

São eles:

1. Escalas do diferencial semântico para língua portuguesa falada no Brasil, tradução do original publicado no *International Journal of Psychology*, vol 8, n. 2, (p 147-152), 1973.
2. Significado psicológico da saúde como função de contingências grupais em duas faculdades de São Paulo in *Revista Escola de Enfermagem da USP*, vol 10, n. 1, p. (10) 15-56. 1976. Em coautoria com Wanda Horta.
3. Significado psicológico de família, política e moral para adolescentes em escolas do 2º Grau de São Paulo (em colaboração). *Cadernos PUC nº4 de Psicologia*. 1980. São Paulo, EDUC Cortez Editora.
4. Literatura... pra que? (Libertadora de dominações) in *Leia*, ano IV n.38, 1981. São Paulo, Editora Brasiliense.
5. O mundo através das palavras. *Cadernos PUC nº15 de Psicologia*. p.35-105, 1983. São Paulo, EDUC Cortez Editora.
6. Linguagem, pensamento e representações sociais in Lane, Silvia e Codo Wanderley (orgs) *Psicologia Social. O homem em movimento*. 1984. São Paulo, Editora Brasiliense, p.32-39.
7. Usos e abusos do conceito de Representações Sociais. In Spink, Mary Jane (org) *O conhecimento do cotidiano. As representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo, Editora Brasiliense. 1991.
8. Estudos sobre consciência. *Psicologia Social e Sociedade*_v8, n.1, p.3-15 1996. São Paulo.
9. A Linguagem e constituição do sujeito in Parlato, E M e Silveira L F.B. (orgs) *O Sujeito entre a língua e a linguagem*. 1997. São Paulo, Lovise.

Embora todos os textos tenham sido lidos e analisados, os quatro primeiros expressam com clareza o pensamento teórico de Lane. Vale observar que Silvia, desde o início da sua atividade como professora e pesquisadora, escreveu sobre a linguagem e o significado das palavras. O texto relacionado aqui como o primeiro é

um resumo da pesquisa realizada para sua tese de doutorado que foi publicado originalmente nos Estados Unidos, em 1973, época em que o Brasil não era reconhecido pela excelência de sua produção em psicologia. O fato demonstra uma deferência motivada pela qualidade do trabalho e respeito pela autora.

As primeiras pesquisas de Silvia têm como ponto de partida uma curiosidade de longa data: por que as palavras assumem significados distintos para os diferentes grupos sociais? Crianças, adolescentes, estudantes, profissionais de saúde, dentre outros, foram escolhidos como sujeitos de diversas pesquisas, cujo objetivo era dar suporte às suas suspeitas de que os sentidos das palavras estão relacionados com as experiências vividas pelo indivíduo no grupo social. Esse período de seu trajeto é marcado, ainda, pela busca de um instrumento de pesquisa para medir o significado afetivo das palavras. A metodologia escolhida por Lane permitia a representatividade estatística nas conclusões, incluía a aplicação de uma escala de diferencial semântico e, posteriormente, os dados eram submetidos à análise fatorial, chegando-se a uma conclusão. Tratava-se da metodologia de pesquisa científica, própria da época.

Silvia usou em várias de suas pesquisas o Diferencial Semântico de Osgood, um instrumento desenvolvido para pesquisas interculturais, perspectiva adotada pela doutora Aniela Ginsberg, sua orientadora. No primeiro trabalho mencionado, a primeira etapa exigiu a tradução do inglês para o português de cem substantivos usados em estudos de natureza semelhante, que foram, posteriormente, submetidos ao julgamento de pessoas cuja língua nativa era o português e possuíam como uma segunda língua o inglês. Estes juízes concordaram em 100% com a tradução feita para 74 dos adjetivos. A tradução dos outros 26 adjetivos, para os quais não houve concordância, foi submetida a especialistas da língua inglesa, os quais aprovaram a forma de tradução inicial utilizada pela pesquisadora. A seguir foram apresentadas aos sujeitos frases que deveriam ser completadas incluindo um dos substantivos da lista de 100. Por exemplo: A casa é _____ .

A aplicação foi feita com cem sujeitos, estudantes homens de escolas secundárias, com idades entre 15 e 20 anos, todos vivendo na cidade de São Paulo,

para os quais era solicitado: “Complete as sentenças abaixo com o adjetivo que você considera o mais adequado para o significado da frase.”

Como resultado da etapa de coleta de dados, foram obtidas: 10000 respostas (100 sujeitos x 100 conceitos), das quais 9385 das escolhas eram qualificativos, 470 eram substantivos, palavras inventadas, gíria, etc, e 145 eram omissões. As respostas receberam tratamento estatístico, a saber: índice H de Shannon e análise de variância. Após a análise dos dados, Silvia concluiu que tudo indicava que o processo psicológico responsável pela aquisição de significados era mais complexo do que Osgood e outros haviam sugerido. Além disso, talvez, as condições culturais do Brasil explicassem os resultados.

Outro trabalho sobre o tema da linguagem, foi uma pesquisa que resultou no artigo: “Significado Psicológico da Saúde como Função de Contingências Grupais em duas Faculdades de São Paulo”, em co-autoria com Wanda Horta, publicado na revista *Escola de Enfermagem da USP*:

O objetivo do estudo foi identificar indicadores de contingências grupais que controlam comportamentos verbais de alunos a eles filiados, por meio das palavras relacionadas ao binômio: saúde-doença. O estudo foi realizado em faculdades de Enfermagem e Psicologia, comparando-se dados de grupos em cada escola e, entre os diferentes sujeitos de uma mesma faculdade. Utilizou-se a técnica do diferencial semântico de Osgood, aplicado numa amostra da população de primeiro e quarto ano das duas escolas. Os valores indicativos de possíveis contingências em cada escola foram obtidos por entrevistas com docentes membros de órgãos dirigentes. Por meio dos questionários, se identificou valores distintos entre os diferentes grupos de professores. Os resultados mostram que os valores podem indicar contingências que controlam os comportamentos verbais dos estudantes. (p.15)

O cuidado na definição da amostra por meio de sorteio randômico, a utilização do diferencial semântico de Osgood, a análise estatística de diferenças de Goodman e análise da variância mostram, mais uma vez, a preocupação de Silvia com aplicação de técnicas estatísticas e a representatividade dos dados, nos quais se baseavam as suas conclusões. A análise dos resultados nesse estudo comprovou a hipótese de que os valores adotados pela direção das faculdades (enfermagem e psicologia, no caso), enfatizados pelos professores nas aulas,

atuavam como contingências de reforçamento e influenciavam os comportamentos verbais dos alunos.

Ainda na sequência de estudos sobre a linguagem com utilização do Diferencial Semântico de Osgood, Lane escreve o artigo “Significado Psicológico de Família, Política e Moral para Adolescentes em Escolas do 2º Grau de São Paulo”. Este texto está assinado também pelos alunos que trabalharam na pesquisa e que eram: Maria Elci Spaccaquerche, Bader Sawaia e Delcino Venturian, tendo sido apresentado no XVI Congresso da SIP em Miami (1976). Foi publicado nos *Cadernos PUC nº4 de Psicologia*. A pesquisa foi realizada a partir de investigação iniciada em 1968 e tinha por objetivo verificar como os significados psicológicos ou afetivos das palavras se criam e são mantidos.

Assumimos, em concordância com Moscovici, que a linguagem é equivalente à moeda num sistema de trocas. A ideologia, o significado psicológico, como aprendido pela técnica do D.S., é um indicador direto de valores que decorreram e mantêm as relações sociais entre individualidades em uma mesma sociedade. (p.12)

Para Lane (1980), os significados psicológicos da linguagem refletem a representação subjetiva que os indivíduos têm da sociedade a partir das suas próprias relações sociais, mantidas pela comunicação e que “guardam a ideologia produzida para que as contradições sociais não se revelem nas relações sociais”. (p.13)

Silvia reconhece então que há um longo caminho a ser percorrido até que seja possível encontrar os elementos da realidade social que expliquem as diferenças de significados das palavras. Essa pesquisa, tal como as demais, se constitui em uma tentativa de identificar as variáveis envolvidas na construção dos significados psicológicos das palavras.

A conclusão de Lane (1980) foi:

Em última instância podemos concluir que a existência de um controle social, tanto familiar quanto do grupo de amigos, mais constantes nos sujeitos das escolas públicas e, uma autonomia individual maior dos sujeitos da escola particular, associada à maior

criticidade intelectual, tende a relativizar os valores morais. Concluindo, esse estudo permite perceber como a linguagem, e mais especificamente, os significados psicológicos, estão relacionados às condições sociais de vida, e também que estas relações não podem ser estabelecidas em termos de variáveis isoladas, mas sim, em padrões de variáveis que se combinam de formas diferentes para diferentes categorias de palavras. (p.20)

E termina dizendo que as características sociais da vida familiar, das relações de amizade, lazer e escolaridade, interferem na atribuição dos significados psicológicos das palavras relacionadas à família, à política e aos valores morais. Embora o caminho seja longo, o estudo foi mais um passo para relacionar os significados psicológicos das palavras aos condicionantes da vida social. Estes primeiros textos dos “caminhos percorridos” por Silvia revelam uma preocupação de apoiar suas ideias em pesquisas empíricas, mas, incluem também uma reflexão abrangente, a partir de diferentes autores.

Em 1984 Silvia publica com Codo o livro *Psicologia Social - O Homem em Movimento* que representa um marco no amadurecimento do seu pensamento. No artigo “Linguagem, pensamento e representações sociais”, Lane (1984) lembra que Skinner (1904-1990) define comportamento verbal como aquele que é mediado por outra pessoa, incluindo no verbal não somente palavras, mas, gestos, sinais, ritos, etc. Buscar a relação entre as palavras e os condicionantes do meio social não é uma preocupação nova na psicologia, e tem sido tema central de suas pesquisas. Contudo, para uma compreensão mais profunda do comportamento verbal, é necessária a análise no contexto mais amplo do homem como produto e produtor da história. E concorda com o pensamento marxista de que a linguagem surge como consequência da necessidade do homem de transformar a natureza para garantir a sobrevivência do grupo social. Além disso, a organização e a divisão do trabalho exigiam uma linguagem que permitisse a comunicação entre os homens e uma ação de forma planejada no grupo.

Para Silvia, a linguagem rudimentar evolui incorporando, ao significado das palavras, valores associados às práticas sociais. Tais significados são transmitidos de mãe para filho e contêm a visão de mundo do grupo social no qual se constituíram. Nesse aspecto, ela se apoia em Skinner, Piaget (1896-1980), Vigotski

(1896-1934), Malrieu (1912-2005) e Leontiev (1903-1979), que afirmavam que a primeira função da linguagem é a comunicação e o intercâmbio social, e é por meio da linguagem que a criança representa o mundo que a cerca, influenciando seu pensamento e as suas ações no processo de desenvolvimento.

Cada um dos autores mencionados contribui, segundo Lane, para um conhecimento psicológico da aprendizagem da linguagem. Skinner, por meio da análise empírica demonstra a materialidade do falar e do pensar; Piaget e Malrieu apontam para a gênese social das representações da criança, mostrando como ela desenvolve a visão de mundo; Vigotiski e Leontiev, concebendo o homem como a manifestação de uma totalidade histórica e cultural, apontando a linguagem como algo fundamental para a formação da consciência de si e do indivíduo no grupo social. Leontiev vai mais longe, quando esclarece que, ao mesmo tempo em que os significados das palavras são produzidos coletivamente ao longo do processo sócio-histórico, no nível do indivíduo, eles adquirem um sentido pessoal, fazendo com que a palavra se relacione com a vida de cada um, tal como Silvia pôde apreender das suas próprias pesquisas. Finalmente, ela recorre a Flahault (1945-) para completar seu raciocínio, lembrando a análise dos “atos ilocutórios”, ou seja, as falas que caracterizam as posições ocupadas pelos interlocutores de forma explícita ou implícita, concluindo que toda palavra embute uma conotação de poder: o que eu sou para você e o que você é para mim. Essas referências teóricas apoiam a compreensão dos significados da linguagem.

O texto “Usos e Abusos da Representação Social”, identificado por Silvia como representativo do tema Psicologia da Linguagem, foi publicado em 1991 e começa visitando o trabalho de Moscovici (1928-) *Representação Social e Psicanálise*, escrito em 1972. Silvia concordava com a análise crítica que o autor fazia a respeito da Psicologia Social contemporânea, entendida como tendo influência americana, apresentando indivíduo e sociedade como uma dicotomia, quase em oposição, levando ao conhecimento fragmentado do ser humano e à separação artificial entre as ciências sociais. Para Silvia, o conceito de representações sociais trouxe contribuições para a compreensão do indivíduo não fragmentado. A professora relembra que na revisão que ela mesma fez da psicologia social com os seus alunos constatou que o conceito permite a detecção dos valores,

da ideologia e esclarece as contradições, o que é essencial para a compreensão do comportamento social. Além disso, o comportamento de representar algo era por si observável, registrável, estabelecendo um forte elo conceitual entre a psicologia e a sociologia. Moscovici (1972) falava na importância da comunicação de massa na produção de representações tanto coletivas quanto individuais, exemplificando a presença de um conteúdo social. Para o autor, as representações sociais são elaboradas por meio de um intercâmbio de subjetividades. E citando Jodelet (1989), Lane (1991) considera que a autora tem contribuído enormemente com pesquisas e construções teóricas a respeito do tema. Lane (1991) lembra que:

“ É necessário dizer: as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais, integrando ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais eles vão intervir.” (p.41)

Para Lane (1991), Jodelet (1989), partindo de uma postura cognitiva, constata a necessidade de englobar os aspectos mentais, afetivos e sociais, para avançar numa concepção de ser humano que é essencialmente social. Não é possível entender o ser humano sem a Cultura, num momento econômico, social e político dado.

A conclusão do artigo é que entre os usos e abusos do conceito de “representações sociais” há dois pontos fundamentais que devem ser ressaltados. O primeiro se refere ao aspecto conceitual de representação social. Quando se parte de uma perspectiva exclusivamente cognitiva, estudos demonstraram que indivíduo e sociedade, o singular e a totalidade social são indissociáveis, isso porque o sujeito, ao verbalizar suas representações da realidade, utiliza significados socialmente constituídos e sentidos pessoais, decorrentes das suas experiências de vida, cognitivas e afetivas. O reconhecimento dos conteúdos emocionais nas representações permitiu o avanço do tema.

O segundo ponto destacado por Lane (1991) se refere à questão metodológica. As representações sociais permitem que se realizem estudos quantitativos com amostras representativas e análise estatística dos dados, nos quais as representações podem ser tratadas como dados empíricos. Porém, é

preciso ampliar a análise, situando os resultados no contexto sócio-econômico-político no qual os resultados foram obtidos, permitindo captar o movimento histórico.

2. Psicologia Social

A Psicologia Social é o segundo grande tema de interesse de Silvia. A esse respeito ela escreve na pequena introdução para o segundo tema dos “caminhos percorridos”:

Introdução: Problemas teóricos e práticos nos levaram à análise de temas amplos, decorrentes das pesquisas realizadas, visando uma reflexão crítica da psicologia social do cotidiano. (p.2)

Nove textos para a formulação das bases conceituais e metodológicas de uma psicologia social brasileira foram selecionados para serem incluídos na coletânea. Foram escritos entre 1978 e 1997, dois estão publicados fora do Brasil, sendo um em livro e outro em periódico, três em periódicos nacionais, um em livro publicado no Brasil e três foram comunicações em congressos.

1. Psicanálise e Marxismo: Dilema da Psicologia Social, in *Psicologia e Sociedade*. 1986 v.1, n.2, p.36-41.
2. Psicologia Social Teoria e Prática: In *Psicologia e Sociedade*. 1990 v.4, n.6, p.11-19.
3. Problemas Teóricos e Metodológicos da Psicologia Social: In *Psicologia e Sociedade*, 1989 v.IV, n.6, out/88- mar/89.
4. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente in *2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPPEP*, 1990.
5. Psicologia: Ciência ou Política? Em colaboração com Bader Sawaia in *Accion y Discurso*, org. por Maritza Montero. 1991. Venezuela, Eduven.
6. Avanços da Psicologia Social na América Latina- *Conferência do I Congresso Ibero Americano*, julho de 1992. Madrid.

7. Um pouco da história da Psicologia Social no Brasil. In *Antropos* nº 156, p. 72-76, 1993. Barcelona.
8. Uma prática do psicólogo social numa área chamada clínica In *Anais da VIII Reunião Anual de Psicologia*. Outubro, 1978. Ribeirão Preto p. 176-178.
9. Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In Guareschi, Pedrinho e Campos, Regina Helena de Freitas. (orgs,) *Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana*. 1984. Petrópolis, Vozes.

Para nós, este conjunto de textos mostra como a trajetória de Lane foi marcada de forma especial pela viagem realizada por ela para a América Latina. É a partir da viagem que se faz presente, mais fortemente, nas suas reflexões, a busca de bases conceituais para uma psicologia social brasileira e latino-americana, dissociada da psicologia social norte-americana. Podemos ver que, no relatório elaborado ao final da viagem em 1983, depois de descrever as etapas da viagem e suas impressões a respeito das instituições visitadas, Silvia conclui com cinco pontos que esclarecem a sua forma de entender a psicologia social até aquele momento e que, de certa maneira, ajudam a sintetizar o segundo conjunto de temas dos “caminhos percorridos”.

A primeira conclusão foi que a influência da produção norte-americana era sentida em maior ou menor grau em todos os países visitados, mesmo quando os psicólogos sociais não participavam de trabalhos de intervenção junto às comunidades. A segunda conclusão foi que a especificidade de cada um dos países latino-americanos exigia uma postura crítica em relação à psicologia americana e a busca de fundamentos e métodos de pesquisa que, em geral, apontavam para a pesquisa-ação, como condição de intervenção e construção de um conhecimento sobre a realidade nacional. A terceira conclusão foi que os problemas que se constituíam em objeto de pesquisa eram bastante semelhantes aos nossos, recomendando o intercâmbio entre os pesquisadores dos diferentes países, sendo o Brasil o mais isolado dos países latino-americanos. Nesse sentido, Lane propõe a presença regular de psicólogos brasileiros nos congressos latino-americanos, começando pelo *XIX Congresso da SIP* realizado em julho de 1983 em Quito, Equador. A viagem foi importante também para divulgar o que estava sendo feito no

Brasil e, a partir daí, ficou mais clara no trabalho de Sílvia a necessidade de definir os caminhos da psicologia social brasileira.

Tanto é assim que os textos apontados por ela como representativos no tema trazem a noção de indivíduo adotada como ponto de partida para a formulação das bases teóricas da psicologia social, além da apresentação das categorias que definem o psiquismo humano, afastando-se da temática da psicologia americana e dos seus métodos de análise. Há a proposição de uma psicologia social com bases marxistas, voltada ao estudo da realidade brasileira e, tal como nos trabalhos sobre a linguagem, os autores soviéticos têm influência relevante, em especial, Vigotski e Leontiev.

A professora ressalta a importância das pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos de Psicologia Social no Programa de Pós- Graduação da PUC de São Paulo, em conjunto com os seus orientandos, muitas vezes citados nos artigos. É nessa fase do seu trabalho que Sílvia declara a necessidade de os psicólogos se voltarem à realidade dos seus países, trabalhando em prol da transformação, na direção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, busca estreitar o seu relacionamento com psicólogos latino-americanos atuantes na Psicologia da Libertação, cujo nome mais representativo foi Martin Baró (1942-1989).

No texto apresentado no Encontro Regional da ABRAPSO que aconteceu em São Paulo em 1986, intitulado “Psicanálise ou Marxismo: Dilema da Psicologia Social?”, Lane (1986) colocava o tema sob a forma de uma pergunta, começando sua exposição lembrando que a psicologia social, desde sua origem, vivia o dilema de ser uma área de estudos da psicologia, ou um ramo da sociologia. Por essa razão, duas denominações eram atribuídas à psicologia social: psicossociologia, sociopsicologia. Tanto que, em 1957, quando participou da instalação do CRPE, por ocasião da organização da biblioteca, os pesquisadores tiveram uma acalorada discussão sobre onde deveriam ser colocados os livros de psicologia social: se junto aos livros de psicologia ou aos livros de sociologia.

Prosseguindo na sua exposição, a professora menciona que, enquanto a Inglaterra tendeu a acompanhar os Estados Unidos, realizando pesquisas empíricas

descritivas, a França pendeu para o pensamento sociológico, e até 1968 a única teoria psicológica aceita na maior parte da Europa era a psicanálise. Somente no final dos anos 1970, o Laboratório de Psicologia Social da Universidade de Paris VII começa a produzir algumas análises sob a ótica marxista, bastante comprometida com a atuação partidária do Partido Comunista francês, resultando, segundo ela, em um dogmatismo partidário que à época foi bastante criticado. Para alguns autores, essa tendência praticamente paralisou a produção científica na França.

Mas, para Silvia, a grande contribuição do marxismo para a psicologia foi mostrar que o homem somente pode ser concebido como produto e produtor da história e se concretiza na produção material e intelectual da vida em sociedade. O indivíduo assim concebido traz consigo a história da sua cultura, dos modos de produção que geram as relações sociais e a linguagem. É individualidade na sua especificidade, mas, também, é totalidade histórica e social. Em fins de 1960 e começo de 1970 a obra de Politzer volta a ser lida intensamente, com vistas a encontrar pistas para uma psicologia materialista histórica. Dessa busca, três contribuições emergem. A primeira é a crítica à fragmentação da psicologia e conseqüentemente do homem. A segunda é a crítica aos fundamentos da psicanálise, quando Politzer resgata a contribuição significativa de Freud (1835-1930) no estudo do inconsciente, como sendo uma elaboração em direção à psicologia concreta. A terceira é a ênfase que o autor dá à narrativa, elemento fundamental para a compreensão do ser humano.

A busca de vínculos entre psicanálise e marxismo esteve presente, segundo Lane (1986), nos trabalhos de Bleger (1922-1972) e nos de Sève (1926-) em torno da personalidade, ambos contribuindo para um aprofundamento crítico na psicologia social. Porém, foi Leontiev que, com base em pesquisas e experimentos, saindo de uma mera releitura do que se produzia em Psicologia e em marxismo, apresenta a elaboração teórica de três categorias fundamentais para explicar o psiquismo: a consciência, a atividade e a personalidade, afirmando que toda psicologia é social. Além disso, com a herança de Vigotski, Leontiev define a linguagem e o pensamento como mediação entre consciência e personalidade, afirmando que, se a atividade pode ser alienadora, é porque há ideologia embutida nos significados das

palavras. E Lane (1986) enfatiza: “os significados das palavras são historicamente elaborados e normatizados pela classe que detém o poder” (p. 36).

No mesmo texto, declara que tem pesquisado, por meio do discurso, a consciência que permite resgatar o relato das atividades e a própria identidade enquanto consciência de si. Para ela, a identidade é uma categoria que se mostra mais apropriada do que a personalidade para definir o indivíduo, pois tem caráter dinâmico. E, quando analisa a questão do prisma da “alienação mental” e da “alienação social”, afirma:

[...] ambas, alienação mental e alienação social, se processam de maneira semelhante, sugerindo um processo inconsciente que ocorre seja através da ideologia, seja através dos chamados mecanismos de defesa, ambos distanciando e imobilizando o homem na sua realidade concreta e, ambos, trazendo no seu âmago emoções fortes e contraditórias. (p.37)

E prossegue dizendo que, ao priorizar a consciência em suas pesquisas, “parodiando Skinner”, (p.37), está partindo do aparente (superficial), para chegar ao profundo que está contido no aparente, mas não pode ser facilmente captado pelas técnicas de análise do aparente. E prossegue: “o inconsciente com seus conteúdos históricos e, possivelmente, ideológicos, tem uma relação dialética com o consciente, perceptível através da análise dos discursos, quando aponta para contradições, seja na fala, seja entre a fala e ação” (p.38). E nos lembra de que Lacan (1901-1981), por exemplo, atribuía importância à linguagem na análise do inconsciente por meio das metáforas e metonímias.

Finalmente, Lane (1986) menciona que o avanço da ciência não aceita qualquer espécie de dogmatismo, a existência de uma verdade absoluta. Assim, termina dizendo:

[...] se nos mantivermos no dogmatismo freudiano, então a partícula ou de Psicanálise ou Marxismo é necessária. Porém, se aceitarmos o desafio do conhecimento do ser humano em toda sua complexidade, todo seu potencial criativo que é a manifestação da totalidade histórica, do indivíduo como transformador da realidade, não podemos negar o inconsciente sempre presente com toda energia emocional nele contida, nesse caso, a partícula ou não cabe. Quando vemos no materialismo dialético a superação da contradição

entre objetividade e subjetividade, diríamos que tanto o behaviorismo quanto a psicanálise têm contribuições importantes que devem ser retomadas num outro nível de análise- numa outra dimensão de homem. (p.39).

Silvia parte do pressuposto de que o indivíduo objeto da Psicologia é um ser que tem materialidade e pode ser observado empiricamente por meio dos seus comportamentos. Porém, enquanto produto da história, esse homem guarda a subjetividade histórica representada pela cultura do grupo social no qual está inserido e de toda a sociedade; não se trata da subjetividade psicanalítica, mas da cultura e da ideologia transmitida por meio das palavras.

A propósito da relação entre subjetividade e objetividade, Silvia expressa claramente seu ponto de vista em um de seus últimos artigos, intitulado “A dialética da subjetividade versus a objetividade”; publicado em: *Por uma Epistemologia da Subjetividade: Um debate entre Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais*, Organizado por Odair Furtado e Fernando González Rey.

A subjetividade é construída na relação dialética entre o indivíduo e a sociedade e suas instituições, ambas utilizam as mediações das emoções, da linguagem, dos grupos a fim de apresentar uma objetividade questionável, responsável por uma subjetividade na qual esses códigos substituem a realidade. Assim, objetividade/subjetividade, como unidade dialética, é mediada por uma estrutura denominada “Subjetividade Social” (segundo Fernando Gonzalez Rey) a qual, através de códigos afetivos e linguísticos garantem a manutenção do status quo. Como enfrentar esta cilada? (p.17)

Após sua viagem pela América Latina, o interesse de Sílvia pelos progressos da psicologia social na região é um tema permanente em seu trabalho. Os textos indicados e que foram apresentados no XX Congresso Interamericano de Psicologia em Carácas, na Venezuela e outro na XVI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia Ribeirão Preto em 1986, mostram de forma clara suas preocupações nesse sentido.

Em Caracas, 1985, Sílvia começou sua palestra lembrando que no Congresso da SIP, em Miami, quando se falava na crise da psicologia social, no Brasil não era diferente do que ocorria em outros países. As teorias ensinadas na

época nos cursos de psicologia eram as de Lewin (1890-1947), Allport (1897-1967), Klineberg (1899-1992), Heider (1896-1988), entre outros, tendo como temas principais: a dinâmica dos grupos, a percepção social, a mudança de atitudes, a socialização, as diferenças entre os sexos, etc. Ou seja, ensinamentos e temas trazidos dos Estados Unidos.

Os cursos, até os primeiros anos da década de 1970, eram organizados em teoria e prática tratadas de forma dissociada. A metodologia de ensino adotada nas aulas teóricas era uma revisão da literatura e, nas aulas práticas, pequenos estudos de campo, com algumas observações e experimentos.

Lane (1985) relata que acompanhava com interesse os artigos que propunham uma análise crítica dos pressupostos da Psicologia Social. Além disso, seu desejo era poder realizar investigações psicológicas na realidade brasileira, o que começou a acontecer com a criação, em 1972, do curso de pós-graduação em Psicologia Social da PUC de São Paulo. Conta ainda que embora investigasse temas tais como: os pequenos grupos sociais, a psicologia da linguagem, a socialização, a aprendizagem, tentava não fragmentar o ser humano e compreendê-lo na sua inserção social.

Para Silvia, reler Lewin ajudou a ampliar horizontes com os estudos sobre a dinâmica dos grupos sociais enquanto processo. Goffman (1922-1982) trouxe contribuições importantes com o método da observação participante. Inspirada pelo tema, ela decidiu realizar observações de grupos inseridos no seu processo histórico, para tentar chegar até o processo que levou à constituição dos grupos e suas contradições.

Os estudos sobre a linguagem que realizara até então, não estavam dissociados da busca pelas bases conceituais de uma psicologia social nas quais a linguagem era essencial para a compreensão das relações sociais, com conteúdos e objetos de estudo distintos da psicologia social americana. Por outro lado, lembra que o conceito de representação social se mostrou interessante na busca de compreensão dos indivíduos, em especial, por fornecer conceitos que enriqueciam o entendimento de como, partindo de posições particulares, os indivíduos se

organizavam e atuavam no mundo social. Segundo a autora, na teoria das representações sociais, havia lugar para explicar a ideologia, os valores sociais de cada indivíduo, questões que passavam pela linguagem e pelas representações, fundamentais para a compreensão do indivíduo entendido no conjunto de suas relações sociais.

Estudando a linguagem, Lane relembra, novamente, que chegou até Vigotski e à sua teoria da consciência como produto da interação entre linguagem e pensamento. Com Vigotski, foi possível fazer a análise da consciência alienada, fragmentada, em que a ideologia se apresentava cristalizada no discurso individual e, da consciência clara, produto de um pensamento crítico, em que as significações aportadas pela linguagem se confrontavam com a realidade em si.

Na busca pela melhor compreensão do indivíduo inserido no contexto social de forma ampla, Lane (1985) lembra que trouxe, da escola de Genebra, Malrieu (1912-2005) e a proposta de uma análise da formação das representações sociais nas crianças, demonstrando que a mediação social é necessária para o desenvolvimento. Outra questão considerada como uma possível vertente de investigação foi a identidade social, tal como formulada por George Mead (1863-1931), mostrando a relevância do grupo social e das interações simbólicas para a construção do indivíduo.

Além disso, permanecia em perspectiva o tema do comportamento, entendido como conduta, ação, atuação. E Lane (1985) relata que caminhou desde os comportamentos ditos “micro”, fragmentários, até algo tão amplo como a noção de campos de força de Lewin. E chegou a Politzer, observando como o autor buscava compreender o mais essencial do homem, suas ações concretas que transformam a natureza e as relações sociais e, por sua vez, o transformava.

Ao mesmo tempo em que as questões teóricas eram analisadas, Lane (1985) dizia debater-se com problemas metodológicos, pois, admitia a validade dos estudos estatísticos e os levantamentos de dados com questionários como uma forma de investigação para descrever a realidade, mas, sabia que não deveria limitar suas conclusões somente no resultado dos dados empíricos: era preciso incluir na

análise o processo histórico. Sua recomendação era registrar o empírico para que a análise pudesse, partindo do empírico, chegar ao movimento histórico e retornar mostrando uma nova dimensão do empírico. Era preciso resgatar o respeito pelo empírico, porém, sem jamais fragmentar o sujeito que somente pode ser concebido no conjunto de suas relações sociais, na história do seu grupo social, da sua classe e da sociedade. O que demandava estudos sociológicos, econômicos, políticos e antropológicos.

E foi com essas questões que Lane (1985) afirma ter descoberto as *categorias* “fundamentais do psiquismo” de Leontiev. Segundo ela, o autor propunha para a psicologia três categorias fundamentais: a consciência, mediada pela linguagem e pelo pensamento; a atividade, constituída pelas ações e operações que os indivíduos realizam para atender as suas necessidades e os seus motivos; e a personalidade, como algo com características dinâmicas, próprias da individualidade e não como algo estático e dado. Além disso, Leontiev baseava sua teoria em investigações empíricas. Nesse encontro veio a certeza de que ela estava na direção certa.

As pesquisas de Silvia propunham intervenções, primeiramente de forma indireta e, posteriormente, na forma de pesquisa-ação, ou, investigação-intervenção. Porém, afirma ela, pesquisar em psicologia exige partir de uma visão de homem que pudesse ser a referência para todas as pesquisas do seu grupo de estudos.

Para Silvia, o sujeito que estudava existia na relação com os outros, uma vez que toda a sua existência ocorria nos grupos sociais. Começava na família, com os pares, nos grupos do trabalho, lazer, etc. E somente seria possível concebê-lo e entender o seu comportamento, observado empiricamente, se pudéssemos conhecer a sua inserção nos grupos que formavam sua história de vida e com os quais desenvolvia atividades e se transformava em um indivíduo. Como ser biológico, era dotado de sentimentos, potencial para a ação e de pensamentos. Mas, sua concretização como sujeito somente ocorria nas relações sociais com os outros indivíduos, em um contexto histórico social dado, no qual a linguagem exerce a função primordial de mediação histórica, permitindo uma visão de mundo e uma subjetivação da realidade social.

Todas essas ideias eram debatidas com alunos e com os colegas professores e pesquisadores, tal como acontecia no congresso em Caracas. Mas, a formulação explícita de que o sujeito deve ser estudado por meio de investigação empírica e, ao mesmo tempo, somente pode ser compreendido na sua totalidade, quando entendido no contexto da história do grupo social, da classe social e da própria sociedade, registrava uma posição única na concepção do sujeito. Além disso, Lane (1985) se dizia favorável à interdisciplinaridade entre psicologia, sociologia, história, economia, política e antropologia, para a plena compreensão desse sujeito. Essas ideias, Silvia desenvolvia no Núcleo de Estudos da PUC de São Paulo, formado por alunos de pós-graduação por ela orientados. A disputa entre as diversas áreas do conhecimento que propunham teorias para explicar o homem, as relações entre os indivíduos e o mundo das relações sociais, para Lane (1985) não fazia sentido, uma vez que era a transcendência de todos esses conhecimentos que tornava possível entender o sujeito na sua plenitude.

Para divulgar estas ideias, diz Lane (1985), publicou, em 1984, o livro “Psicologia- O Homem em Movimento”, produto de um grupo de trabalho com as mesmas preocupações e objetivos. E termina declarando que, depois de quase 20 anos de estudos, ela e seus companheiros estavam certos de que praticavam uma ciência que não somente responde à questão do homem como sujeito histórico, mas, também, contribui para a sociologia e para a história, podendo constituir-se no núcleo essencial das ciências humanas.

Na XVI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, em 1986, Silvia falou sobre a relação entre psicologia e política. Segundo ela, “toda atividade humana é política” (p.1), cabendo à psicologia a dupla missão de entender o movimento de consciência dos indivíduos e os processos grupais que permitem o sentimento do “nós”. A consciência do indivíduo acontece ao longo das atividades desenvolvidas em interação com outros indivíduos. E os processos grupais, ao mesmo tempo em que produzem as identidades pessoais, dão sentido ao “nós”, por meio da cooperação entre os indivíduos e da compreensão dos determinantes sociais. A psicologia tem uma ação transformadora da sociedade na medida em que possibilita a conscientização social e a conscientização das atividades transformadoras da sociedade.

Para expor seu ponto de vista, Lane menciona três pesquisas que no seu entender revelam as implicações políticas da psicologia de forma clara. A primeira delas é a pesquisa de Naffah Neto (1986), inicialmente uma tese e posteriormente publicada no livro *Poder, Vida e Morte na Situação de Tortura - esboço de uma fenomenologia do terror*. A segunda pesquisa é o trabalho de Fernando Ponte de Souza, intitulado: *Política e Metodologia de Pesquisa Crítica em Psicologia Social*. Finalmente, a terceira pesquisa escolhida pela professora para ilustrar que toda psicologia é política, foi a de Ciampa (1983), *Identidade - Um estudo de Psicologia Social sobre a Estória de Severino e a História de Severina*.

Começando a análise pelo primeiro trabalho, Lane (1986) relata que o autor analisou entrevistas feitas com diversos sujeitos, e apenas um deles concordou em trabalhar o tema em situações psicodramáticas. As relações e os jogos de poder que se estabelecem na relação torturado-torturador ficaram claros e mostraram que vivemos, também no dia a dia, o terror engendrado na situação de tortura.

A seguir, Lane aponta que o trabalho de Souza (1986) descreve e analisa a intervenção em um município vizinho de São Paulo, em torno da questão da violência policial. Os moradores se reuniam para discutir a ação policial no bairro, procurando influenciar as condições cotidianas de vida. E, ao longo das reuniões, chegavam juntos à conclusão de que a violência não estava apenas nas ações da polícia e dos delinquentes, mas na vida que levavam, incluindo salário, educação, saúde, relações familiares, etc, ou seja, a violência estava na lógica das instituições sociais e não nos indivíduos.

A terceira pesquisa que Lane analisa na sua fala no Congresso de Ribeirão Preto é a de Ciampa (1983). Segundo ela, as implicações políticas da identidade ficaram claras quando o autor questionou o quanto a nossa sociedade abre, ou não, espaços para a constante recriação do indivíduo. Ao não abrir espaços, o indivíduo apenas se repete e não se recria.

Para encerrar, Lane aponta as implicações políticas dos estudos que vem realizando sobre a psicologia da linguagem e o processo grupal. No primeiro caso, os resultados mostram que as palavras que utilizamos possuem significados

elaborados pelos detentores do poder social, reproduzindo valores da ideologia dominante, dissociando o falar da realidade vivida e impedindo a ação da consciência que poderia nos levar às ações transformadoras. Nas observações feitas a respeito do processo grupal, Lane (1986) relata que, partindo de relações de dominação, chegou-se às questões do poder de indivíduos e de suas formas e determinações que vão desde as institucionais, organizacionais, até suas características singulares, definindo a natureza das relações sociais.

O que mais despertou a atenção de Silvia foi a forma como a ideologia de democracia nega a existência do poder nas relações interpessoais que se concretizam nas relações grupais. Fenômeno bastante semelhante é a negação generalizada do caráter político das atividades que o indivíduo desenvolve, atribuindo uma ação de luta pelo poder no âmbito apenas da sociedade, enquanto governo e instituições, mas negam sua existência nas relações individuais.

Ao identificar o caráter político das atividades que se desenvolvem nas relações grupais, Lane (1986) conclui que o indivíduo biológico, concreto e explicado na relação com os outros traz consigo a história do seu grupo social e de toda a sociedade. Além disso, a luta pelo poder se faz presente na vida do dia-a-dia, no exercício da sua atividade e no conjunto do grupo social. Ao deslindar esses fatos, a psicologia assume uma dimensão política, pois, tem a possibilidade de despertar nos indivíduos a consciência transformadora.

No I Congresso Ibero Americano em Madrid que ocorreu em 1992, Silvia relata os avanços da Psicologia Social na América Latina. Trata-se de uma ampla retrospectiva do seu trajeto como pesquisadora e, ao mesmo tempo, há uma discussão a respeito da evolução do campo da psicologia social. Se nos lembrarmos de que ela iniciou suas atividades de docente e pesquisadora na PUC de São Paulo em 1965, nós a encontraremos, nesse momento, com 27 anos de atuação, com um grande número de artigos publicados e dois importantes livros: “O que é Psicologia Social” em 1981 e “O Homem em Movimento” em 1984, estando, portanto, na maturidade do seu percurso. Silvia inicia a palestra dizendo que, para entender os avanços da Psicologia Social na América Latina, seria necessário retroceder à

época da “crise da psicologia social” (aspas da autora), segundo ela crise teórica e metodológica.

A seguir, lembra à audiência que no congresso da SIP em 1973, realizado em São Paulo, Aniela Ginsberg apresentou resultados de pesquisas interculturais que mostravam que os comportamentos humanos mudam em função de diferenças históricas, culturais e sociais, indicando que não cabia à Psicologia, enquanto ciência, ter leis universais. Mas, dizia Silvia, não era possível ignorar que os trabalhos de Skinner comprovavam que o reforçamento positivo, em qualquer cultura, aumenta a frequência do comportamento. Da mesma forma, três dos fatores encontrados por Osgood (1957) na elaboração do Diferencial Semântico, para obtenção dos significados psicológicos das palavras, apresentavam-se como dimensões universais, ou seja, em todas as culturas estudadas (em torno de 30) emergiam como fator de “Valor”, um segundo em relação à “Potência” e um terceiro relativo à “Atividade”.

Sendo assim, apontava a dificuldade de explicar o caráter universal de alguns aspectos do comportamento humano e reconhecia a existência de aspectos particulares dos indivíduos nas diferentes culturas. Reconhecia também que a impossibilidade de uma explicação clara da relação entre o biológico da espécie e o histórico das sociedades gerava uma crise de caráter teórico e metodológico, sentida por diversos estudiosos da psicologia social. Porém, para Lane, na América Latina essa crise assumiu também um caráter político. Embora sensíveis às questões teóricas e metodológicas, os psicólogos sociais latino-americanos questionavam o seu papel como pesquisadores e, algumas vezes, a própria psicologia social. Isso porque a opressão das ditaduras e as injustiças sociais levavam a uma enorme frustração ao constatar o pouco que os psicólogos podiam fazer contra a perseguição, a tortura e a morte de muitos. Além do mais:

A Psicologia Social, que surgiu nos anos 1950 para resolver os grandes problemas da humanidade, durante o período das ditaduras subsidiava a opressão, a manipulação política e a manutenção do “*status quo*”. Diante desse quadro, o nosso cotidiano não nos permitia ficar em torres de marfim pesquisando neutramente... (p.2).

Silvia lembra que foi preciso promover uma revisão crítica da universidade, do seu papel e acerca do conhecimento que lhe competia produzir. Em 1968 havia surgido a proposição de novas relações aluno-professor, teoria-prática e a necessidade da produção de um saber voltado à realidade brasileira. Foi questionado então se a psicologia social concebida nos anos cinquenta poderia dar subsídios para promover a necessária transformação social. Poderia o conhecimento científico ajudar a criar uma nova sociedade? Era a pergunta que pairava no ar.

Na PUC de São Paulo à época, já havia um esforço claro para concretizar uma dimensão nova do ensino, associando teoria e prática, convidando os alunos a observarem a realidade por meio de entrevistas, vivências e de coleta de dados do cotidiano, confrontando com os conceitos de atitude, motivação, percepção social, dissonância cognitiva, socialização, dinâmica de grupo, etc. A proposta era de uma revisão crítica dos conceitos, porém, no entender da professora, os alunos, monitores e Auxiliares de Ensino priorizavam a teoria e utilizavam os dados coletados como exemplo de uma teoria, essa mesma teoria que ela desejava que fosse criticada. Silvia relata que a crítica somente foi possível, alguns anos mais tarde, no curso de pós-graduação. Contudo, era criticar a partir das inconsistências nos dados coletados nas pesquisas e não no confronto da teoria com a realidade social. “Era preciso o desenvolvimento de novas pesquisas que permitissem uma nova sistematização.” (p.3)

No relato dos progressos da Psicologia Social na América Latina, Lane (1978) considera que a linguagem representava um ponto chave na compreensão das interações sociais. A linguagem entendida como um elemento dinâmico, construída historicamente pela sociedade e com papel preponderante na inserção do indivíduo no grupo social. Como vimos anteriormente, o diferencial semântico de Osgood (1957) foi o ponto de partida para a descrição dos significados atribuídos às palavras por diferentes grupos sociais, utilizado por ela e outros pesquisadores. Além disso, para ela e outros, Skinner foi fonte de inspiração, pois, falava na relação entre linguagem e pensamento, dando a este *status* de comportamento. Mas, a contribuição capaz de impulsionar o conhecimento sobre a linguagem veio de Vigostky, ao tratar linguagem como mediação fundamental na construção do

psiquismo e da consciência, além de identificar a presença da ideologia nos significados e, ao fazer uma reflexão crítica dos significados em confronto com a realidade, desvendou os conteúdos ideológicos que encobrem as contradições sociais e históricas.

A Identidade Social foi outro conceito apontado por Lane (1972) como uma das evoluções da psicologia social no Brasil, pois considerava o indivíduo como um todo e na sua relação com os outros. E lembra Silvia que Ciampa (1983) chega a um conceito de identidade que permite a concepção de um sujeito transformador e autor da história social, retomando o interacionismo simbólico de George Mead e os estudos de Goffman.

O estudo do processo grupal foi outro avanço teórico conceitual importante, resultado de teorias e técnicas sobre a dinâmica de grupos e representou uma alternativa às teorias que reproduziam, como ciência, a ideologia embutida nos papéis sociais, em especial do líder, e também aos conceitos de coesão social, desenvolvendo técnicas capazes de promover a harmonia no grupo para torná-lo mais produtivo em uma referência clara ao uso da psicologia a serviço do capitalismo. A proposta era a compreensão do processo grupal de uma forma totalmente diferente daquilo que era praticado, permitindo entender a constituição do grupo como um processo e não como algo estável e reificado.

Neste momento já nos propúnhamos a estudar os grupos em bases materialistas, históricas e dialeticamente. Estas revisões críticas colocaram uma questão crucial, ou seja, a necessidade de uma metodologia de pesquisa que permitisse captar o indivíduo, situado historicamente, e, portanto, multi-determinado. (p.4)

Foi por meio dos trabalhos em comunidade, realizados por equipes multidisciplinares que motivaram o Núcleo de Estudos de Silvia na PUC de São Paulo a aprofundar a questão da psicologia na comunidade como uma prática comprometida com a realidade social e como uma sistematização de saber. Nessa direção, a pesquisa participante foi fundamental como uma metodologia que permitia acompanhar o movimento histórico do grupo social, observando as determinações, as intervenções e as transformações que ocorriam. A observação participante foi

outra metodologia utilizada para observar os grupos, bem como os estudos de caso com relatos das histórias de vida.

Silvia menciona que os congressos da SIP foram importantes para constatar que as mesmas preocupações do seu grupo eram compartilhadas por psicólogos sociais da América Latina. E o efeito mais positivo desse compartilhamento de métodos de pesquisa e do referencial teórico, é que passavam a constituir um saber científico que poderia levar à ação transformadora nos diferentes países. A ação transformadora era o objetivo maior dos estudos de Silvia. Por essa razão, por ocasião da sua morte, ela foi lembrada como uma intelectual militante e, do ponto de vista do saber, revolucionária.

O interesse pela psicologia comunitária se espalhava pela América Latina, tendo levado à criação do Núcleo de Psicologia Comunitária, por pesquisadores de diversos países da região, enfatizando a necessidade de uma intervenção não assistencialista da psicologia, caracterizada pela busca de autonomia para os grupos marginalizados social e economicamente dos diferentes países. O Núcleo foi bastante atuante na troca de experiências e na reflexão a respeito de uma psicologia comprometida com os graves problemas sociais enfrentados pelo continente.

Segundo Silvia, nesse sentido é de suma importância a obra de Martín Baró (1989), que realiza uma revisão crítica das teorias produzidas nos Estados Unidos e na Europa, enfocando a realidade de El Salvador e da América Central, assumindo a não neutralidade da ciência e o compromisso político do pesquisador.

O que nós fizemos em sala de aula, nas discussões assistemáticas, Martín Baró fez paciente e cabalmente com a psicologia social. A sua obra é tão completa neste sentido que o curso de Processo Grupal que ministramos no Programa de Pós Graduação tem como leitura básica e obrigatória *Sistema, Poder y Grupo*. (p.7)

O desafio de desenvolver uma psicologia social na qual teoria e prática são indissociáveis foi o maior desafio dos psicólogos sociais da época. Durante os anos 1980, a prática dos psicólogos sociais na comunidade aconteceu buscando-se uma sistematização teórica e por meio de pesquisas sobre o comportamento político das comunidades. Trata-se da busca de formas de atuação para transformar a vida das

populações menos favorecidas da América Latina. Para que a ação transformadora ocorresse, era preciso desenvolver o referencial teórico a respeito das bases psicossociais da mudança. Silvia destaca, nesse sentido, o trabalho de Eliza Jimenez (1983)- na Maternidade Concepción Palácios em Caracas. O objetivo do trabalho era desenvolver a consciência social, deixando claro que a reflexão crítica que ocorre quando os grupos trocam experiências leva a um exame da realidade e promove avanços na consciência e alteração das práticas sociais do cotidiano.

Segundo Silvia, o projeto era mais grupal do que comunitário, suscitando a questão sobre o que é a comunidade. “Seria o bairro? Seriam as instituições? Os agrupamentos?” pergunta; e acrescenta:

Ou seriam meras utopias capitalistas e como tal, valeria a pena investir numa utopia? Os trabalhos de Euclides Sanches, Ester Wiesenfeld e Karen Cronik de Ludeña em Caracas nos mostraram que pelo menos pequenas utopias são realizáveis, como o projeto Casalta, através do qual, utilizando recursos psicossociais, desenvolveram uma prática que culmina numa efetiva organização comunitária. Tivemos oportunidade de visitar o conjunto habitacional e conversar com alguns moradores e constatar que quando um grupo de pessoas resolve ser sujeito de sua história e encontra assessoria qualificada, o grupo avança em direção às relações sociais essencialmente democráticas, nos seus direitos e deveres, o que caracteriza uma comunidade. (p.7)

Seguindo a análise dos progressos da psicologia social na América Latina, Silvia retorna a Ignacio Martín Baró, que conheceu no congresso da SIP em 1985, em Caracas, e com quem, desde o início, muito se identificou. Maritza Montero realizou, com a colaboração de Martín Baró, a coletânea de textos: *Psicología Política na América Latina* em 1985. O livro incluía pesquisas e reflexões críticas de diferentes autores, dos diversos países, todos com o objetivo de entender o porquê da alienação dos povos. Como o trabalho continuou, em 1991 Montero organizou o segundo volume: *Accion y Discurso*, com avanços teóricos e metodológicos em relação ao primeiro trabalho. Para Silvia, tanto a psicologia política quanto a psicologia comunitária encontraram na pesquisa participante a metodologia mais adequada para estudar comunidades.

Outro avanço apontado por Silvia na sua fala foi o trabalho de Bader Sawaia, por meio da pesquisa com mulheres moradoras de favelas, permitindo uma sistematização importante da pesquisa participante e estabelecendo os limites de forma clara entre pesquisa, militância e compromisso político. O compromisso político é prioritário, mas, a distinção entre militância e pesquisa participativa fica condicionada à precisão do registro dos dados, à análise e discussão dos resultados com os sujeitos da pesquisa.

Para Silvia os trabalhos mais relevantes da psicologia política e da psicologia comunitária são oriundos de países onde havia um mínimo de condições para a pesquisa social. Em El Salvador, a repressão atingia níveis absurdos e como Martín-Baró não se manteve em silêncio, foi assassinado covardemente.

Em 1989, José Miguel Salazar propõe pesquisas sobre a “Identidade Latino-Americana”; mesmo sabendo que tais estudos eram incipientes, Silvia concorda que está entre os avanços para se promover a existência da identidade latino-americana, da mesma forma que os indivíduos, ao se agruparem, descobrem que seus problemas, seus afetos e anseios são semelhantes. Quem sabe, o mesmo não se passaria com os povos latino-americanos, na medida em que a discussão sobre sua identidade fosse ampliada? Quem sabe não seria possível descobrir semelhanças para unificar os povos do terceiro mundo, por meio de um saber capaz de proporcionar o nosso próprio modelo de análise e a geração de teorias e métodos que permitissem conhecer e enriquecer o nosso mundo? Nessa mesma linha de trabalho, Horácio Riquelme, chileno radicado em Hamburgo, vem se dedicando a estudar a identidade latino-americana, na Universidade de Hamburgo.

No final da década de 1970 e início de 1980, Silvia lembra que, assim como ela, outros intelectuais latino-americanos se depararam com a obra de Vigotski, Leontiev e Luria (1902-1977), três cientistas soviéticos de grande envergadura, que trabalharam juntos em Moscou e sofreram a repressão stalinista à psicologia. Após o fim do período stalinista, o grupo traz a público suas pesquisas e as teorias decorrentes, baseadas em uma epistemologia materialista histórica e dialética.

Para eles (Vigotski, Lontiev e Luria) o psiquismo humano se constitui em materialidade histórica de cada sociedade, de cada cultura, portanto, não há homens regidos por leis universais- como as pesquisas da Dra. Aniela Ginsberg já apontavam. A ciência psicológica é, por consequência do seu objeto de estudo, relativa: se o ser humano se constitui em função de sua história social e cultural, o saber sobre ele será também, necessariamente, particular, sem, no entanto, deixar de se estruturar em categorias universais como são Atividade, Consciência e Identidade. E a análise dialética ao afirmar a unidade dos contrários, leva à superação da dicotomia subjetividade-objetividade no conhecimento humano. A subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o seu meio, assim como este meio, que é o que o constitui objetivamente, se torna subjetivo no psiquismo humano. (p. 9)

Nessa etapa de sua apresentação, Silvia repete que a contradição objetividade x subjetividade pode ser superada por meio da dialética, da mesma forma que por meio da dialética é possível superar a contradição entre teoria e prática, em que a teoria seria responsável por noções abstratas que confundiam idealismo e realidade, impedindo a ação transformadora.

A dialética permite que por meio da pesquisa se chegue às categorias não apenas lógicas, mas também, ontológicas e gnológicas. Ou seja, o saber e o pensamento têm suas raízes na realidade e, portanto, nossas ações decorrentes desse saber, atuam diretamente sobre a realidade. É a ciência como práxis. Ou seja, a comprovação da teoria se dá através da transformação da realidade em prática decorrente dela. (p.10)

As categorias fundamentais do psiquismo conceituadas por Leontiev foram incorporadas por Silvia no seu trabalho, bem como, nos textos de outros pesquisadores. Leontiev falava em Atividade, Consciência e Personalidade, inter-relacionadas e mediadas pela linguagem e pelo pensamento, o que pressupunha o “Outro”, ou seja, o grupo social, a ideologia vinculada e produzida pelas instituições e o trabalho socialmente organizado. Silvia comentou:

Estas categorias estão presentes em todas as teorias psicológicas: o homem pensa o seu mundo e a si mesmo, o homem é individualidade- é único. Porém, agora em um nível que extrapola o empírico e lhe dá um significado diferente. (p.10)

Falando sobre a questão metodológica, Lane considera que as categorias propostas por Leontiev, devem ser entendidas como estruturas vazias a serem

recheadas com as especificidades de cada realidade histórica e socialmente constituída. Contudo, o procedimento de análise foi o grande desafio metodológico para investigar a consciência, para tanto os estudos de caso têm se mostrado muito ricos. Os relatos feitos por meio de um discurso livre constituem o dado empírico e as técnicas de análise do discurso podem detectar o ideológico, as contradições e o pensamento que engendrou o discurso. E Silvia inclui o desenvolvimento de sua técnica de análise do discurso: “análise gráfica do discurso”, que permite detectar os núcleos de pensamento que geraram o discurso, sem esfacelá-lo em categorias ou temas, como um dos avanços na metodologia para pesquisas do homem inserido no social. Para encerrar, menciona os estudos a respeito do poder nas relações intergrupais, como mais um avanço, tema tratado em publicações anteriores.

Chamou-nos atenção o fato de grupos ditos democráticos negarem o poder como algo pejorativo e não se darem conta de sua presença efetiva no seu processo. O porquê dessa negação que escamoteia, talvez, poderes legítimos é uma das questões colocadas; outras se referem ao uso que se faz do poder como possível aspecto nevrálgico para a compreensão do tema. A esse respeito a obra de Ignacio Martín Baró: *Sistema, Grupo y Poder* tem sido a base da análise crítica que nos orienta. (p.13)

Outra contribuição relevante mencionada sobre os progressos da psicologia social na América Latina foi a pesquisa realizada por sua orientanda Bader Sawaia, detectando a importância das emoções ao lado da linguagem e do pensamento, no nível do indivíduo, como mediação essencial entre as categorias estudadas. Silvia enfatiza que a leitura de Agnes Heller (1929-), foi importante para orientar os estudos sobre emoções e sentimentos e conclui a exposição fazendo uma reflexão sobre o futuro da psicologia social:

As revisões críticas feitas pelos neo-marxistas como Habermas e Heller têm defendido teses como, para haver transformações sociais significativas, não é necessário haver luta de classe como os fatos recentes do leste-europeu demonstraram - mas, transformações sociais se fazem por meio de mudanças éticas a nível individual. Se assim for, a psicologia social terá um papel importante em nível teórico-prático, levando os seus profissionais a atuar junto a indivíduos e grupos, promovendo o desenvolvimento da consciência social e dos valores morais, em direção a uma ética que negue o individualismo e busque valores universais de igualdade e de crescimento qualitativo do ser humano. (p. 16)

3. Psicologia Comunitária

A Psicologia Comunitária no Brasil ganhou adeptos desde os tempos da ditadura quando a prática de uma psicologia transformadora era impossível nas universidades e nas instituições em geral e os psicólogos sociais se voltaram para as comunidades. Silvia fala a respeito desse tema:

Introdução: Épocas difíceis de repressão militar no Brasil e em vários países da América Latina foi quando a psicologia social procurou contribuir com mudanças na consciência da população através de atuações junto a comunidades. É uma área típica da América Latina, enquanto o 1º Mundo desenvolvia suas vertentes da análise institucional. (p.2)

E destaca dois textos escritos em 1994 e em 1995 como representativos deste tema. Uma fala em congresso e um texto publicado em livro na Venezuela.

1. “Psicologia Comunitária e os Avanços da Consciência Popular” In Anais do VI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico.1994, ANPEPP, UFMG. v.1. p.45-45.

2. “La Psicologia Social Comunitária no Brasil” (colaboração de Bader Sawaia) in *Psicologia Comunitaria- contribuciones Latinoamericanas*, Eds E. Wiesenfeld e E. Sanchez. 1995, Carácas, Fondo Editora Tropykos.

Em ambos os artigos, Lane menciona que a Psicologia Comunitária resulta da conscientização de que a psicologia na América Latina deve assumir um papel de destaque na transformação social, em direção a uma psicologia social capaz de contribuir com os graves problemas do continente. Lembra que, em 1989, no XXII Congresso da SIP, realizado em Buenos Aires, Argentina, apresentou um trabalho sobre Psicologia Comunitária, mostrando que o golpe militar e, a repressão generalizada que se estabeleceu, em especial, entre 1968 a 1975 levou os profissionais de psicologia a questionarem o seu papel junto à população brasileira, o seu nível de organização e o seu estágio de organização. Recorda ainda que a Psicologia Comunitária foi um dos avanços da Psicologia Social na América Latina e os primeiros trabalhos comunitários realizados no Brasil, confundiam-se com os movimentos de resistência e de militância política. Do ponto de vista teórico, o único

referencial de que se dispunha eram os de Paulo Freire sobre educação popular. Psicólogos, educadores e assistentes sociais se identificavam numa ação conjunta, sem fronteiras disciplinares.

No que diz respeito ao ensino de psicologia, desde 1968 o tema foi alvo de uma reflexão crítica na universidade, em especial nos países do dito terceiro mundo, que não poderiam aceitar uma universidade fechada e desconectada da realidade social. Há um duplo movimento de questionar a formação profissional do psicólogo e o papel da psicologia na sociedade. Faz parte dessa mesma época a antipsiquiatria, abalando os conceitos de doença mental, deslocando o problema da doença mental para a questão da saúde mental e da necessidade de uma ação preventiva junto à maioria da população pobre, oprimida, atendida pelo Estado.

Segundo Lane (1989), surge na década de 1970, nos Estados Unidos e em diversos países da América Latina, a expressão psicologia comunitária, referindo-se à atuação de profissionais junto a populações carentes. A maioria dos trabalhos da época apresenta forte cunho assistencial e manipulativo, utilizando técnicas e procedimentos sem a devida análise crítica da sua pertinência, comprometendo os resultados. Paralelamente à produção de enunciados teóricos da psicologia comunitária, médicos e psiquiatras criam Centros Comunitários de Saúde Mental, preocupados com a Saúde Pública.

Lane lembra que, desde o início dos anos 1960, surge no Brasil a tentativa de desenvolver núcleos de educação popular, tendo como meta a conscientização, por meio do trabalho de Paulo Freire e de outros profissionais, dentre eles, psicólogos que, a partir de 1970, passam a atuar mais fortemente na educação popular. De tal sorte que vamos encontrar, no final da década, sob o rótulo de Psicologia Social Comunitária, uma prática voltada a diferentes propósitos, dentre eles se destacando:

- a) Prevenção da Saúde Mental, unindo psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.
 - b) Educação Popular com a participação de pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais.
- No encontro de 1981 as duas linhas se confundem e surge uma questão até então pouco discutida: O que é uma comunidade? Ela é

possível numa sociedade capitalista baseada na ideia de competição? Ou ela é uma utopia que se pretende atingir algum dia? (p.45).

Lane (1989) revela que em setembro de 1981 a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) promove o 1º Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, cujos Anais relatavam algumas experiências realizadas ao longo da década de 1970. Em novembro de 1988, a mesma ABRAPSO realiza, em Belo Horizonte, o 2º Encontro de Psicologia na Comunidade. E que, comparando os trabalhos realizados em quase duas décadas e apresentados nos dois congressos, foi possível analisar os impasses dos avanços metodológicos e teóricos.

Para a autora, no encontro de 1981, foi especialmente relevante o Projeto de Saúde Mental Comunitária no Jardim Santo Antônio, apresentado por Hélio Figueiredo (1948-), seu orientando, que ressalta o necessário compromisso entre a universidade e a sociedade. A equipe formada por dois professores de psicologia, uma socióloga e um administrador, propõe-se a orientar alunos de psicologia com vistas à instalação de um local para atendimento psicológico individual e grupal, acompanhamento do clube de mães e de um grupo de jovens em um bairro de periferia, Jardim Santo Antônio. O projeto se iniciava com uma pesquisa que deveria apontar o melhor local para instalação da sede, levando em consideração aspectos como localização e custo. Depois de instalados, a equipe se reuniria com grupos de moradores para definir uma programação voltada às necessidades da comunidade. Nas conversas, surgem questões relacionadas aos problemas da comunidade, tais como, deficiência de infraestrutura, baixos salários, violência urbana, desgaste físico e psicológico, a questão da perda de identidade cultural devido à migração, a ação dos meios de comunicação transmitindo a ideologia de uma sociedade de consumo de massa e, por último, a ausência de organização popular. Da prática desenvolvida, o grupo profissional concluiu que o seu objetivo maior seria o de proporcionar o crescimento da consciência dessa população, por meio da participação nos grupos, levando os indivíduos a superar o individualismo e a se unirem em atividades para mudar o seu cotidiano.

Outro trabalho que segundo Silvia merece destaque foi apresentado no Encontro Mineiro de Psicologia Social de 1988, por Elizabeth Bonfim, de experiência realizada juntamente com Marília da Mata Machado na favela de Vila Acaba Mundo em Belo Horizonte. As atividades desenvolvidas, além de proporcionarem o treinamento dos estudantes de psicologia, ensinavam aos moradores técnicas de auto-organização, com recursos que vão de um vídeo sobre a favela, informações sobre direitos da comunidade, até a criação de cooperativas. A atuação clínica acontece com análise e terapia contra autodepreciação, visando à reconquista da autoestima. O trabalho permitiu a descoberta de uma estreita relação entre saúde e condições de vida, cabendo ao psicólogo atuar no sentido de favorecer os modos de vida que levam à autonomia do sujeito para promover sua saúde mental.

Lane (1989) ressalta que, certamente, esses relatos não são suficientes para documentar tudo que está sendo feito no Brasil no campo da psicologia comunitária. Porém:

[...] as diversas experiências vêm apontando para a experiência dos grupos como condição, por um lado, para o conhecimento da realidade comum e para a auto-reflexão e, por outro, para a ação conjunta organizada. Em outros termos, estamos falando da Consciência e da Atividade- categorias fundamentais do psiquismo humano que, sintetizam muito do que se sabe sobre comportamento, aprendizagem e cognição. Quando se procura resgatar a subjetividade, esta implica necessariamente em Identidade, categoria que leva ao conhecimento da singularidade do indivíduo que se exprime em termos afetivos, motivacionais, através das relações com os outros- ou seja, na vida grupal. (p. 45)

E conclui dizendo que a análise das três categorias fundamentais do psiquismo: atividade, consciência e identidade somente serão possíveis por meio do registro das mediações como a linguagem e o pensamento. Nesse processo a linguagem é fundamental na relação com o outro e o pensamento que constitui os conteúdos da consciência. E, acrescenta, as relações sociais que ocorrem no desenvolvimento das atividades sofrem a mediação das emoções individuais, “possivelmente constituindo conteúdos inconscientes presentes tanto na Consciência como na Atividade e na Identidade”. (p.45)

4. O Processo Grupal

Silvia manifestou seu interesse pelo processo grupal desde a publicação de *O Homem em Movimento* em 1984. Para introduzir o tema ela escreveu:

Introdução: No currículo do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social havia uma disciplina denominada Dinâmica de Grupo. As teorias e técnicas apontavam para o caráter ideológico dos estudos existentes, daí a procura sistemática da dinâmica dos processos grupais. Hoje, eles constituem, claramente, uma das mediações fundamentais entre indivíduo e sociedade, por meio das instituições que definem papéis sociais.

Lane selecionou três textos a respeito do tema nos seus “caminhos percorridos...”, sendo dois deles ainda não editados e que fazem parte do acervo do NEHPI e um deles publicado na Venezuela.

1. Homenagem a Martín-Baró: manuscrito encontrado no acervo.
2. O Processo Grupal na Perspectiva de Ignacio Martín-Baró: Reflexões acerca de seis contextos concretos. (em colaboração com Maria de Fátima Q. de Freitas) In *Revista Interamericana de Psicologia*. Vol.31. Nº 2, p.293-308. Venezuela, 1998.
3. Tentativa de Análise de vídeo sobre processo grupal. Avaliação do Curso “Processo Grupal”. 1997. PUC de São Paulo. Texto do Acervo.

Silvia conheceu Martín- Baró em 1985 no Congresso da SIP em Caracas, por meio de um amigo comum que considerava que os dois deveriam se conhecer, pois havia grande afinidade de pensamento entre eles. Ela escreveu que, quando o conheceu, teve a impressão de que eram velhos amigos. Como ela, Martín- Baró tinha convicção da materialidade da história. Para ambos, a psicologia deveria ser um instrumento de transformação social e Martín-Baró realizava a superação das contradições existentes na psicologia deixando clara a necessidade da atuação do psicólogo na comunidade. Para Silvia, os livros de Martín-Baró deveriam ser leitura obrigatória de todos os psicólogos atuando na América Latina e passaram a ser adotados nos cursos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Impressionada com a obra de Martín-Baró, escreve com Maria de Fátima Quintal de Freitas, texto publicado na Venezuela em 1998.

O interesse de Silvia pelo processo grupal não é novo conforme dissemos inicialmente. Em 1984 quando publica com Codo o livro *Psicologia Social- O Homem em Movimento* havia um texto de sua autoria intitulado: “Processo Grupal”, no qual o grupo é definido como mediação entre homem e sociedade. Porém, na época, Lane ainda não havia conhecido Martín-Baró.

O texto selecionado para falar sobre o tema nos seus “caminhos percorridos” é de 1998. Começa com a análise do que é “estar em grupo”. Lembra que Martín-Baró dizia que há na psicologia duas teorias para o estudo do tema. A primeira psicanalítica, baseada em Freud e a segunda a Teoria de Campo de Lewin. Com base na psicanálise, segundo Martín-Baró, é a figura paterna ou o papel do chefe que estabelece uma situação grupal. Na teoria de Lewin, o grupo se forma a partir do momento em que houver convergência de interesses e motivações. Martín-Baró criticava ambas as teorias, por não oferecerem elementos para compreender o homem historicamente situado e socialmente constituído.

Sendo assim, Martín-Baró afirmava que não era possível desconsiderar a importância do indivíduo na luta travada no seio do grupo, entre dominantes e dominados. Porém, discordava que se pudesse atribuir à personalidade, à motivação e ao comportamento a explicação dos embates que acontecem no interior dos grupos. Para a compreensão do processo grupal, segundo Lane, Martín-Baró defendia três considerações básicas:

- 1) “Abarquem tanto os grupos pequenos quanto os grandes grupos
- 2) Considerem a realidade social do grupo, envolvendo os aspectos pessoais dos seus integrantes e os determinantes das suas individualidades
- 3) E, finalmente, resgatem o caráter histórico de cada grupo, reconstituindo o processo histórico-social da formação do grupo”. (p.294)

Quando se fala em grupo, desta perspectiva de análise, devem ser enfatizados os fenômenos que acontecem no interior do grupo. Primeiramente a

identidade do grupo. Em seguida o poder existente no interior grupo. Finalmente, é preciso analisar o significado social da ação que materializa o resultado da atividade do grupo que está sendo estudado. Para Martín-Baró (1989) a identidade do grupo não é estática e nem todos os integrantes percebem essa identidade da mesma maneira. Baró dizia que a cada dia, no contato com outros grupos da sociedade, são criadas normas para orientar as práticas rotineiras que passam a atuar como uma referência do pertencer ou do estar sendo excluído do grupo. Eram ideias e possibilidades metodológicas que permitiriam aos psicólogos atuar nas comunidades, apoiando os grupos no processo de transformação da realidade.

Seguindo com Martín-Baró, Lane observa que a identidade do grupo e a identidade do indivíduo estão intimamente ligadas a outros dois fenômenos que são o poder que se estabelece no interior do grupo e a atividade do grupo. Finalmente, para que o grupo possa continuar a existir, o terceiro elemento é o significado social da ação do grupo. Em outras palavras, o que fazemos como grupo tem significado para nós do grupo e para além do grupo, para a sociedade? A resposta a esta pergunta define o significado social do grupo.

Na sequência Lane (1989) observa que a atividade que o grupo desempenha depende dos recursos que tem e das influências que recebe. Quando se alteram de forma significativa esses dois elementos, muitas vezes, o grupo deixa de existir. O surgimento do grupo depende da consciência social decorrente das condições objetivas que o grupo tenha. Sua sobrevivência dependerá do poder que venha a obter nas relações que estabeleça para garantir os recursos necessários à sua sobrevivência.

No processo de formação do grupo, primeiramente o indivíduo nega sua condição singular enquanto espécie, para formar, entrar ou constituir um grupo. No início afirma e reafirma sua identidade lutando para se diferenciar do grupo. Porém, depois de afirmar sua identidade nega o seu “eu” aderindo ao grupo, eliminando sua diferença em relação aos demais e cada indivíduo no interior do grupo tenta reafirmar o nós, fortalecendo a identidade grupal.

Prosseguindo com o mesmo referencial teórico, o primeiro grupo que se forma na sociedade é aquele cuja identidade se estrutura e se organiza em decorrência da propriedade dos meios de produção. Alguns grupos detêm a posse dos meios de produção e outros apenas da sua força de trabalho. Seu processo de formação e organização é distinto e antagônico e este antagonismo ocorre na base de criação das classes sociais. Nenhum indivíduo pertence aos dois grupos e por essa razão são chamados de “grupos estruturais”. O poder de cada um deles se dá na medida da posse dos meios de produção e aspectos de afetividade e emoção não tem influência sobre os interesses de cada classe.

Diferentemente dos primeiros, há outros grupos que se formam em virtude dos papéis sociais assumidos pelas pessoas na realização do trabalho. Conhecidos como grupos funcionais, são formados por pessoas em vários setores do trabalho e não tem caráter excludente. A distribuição do poder no interior do grupo se dá em função de hierarquia socialmente definida. A posição ocupada pelo indivíduo na hierarquia de papéis define o seu poder. E a sobrevivência ou não do grupo depende da relevância social do produto da atividade do grupo.

Lane (1989) considera que há, também, o grupo cuja identidade provém dos vínculos e das relações sociais que as pessoas estabelecem entre si. O poder que se estabelece no grupo é decorrente de características pessoais, mas, está relacionado aos elementos cuja importância é definida pela sociedade. Ao aceitar esses elementos, os demais membros do grupo aceitam a autoridade que emana dessa pessoa. As tarefas e rotinas desenvolvidas pelo grupo convergem para uma atividade voltada à satisfação das necessidades de cada pessoa e para formação da sua identidade, em consonância com a ordem social estabelecida. Esses grupos são denominados grupos primários e os aspectos emocionais e os afetos estão presentes nas relações entre os membros que o compõem. A família é o exemplo escolhido por Lane (1989) como o mais forte representante de um grupo primário.

Lane (1989) considera o homem como um ser único e singular que reafirma sua unicidade e singularidade na história vivida no cotidiano e na relação com os outros. A identidade se afirma e reafirma na relação com outras pessoas. Na relação com os outros há uma parcela da totalidade que é destacada de acordo com o lugar

ocupado pelas pessoas na estrutura social, em um dado momento histórico. Contudo, seria engano pensar que as pessoas são apenas o que fazem e o que exercem. Lane (1989) reconhece que há uma espécie de “colagem” entre a pessoa e o papel que ela assume, decorrente de uma representação de que as pessoas são o que fazem ou que exercem.

Para esclarecer o tema, Lane (1989) considerou o seguinte:

Em outras palavras, faz-se a representação de que as pessoas são aquilo que fazem ou exercem. Quando, na realidade, as pessoas, - sob as determinações de um momento histórico e sob as condições específicas de uma dada situação sócio econômica- estão sendo aquilo que fazem ou exercem. E o que fazem, nada mais é que atividade, delimitada pelos papéis sociais que foram assumindo, em função do lugar que ocupam na estrutura social. (p.299)

O movimento – atividade, representação, identidade e consciência- decorre dos significados e normas que o grupo social cria, a partir de determinações do próprio grupo com uma forte influência da ideologia reinante na sociedade. Diante da constatação de que as relações entre os membros do grupo e entre grupos se dão de forma concreta e reproduzem, em maior ou menor grau, os interesses vigentes, resta compreender como os grupos dominantes e dominados se estruturam na sociedade.

Para compreender a sociedade na visão dialética, Lane (1989) ressalta que três aspectos são necessários: analisar como a sociedade se estrutura em termos socioeconômicos e político- ideológicos; identificar as relações sociais principais; e compreender como ocorrem os processos de mudança na sociedade.

No sistema capitalista as relações sociais se dão entre as classes que detêm ou não os meios de produção, havendo antagonismo entre elas. A ordem social é determinada em virtude da manutenção dos interesses das classes dominantes, sendo os princípios gerais, para que esses interesses sejam garantidos, divulgados de forma ideológica, por meio de três formas, segundo Martín-Baró. A primeira delas é transmitir os interesses das classes dominantes como se fossem universais e próprios a qualquer ser humano, incentivando todas as pessoas a lutar por eles. A

segunda forma de garantir os interesses da classe dominante é divulgar que há uma igualdade e uniformidade entre as pessoas, sendo os conflitos e os embates motivados por características pessoais. Finalmente, os interesses são preservados por meio da propagação da ideia de que o presente é natural e imutável e que a realidade tem esse caráter.

Continuando com Lane (1989), a relação entre o indivíduo e o sistema social se dá no plano objetivo e também no plano subjetivo das suas representações a respeito do que é uma realidade equilibrada e harmônica ou, ao contrário, do que é um mundo em conflito. Os grupos sociais criam as normas para regular a vida social que são internalizadas pelo indivíduo, fornecendo um sistema de referência para que ele possa se situar no grupo e relacionar-se com o concreto. Na relação com o mundo concreto, o indivíduo externaliza as normas do grupo dominante internalizadas por ele, concretizando as diferenças estabelecidas pelo grupo dominante. A linguagem tem papel fundamental no processo acima descrito, pois, é por meio da palavra que é feita a representação da realidade e também por meio dela que se externaliza valores internalizados.

Para Lane (1989), a linguagem é um discurso elaborado, sendo possível por meio de técnicas de análise do discurso, captar os movimentos da consciência que o indivíduo tem de si e dos outros. Ressalta que a linguagem não é neutra, ao mesmo tempo em que permite o relacionamento entre as pessoas, incorpora a ideologia e o discurso do grupo dominante. Para apoiar os alunos na compreensão do processo grupal, Silvia propôs que observassem grupos específicos, com os quais teriam encontros regulares, registrando de modo sistemático e sequencial os conteúdos verbais dos grupos. As observações seriam discutidas semanalmente no curso, envolvendo as questões teóricas e aspectos ligados à postura do observador e à possibilidade de intervenção nos grupos.

Eram oito grupos com diferentes composições, a saber: Grupo de idosos pertencentes ao Grupo de Atendimento Multidisciplinar Ambulatorial (AMA) com 11 pessoas com idades variando entre os 60 e 76 anos. O segundo grupo era de eletricitários, com idades entre 23 e 36 anos com 8 integrantes. O terceiro grupo era formado por mulheres atuantes no Movimento Popular de uma comunidade da

periferia de São Paulo, no total, 12 pessoas. O quarto grupo era composto por Monitores de Educação Popular, ligados a uma paróquia da zona sul de São Paulo, com 10 pessoas. O quinto grupo era constituído por dez pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física adquirida na fase adulta de suas vidas. Finalmente, o sexto e último grupo, era composto por quatro crianças com idades entre 3 a 4 anos matriculadas no pré-primário de uma escola alternativa também em São Paulo.

O trabalho dos observadores consistia em observar e relacionar-se com os grupos e compreender seu processo de formação, bem como os elementos que poderiam levar à sua manutenção no futuro. Além disso, seguindo a teoria de Martín-Baró, os observadores deveriam analisar o significado social do grupo para os seus membros, quais os interesses e objetivos eram propostos pelo grupo e como estavam sendo atingidos. Além disso, deveriam observar os recursos que o grupo possuía e como estavam sendo administrados. Procurava-se entender, também, a identidade, atividade e a configuração do poder no interior do grupo.

Análise (1): A primeira parte da análise se referia à construção da identidade. A partir das observações foi constatado que nos grupos de mulheres e idosos o significado social culminou com a construção de uma identidade própria. No caso dos idosos, era clara a criação da identidade do grupo, ao mesmo tempo em que a identidade de cada um se mostrava em diferentes situações. Mas as identidades individuais foram suplantadas pela identidade coletiva, atuando como um grupo primário, onde cada um aparece como referência para o outro, também em termos afetivos.

O grupo das mulheres demonstrou desde o início uma identidade coletiva, na qual cada membro conduzia sua atividade individual com vistas a um resultado para todo o grupo. O grupo de deficientes parecia oscilar entre momentos da sua identidade estabelecida e não aceita e momentos de uma identidade desejada que, contudo, ainda não fora construída. Há aqueles que desejavam trabalhar para ter um produto do grupo capaz de favorecer a identidade desejada, e havia outros que somente se manifestavam nas reuniões, sem nenhum desdobramento ou envolvimento posterior. O grupo de Educação Popular não se mantinha como grupo, estando cada qual preocupado com suas atividades individuais. Não havia uma

identidade clara a partir de um produto coletivo e as tentativas nesse sentido foram sempre frustradas. O de Eletricitários e o das Crianças da pré-escola tinham identidades firmemente estabelecidas. Contudo, muitas vezes a impressão que se tinha era que algumas identidades individuais e isoladas se faziam presentes e algumas pessoas ficavam à margem do projeto coletivo, somente aderindo a ele diante da ameaça do coletivo.

Análise (2): A segunda etapa da análise foi identificar os tipos de poder presentes em cada um dos grupos. Foi definido que o poder seria caracterizado pela possibilidade de controlar os recursos destinados à execução dos objetivos do grupo, bem como a participação nas decisões a respeito de como os recursos deveriam ser empregados. No grupo de idosos, as pessoas desempenhavam suas funções definidas pelo cargo que tinham no grupo. Há, contudo, um poder simbólico que emanava das pessoas com maior conhecimento, em especial, quando esse conhecimento estava identificado com a identidade que vinha sendo construída. No grupo de mulheres, a história de vida de cada uma delas desempenhava papel importante. Assim sendo, alguns membros possuíam um poder decorrente da prática anterior na militância política ou em outros movimentos de natureza semelhante. Também no grupo de deficientes, foi percebido um poder emanando de uma função exercida no grupo. A adesão dos demais em relação ao projeto coletivo era baixa e, em alguns momentos, havia a tentativa de dominação, por parte daqueles que possuíam um conhecimento maior a respeito do projeto coletivo. O observador não viu elementos que pudessem garantir a sobrevivência do grupo. No grupo dos eletricitários, o poder emanava claramente da atividade. Tinha maior poder aquele que dominava com maior competência a atividade. Finalmente, no grupo de crianças, havia um poder temporário definido, pelas tarefas que devem ser executadas em um tempo definido.

Análise (3): A terceira etapa da análise dizia respeito ao desenvolvimento da atividade que cada grupo se propôs a desenvolver. Em todos os grupos avaliados, foi a atividade que determinou a formação do grupo. Para existir o grupo teve que produzir algo que tivesse um significado social interna e externamente. Sendo assim, os grupos que não formularam um produto a ser obtido por meio da participação de todos, a partir de uma atividade coletiva, corriam o risco de deixar de

existir enquanto grupo. Porém, não bastava apenas a realização concreta de um produto para garantir a sobrevivência do grupo. Era preciso que a atividade permitisse a construção de uma identidade importante para o grupo, internamente e no contexto das relações sociais.

Análise (4): Por outro lado, quando o grupo se estruturava a partir de uma identidade negada, tal como ocorria com os portadores de deficiências, o trabalho de construção de uma nova identidade era muito difícil. Nesse caso, a existência de um produto a ser desenvolvido não garantiu a sobrevivência. O significado social é visto na relação com os outros, onde cada elemento constrói e vive a representação que tem do grupo. Quando o grupo se baseia numa identidade forte e produz algo com relevância social, adquire uma importância tal que os indivíduos passam a se estruturar em função do grupo.

A conclusão do estudo foi que o grupo oferece possibilidades de refletir sobre a realidade de cada indivíduo e sobre o grupo, observando as intersecções entre os interesses individuais e os coletivos, permitindo ver o grupo no contexto da sociedade maior. E, além disso, criticar fatos do cotidiano do grupo à luz das contradições sociais, mostrando que enquanto grupo, é possível interferir nos acontecimentos sociais, criando uma nova prática social e política no nível coletivo e político.

Foram vários os projetos bem sucedidos em comunidades diversas, com base nos pressupostos de Lane (1989) a respeito do processo grupal. Algumas vezes a comunidade se reunia em torno de um tema particular, como, por exemplo, a violência no bairro. E ao formular um objetivo, com valor social para toda a comunidade, assumia uma identidade enquanto grupo e a discussão do tema pontual levava à conscientização a respeito de problemas maiores, e essa conscientização era o primeiro passo para a transformação da realidade.

No que diz respeito à questão do poder, o estudo mostrou que o poder não resultava somente da possibilidade de guardar os bens, havendo um poder de influência simbólica que variava de grupo para grupo, mas estava sempre relacionado à percepção da contribuição de importância de um determinado

indivíduo, para que o grupo pudesse atingir os objetivos coletivos. Lane (1989) alertou que o processo de emancipação do grupo é algo que depende da dinâmica intrínseca do grupo.

Na busca da ampliação de compreensão acerca do processo grupal, Silvia elaborou em 1989 na pós-graduação, um formato de curso que consistia em ler a teoria de Martín-Baró em grupo, comentá-la e observar o processo de construção daquele pequeno grupo, constituído por ela e pelos alunos da disciplina. Ao realizar um programa dessa natureza, Silvia desejava oferecer aos alunos a possibilidade de observarem a construção do grupo que ia surgindo, a cada nova semana do curso, permitindo entender Baró.

Embora houvesse um tema teórico em discussão, os alunos deveriam observar o processo de construção do grupo. De que forma cada aluno entrava no tema? Havia embates? De que natureza? Havia alunos distantes que não aderiam à aula permanecendo distantes do tema e das discussões? Como os alunos se sentiam em relação à tarefa de observar os processos e não apenas estudar a teoria? Enfim, os alunos anotavam suas observações sobre o comportamento do grupo e, na última aula do curso, deveriam apresentar suas observações, numa construção coletiva. Não foi escrito um artigo sobre esta vivência, mas, as anotações sobre as quais falaremos agora, são bastante interessantes.

A última aula foi gravada e não tivemos acesso ao vídeo, somente à transcrição feita por Silvia e pelos alunos. Silvia inicia a última aula, na qual o vídeo foi gravado, convidando o grupo a falar, livremente, sobre as suas observações. Os alunos se recordam da dificuldade que sentiram em entender qual o objetivo do projeto. No princípio, havia forte desconfiança e preocupações quanto à expectativa da professora sobre o trabalho. Alguns diziam que ela deveria dizer o que cada um deveria fazer. Qual seria o produto final do curso? Devemos anotar o que? Que produção deverá ser apresentada?

A seguir começaram a discutir o texto à luz das suas experiências individuais. E se emocionaram com as histórias uns dos outros. Os casos do cotidiano apoiavam a compreensão do texto, mas, não estavam escrevendo nada. E

isso causou uma grande angústia. Alguns criticaram a metodologia. Outros se perguntavam: o que estamos fazendo aqui? Não estamos aprendendo nada! Aí surgiu o conflito, a classe se dividiu. No momento de conflito o grupo se questionou enquanto grupo. Quem somos nós? Por que não conseguimos trabalhar juntos? Mas, nessa altura já havia afetividade entre as pessoas, já se conheciam melhor e isso favoreceu voltar ao trabalho. E o diálogo retornou, as pessoas conseguiram verbalizar a respeito do que os estava incomodando. E descobriram que havia uma dicotomia entre o “eu” e o “nós”. A partir daí o grupo interagiu mais, porém, ainda não havia integração.

Enquanto isso, Silvia ia a todas as aulas, acompanhava as leituras do texto, respondia as perguntas e deixava a outra metade da aula para os alunos trabalharem. Às vezes acompanhava as discussões sem interferir. Outras vezes, dizia uma coisa ou outra, mas, também observava. Num dado momento o grupo se dá conta que, sem definir o produto do seu trabalho, não podem continuar. Dividem tarefas e descobrem que, além de uma tarefa a realizar, existe afeto entre eles. E concluem que ter afeto pelas pessoas é fundamental. Por outro lado, sem produzir algo relevante, o afeto só não basta para manter o grupo. E percebem que existe uma representação de grupo ideal e existe o grupo o real e eles têm que produzir com esse grupo real.

Mas o tempo passa e a produção não acontece, causando frustração e angústia. Mas aí se dá a superação. Alguém, uma aluna no caso, assume a coordenação do processo sugerindo algo concreto, tangível, colocando-se para os colegas como uma esperança para a finalização do trabalho. A partir daí o grupo deslancha e conseguem chegar ao relatório da vivência que apresentam agora. E se dão conta de que apesar de não terem escrito páginas e páginas de reflexões acerca da teoria de Martín-Baró, viveram o processo e observaram pontos em comum entre a vivência e a teoria.

Silvia conclui a aula mostrando que os alunos viveram o processo de constituição de um grupo conforme descritos na teoria de Martín-Baró. Ao chegarem contavam apenas com suas identidades próprias, individuais, embora tivessem um mínimo em comum, pois, eram alunos da pós-graduação e lhes cabia a

responsabilidade da realização de uma tarefa, mas, predominava o individual. Possuíam representações externas de como deveria ser um curso de pós-graduação e se incomodavam muito por não estarem vivendo o processo que correspondia à sua representação. A seguir, colocaram a afetividade no processo, trouxeram para o grupo suas vivências sociais, fortaleceram os laços de amizade. Mas, ainda restava por definir a produção a ser apresentada no final do curso. Novamente, discutiram e viveram conflitos. As identidades individuais retornaram com força. Mas o curso continuava e foi então que uma colega assumiu a coordenação do processo. Fez-se legítima por alguma razão no nível simbólico e o grupo avançou com a ajuda dessa pessoa. Definida a produção final, construídas as bases do relacionamento, foi mais fácil avançar. A conclusão de Silvia é que os alunos aprenderam a teoria na prática. Somente eles poderiam ter evoluído até a conclusão e a finalização da tarefa. Se ela interferisse e definisse o que cada um deveria fazer, seria uma relação tradicional aluno professor.

Aprender que é no interior do grupo, a partir da consciência do “eu” e do “nós” e da compreensão dos interesses do grupo que é possível transformar a realidade foi a lição mais importante. E conclui: “vocês poderão nunca mais se lembrar de Martín-Baró, mas, a experiência de observar a construção de um grupo e acreditar no poder de transformação da realidade a partir da conscientização do grupo, jamais será esquecida”. O artigo nunca foi escrito, mas a transcrição da fita foi guardada cuidadosamente por Silvia entre as suas coisas.

5. Mediação Emocional

Quinto tema dos “caminhos percorridos”, a mediação emocional ocupou lugar de destaque em suas reflexões e pesquisas.

Introdução: Pesquisas como a de Bader Sawaia e a releitura dos textos de Vigotski , indicaram a importância das emoções, tanto quanto, ou mais, que a linguagem e os grupos sociais aos quais pertencemos na constituição do psiquismo. (p.3)

Foram incluídos neste tema três textos, publicados em livros. Foram escritos entre 1993 e 2000. São eles:

1. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo, EDUC e Brasiliense. 1995.
2. Emoções e pensamentos: uma dicotomia superada. In: Bock, Ana M. Bahia. (org). *A Perspectiva Sócio Histórica na Formação em Psicologia*. Petrópolis, Vozes. V1, p.100-112.
3. Fundamentos Teóricos : in *Arqueologia das Emoções*. Lane, S e Araujo, Y (org). Petrópolis, Vozes. 2000.

Na pequena introdução acima, escrita por Lane para apresentar o tema da mediação emocional como parte de seu trabalho, está dito que foram as pesquisas com Bader Sawaia e a releitura de Vigotski que motivaram a inclusão da mediação emocional entre os seus interesses de pesquisa. E como o primeiro artigo selecionado por ela para falar do tema: “A mediação emocional na constituição do psiquismo humano” foi publicado em *Novas Veredas da Psicologia Social*, escrito com a colaboração de Bader Sawaia em 1994, decidimos analisar, além do artigo mencionado nos “caminhos percorridos”, a apresentação do livro preparada pelas autoras e o artigo: “Contribuições de Vigotski para o estudo das emoções” (p.115-131), escrito com a colaboração de Denise Camargo que detalha de que forma foi feita por Silvia a releitura de Vigotski, para falar sobre emoções. Esses textos iluminam o caminho até a mediação emocional.

Na apresentação do livro as autoras lembram que há cerca de dez anos daquela data, Silvia organizara com Wanderley Codo o livro *Psicologia Social - Homem em Movimento* (Lane e Codo, 1984), apresentando os pressupostos teóricos da Psicologia Social e, a publicação ora organizada, representa as reflexões a respeito da Psicologia Social nessa última década (1984-1994). A primeira consideração das autoras é que o mundo para o qual os pressupostos do primeiro livro haviam sido formulados havia mudado sensivelmente.

Foi então que uma série de acontecimentos impôs novas características à Psicologia Social. Poderosos processos de

globalização a par de novas formas de diferenciação social e de sociabilidade desafiavam o paradigma das ciências humanas a buscar um novo olhar sobre si mesmo, sobre o homem e sobre a sociedade. Um olhar local e objetivo, mas ao mesmo tempo universal e subjetivo em busca de uma ciência ética comprometida com a emancipação humana. (p.7)

No nosso entender, para as autoras, as mudanças profundas ocorridas na sociedade e no homem na última década exigia uma reflexão sobre que outros elementos deveriam ser adotados pela Psicologia Social para entender e explicar o sujeito produto e produtor de mudanças tão profundas. As mediações psicossociais até então esquecidas pela análise da dialética homem/sociedade, na busca de compreensão do processo de constituição do sujeito, deveriam ser incluídas daqui para frente. Para as autoras, o novo cenário psicossocial trouxe:

De um lado a explosão das diferenças, do individualismo, do consumismo desenfreado, do fantástico avanço científico e consequente modernização tecnológica, a expansão poderosa dos meios de comunicação de massa. De outro lado, a reprodução de níveis alarmantes de exclusão e miséria e, da marginalização política da imensa maioria da população da América Latina. (p.8)

Na tentativa da compreensão do homem que se constitui nas condições sócio históricas da América Latina, revelam que se aproximaram de pesquisadores latino-americanos, merecendo destaque Ignacio Martin-Baró e sentiram que:

É preciso conhecer quem é o homem que se constitui nas condições sócio históricas da América Latina. Não se trata de abandonar o acervo teórico acumulado árdua e rigorosamente pela Psicologia Social, mas de mudar a sensibilidade epistemológica para rever à luz dos novos atores sociais, das necessidades, das ideias e emoções que objetivam na atividade cotidiana”. (p.8)

No artigo “A mediação emocional na constituição do psiquismo humano” indicado nos “caminhos percorridos” como representativo do tema, Silvia comenta as mudanças que aconteceram na evolução do seu pensamento, permitindo que as emoções fossem incorporadas como elemento importante da subjetividade humana. Lembra que as bases epistemológicas das quais partiu para desenvolver seu trabalho foram o materialismo-histórico-dialético e, nas diversas pesquisas que realizou, utilizou uma metodologia que, partindo dos dados empíricos, se chegava à essência do fenômeno estudado. Da mesma forma, mencionou que adotou as

categorias fundamentais do psiquismo consideradas por Vigotski e Leontiev: a atividade, a consciência e a personalidade, mas, no decorrer das pesquisas realizadas por ela e por seus orientandos, reformulou seu entendimento sobre quais categorias deveriam ser consideradas como fundamentais e constitutivas do psiquismo humano. A primeira evolução em relação ao pensamento dos autores soviéticos foi a substituição da categoria personalidade pelo conceito de identidade, entendida no movimento de progresso e evolução do sujeito que, segundo Ciampa (1983), lembrava a metamorfose de uma borboleta. Quando o indivíduo se reinventa ele se transforma evoluindo em direção à sua própria emancipação. Essa categoria substituiu para Silvia a categoria personalidade proposta por Leontiev.

A partir daí, suas pesquisas levaram à conclusão de que as emoções ocupam lugar de destaque ao lado da linguagem e do pensamento, na constituição do psiquismo. Na pesquisa de Sawaia (1987) com mulheres residentes em favelas ficava claro que fatos e falas narrados em entrevista, quando eram comentadas entre as mulheres, no trabalho, vinham acompanhados de observações a respeito de emoções sentidas. Por que razão as pessoas escondiam suas emoções quando os fatos eram contados a outras pessoas que não haviam compartilhado as mesmas situações? Por que falar sério significa esconder emoções? Esconder emoções seria ideológico? Para nós foi essa a pergunta estimulou Silvia a pesquisar sobre o tema.

Da mesma forma, lembrou que a pesquisa realizada por outra orientanda (Friedman, 1992) sobre pessoas com gagueira revelou que havia um forte conteúdo emocional no “não saber falar”, motivado pela valorização social de quem falava bem. E, de pesquisa em pesquisa, Silvia concluiu que havia uma natureza social e um caráter comunicativo nas emoções e essas, por sua vez, se constituíam em uma linguagem que podia promover o desenvolvimento da consciência ou a sua fragmentação.

Comenta ainda que Heller (1980), assim como Wallon (1979), acreditava na estreita ligação entre emoção, linguagem e pensamento, daí a impossibilidade de um estudo isolado das emoções. E lembra ainda que o trabalho de Osgood (1957) que ela conheceu muito bem por ocasião de suas próprias pesquisas com o Diferencial Semântico, deixara claro o conteúdo emocional das palavras.

Na continuidade das pesquisas, questionava seu grupo se haveria diferença entre emoções observadas empiricamente, indiscutivelmente mediações, e os sentimentos mais profundos e complexos. Nesse tema, foi Heller (1980) quem trouxe aportes teóricos relevantes para diferenciar emoções de sentimentos. Para a autora, os afetos representam o caráter social das emoções que, por sua vez, são diferentes dos sentimentos duradouros. As primeiras podem ser observadas facilmente, mas, somente os sentimentos complexos se incorporam à identidade do indivíduo. Os sentimentos indicam que a pessoa está implicada com algo ou com alguém, podendo se manifestar sob a forma de emoções simples, ou não se revelar facilmente.

As emoções observadas empiricamente como mediações e os sentimentos mais complexos e profundos constituem a afetividade. Surgia, assim, uma nova categoria do psiquismo humano. E Silvia conclui:

Emoção, linguagem e pensamento são mediações que levam à ação, portanto, somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados por aqueles que nos cercam. (p.62)

No texto “Fundamentos Teóricos”, no livro *Arqueologia das Emoções*, Silvia menciona que, com a releitura de Vigotski, percebeu que o autor soviético destacava a importância das emoções e dos afetos na constituição do psiquismo. Em especial o texto de Vigotski sobre emoções e criação artística deixava claro que, para o autor, as leis que movem o pensamento artístico são diferentes daquelas que movem o pensamento lógico discursivo.

“A imaginação e a fantasia estão a serviço da esfera emocional, mesmo que sua expressão apareça muitas vezes como pensamento lógico, a finalidade e a direção são dadas pela emoção. A principal finalidade do processo emocional e do pensamento lógico é completamente distinta, mesmo que as formas exteriores coincidam minuciosamente. A atividade da imaginação representa uma descarga de afetos, do mesmo modo que os sentimentos se resolvem em movimentos expressivos”. (Vigotski, 1972, apud Lane e Camargo, 1984, p. 117).

São vários os aspectos trazidos da obra de Vigotski para entender as emoções. O primeiro deles é que não há dicotomia entre pensamento e emoção, sendo que a motivação e a emoção residem na gênese do pensamento. Mesmo o pensamento básico, racional, tem sua gênese na emoção. Para o autor, o processo educacional que recomenda ensinar às crianças a controlar suas emoções, nasce das ideias de Darwin (1809-1882) a respeito da origem biológica das emoções humanas, identificadas com reações dos animais. O medo é identificado com o mecanismo de fuga e ataque, a ira com as reações de ataque e assim por diante, acabando por atribuir às emoções um caráter primitivo, algo que deveria ser evitado, educado. Como decorrência de tal abordagem, menciona Vigotski (1972), alguns autores, ao invés de estudarem como se desencadeiam as emoções, consideraram as emoções como resquícios da nossa origem animal e, como tal, o importante era estudar os mecanismos de controle, negando a importância das emoções na vida psíquica.

E Lane prossegue lendo Vigotski, lembrando que James e Lange desenvolveram a teoria das emoções inferiores e das emoções superiores, colocando no primeiro grupo as emoções herdadas dos ancestrais animais e que teriam natureza orgânica. No segundo grupo, estaria a razão colocada num plano superior. O desencadeamento do processo seria a percepção de que algo acontece, reações biológicas vasomotoras e viscerais seriam desencadeadas e, a partir daí, surgiriam emoções como resultado de um processo biológico, cuja gênese estava nos órgãos inferiores vegetativos internos. Para James, o órgão superior era o cérebro e os inferiores, vegetativos internos, eram os responsáveis pelas modificações orgânicas da consciência e da percepção que explicariam nas emoções.

Silvia observa que, para Vigotski, as emoções formavam um sistema dinâmico agindo em conjunto com outras funções psíquicas. Dinâmico, pois pressupunha o homem em atividade, em desenvolvimento e em transformação, se fazendo necessário estudar os processos fisiológicos e psíquicos de forma integrada, considerando ao mesmo tempo aspectos subjetivos e objetivos. Segundo Vigotski, Freud foi o primeiro a negar a teoria dos aspectos fisiológicos como explicação das emoções, considerando que elas somente poderiam ser explicadas

no contexto de toda a vida humana. Mas, para Vigotski, Freud se equivocou quando atribuiu à sexualidade, importância fundamental na explicação das emoções.

Silvia lembra que Lúria demonstrou que o organismo e o psiquismo são indissociáveis e o interesse do neuropsicologista pelo estudo das emoções, resultava do fato de virem quase sempre escondidas, reprimidas, porém, fundamentais para compreensão da subjetividade.

Para Silvia as emoções se apresentavam como mediação, ao lado da linguagem e do pensamento. A releitura de Vigotski permitiu aprofundar os conhecimentos a respeito de imaginação e da memória que se desenvolve por meio da mediação emocional, da linguagem e do pensamento, a partir da percepção do mundo que nos cerca. Somente nos lembramos do que nos emociona e não nos lembramos do que vimos e não nos causou emoção alguma. A imaginação tem caráter emocional, está relacionada com a linguagem e irá permitir a construção da memória que incorpora passado e presente.

Para Lane, a criatividade também está presente na identidade, se apresentando como a capacidade dos indivíduos de uma permanente recriação. Não se trata da reprodução de papéis definidos pelas instituições sociais, mas de um reinventar-se que permite aos indivíduos evoluírem em direção à sua emancipação. Ao iniciar os estudos sobre a consciência e a ideologia, baseados na linguagem e no significado das palavras, Silvia lembra que começou no âmbito do cognitivismo, o mesmo tendo ocorrido com as pesquisas sobre representações sociais, mas, logo descobriu que era apenas uma parte da explicação.

Na conclusão do livro *Arqueologia das Emoções* Lane (2000) escreve que, trocando ideias, lendo e refletindo sobre o tema, aprendeu a diferenciar as emoções dos afetos. As primeiras são fisiológicas, quase sempre inconscientes, enquanto os afetos se integram à linguagem e ao pensamento, tornando-se, assim, sociais. Para a autora não distinguir emoções de afetos pode trazer consequências teóricas e práticas.

A repressão emocional, segundo a sua observação ao longo de uma vida de trabalho, pode levar a distúrbios psicológicos que se caracterizam pela negação do afeto, recorrendo à racionalidade que envolve o mundo de fantasias no qual as pessoas se envolvem calando-se, ritualizando e negando a existência de valores morais e da própria realidade.

Diz Lane:

Pesquisas recentes indicam que muitas doenças físicas têm origem nas emoções que as acompanham. Distúrbios sociais como ódio, inveja, intolerância tem origem nas emoções reprimidas e escamoteadas e futuramente se manifestam como um comportamento antissocial. O ser humano é um todo e fisiologia e psicologia são manifestações da mesma totalidade. Tal como as funções fisiológicas estão integradas, as psicológicas se integram desenvolvendo funções neuro psiconeurológicas superiores que ampliam a capacidade humana. Em síntese, o homem é produto de um longo processo histórico, no qual as mediações das emoções, da linguagem, do pensamento e dos grupos sociais constituem a subjetividade: consciência, atividade, afetividade e identidade. (p.119)

Lane relembra ainda que a subjetividade, em unidade dialética com a objetividade, permite o desenvolvimento de valores morais e éticos que dão suporte à qualidade das relações com os nossos semelhantes, bem como, dão origem ao agir socialmente. Além disso, essa mesma unidade subjetividade/objetividade permite a criação de obras de arte, nas quais a imaginação é uma fusão de diferentes emoções, sendo este movimento capaz de recriar o mundo que nos cerca.

Conclusões

Esse trabalho é o resultado de uma longa jornada pessoal que começou com Silvia Lane, minha orientadora no mestrado até sua morte. Posso dizer na primeira pessoa que foi um trajeto humano e intelectual. Ter a oportunidade de concluir o doutorado estudando em maior profundidade sua obra e os documentos de seu acervo pessoal, relendo manuscritos, planos de aula, correspondências pessoais, pareceres, etc., proporcionou a mim uma oportunidade única, para descobrir numa dimensão mais ampla, a pessoa com a qual eu havia compartilhado um único projeto.

Silvia Tatiana Maurer Lane foi um ser humano único e singular. Mas, caso fosse ainda a minha orientadora, nesse momento, ela diria que esta descrição não qualifica ninguém, pois, todos os seres humanos são únicos na sua singularidade. Sendo assim, concluo esta tese mostrando a singularidade de Silvia em três aspectos: a cientista social que ampliou os horizontes da psicologia social no mundo; a professora que revolucionou formas de ensino, permitindo que o trabalho dos seus alunos adquirisse uma dimensão muito maior do que normalmente ocorre, pois, teses e dissertações geralmente têm como único destino as prateleiras das bibliotecas; e o terceiro aspecto, com o qual eu encerro as conclusões, é de natureza pessoal, fala do ser humano único na sua generosidade, com quem tive o prazer de conviver por um breve período de tempo. Certamente, os três aspectos se misturam, pois, o ser humano, conforme entendido por Silvia é um todo indissociável, contudo, como recurso metodológico, tentarei mostrar nuances específicas de cada “momento”.

A intelectual

O percurso teórico de Silvia começa com uma formação primorosa na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras das USP, estudando com mestres que exigiam dos alunos uma revisão ampla das teorias, não estimulavam a comparação e a síntese, mas, programavam para que toda a obra escrita de um determinado

autor fosse lida durante o curso ou, na preparação de um seminário, conforme dito por Silvia numa das muitas entrevistas que concedeu. Era próprio da época, os professores fazerem um julgamento extremamente rigoroso dos alunos, não premiando com a nota máxima nem mesmo os melhores trabalhos, como atesta histórico escolar de Silvia encontrado entre os seus documentos.

Lane estudou psicologia na Faculdade de Filosofia com Annita Cabral. Estudar psicologia no curso de filosofia permitiu relacionar as teorias psicológicas às ideias filosóficas, buscando uma compreensão mais ampla. Qual é a base filosófica? Perguntava ela com frequência nas suas aulas. Annita Cabral indicou Silvia para uma bolsa de estudos no Wellesley College, em Boston. Embora sendo uma Faculdade para moças ricas, também era reconhecida como um centro de excelência, tendo sido lá que Silvia começou a elaborar pesquisas empíricas. Escolher os Estados Unidos talvez estivesse relacionado com o fato de a professora Annita haver estudado, ela mesma, nesse país e saber que lá a psicologia era um campo bastante desenvolvido.

Os anos 1950 marcam a expansão do pensamento científico como suporte à reconstrução no pós-guerra. As ideias da administração científica são largamente utilizadas na expansão industrial e a psicologia é um apoio importante para o mundo do trabalho. Mas, Silvia começa sua atividade profissional na educação, ensinando e trabalhando num centro de excelência em pesquisas educacionais. Pesquisar e ensinar marca o início da sua vida profissional.

E, como professora e pesquisadora, Silvia busca a compreensão dos fatos da vida cotidiana à luz das teorias e da pesquisa empírica. Por que as pessoas falam as mesmas palavras com sentidos totalmente diferentes? Foi a sua primeira grande pergunta, gerando além de uma tese de doutorado, muitos artigos e uma teoria: as palavras possuem significados afetivos relacionados com a experiência pessoal dos indivíduos. E com uma base de formação científica, adquirida nos Estados Unidos, Silvia amplia seu universo de pesquisas para entender melhor o fenômeno e dar maior sustentação à sua tese. Certamente, ao longo do percurso conhece autores que pensavam como ela. Pesquisa a linguagem com adolescentes, profissionais de saúde, pessoas de diferentes culturas, buscando dar sustentação às

suas conclusões. Essas pesquisas, apresentadas em congressos e publicadas em periódicos teóricos no Brasil e nos Estados Unidos, tornam suas ideias conhecidas no mundo acadêmico, nacional e internacional. Ela é convidada a participar de projetos de pesquisas interculturais, coordenados por universidades estrangeiras, transformando-se numa referência internacional. Isso acontecia numa época em que o Brasil era um país do terceiro mundo, com 39% de analfabetos e com pouca produção científica.

Quantos professores e intelectuais não se acomodaram numa mesma linha teórica e seguiram ensinando para diferentes gerações um mesmo conteúdo? Não Silvia. Acredito que os nossos relacionamentos ao longo da vida são como um tecido que vai se formando com múltiplas possibilidades de percurso. Silvia chega à PUC de São Paulo seguindo a informação de uma colega: lá estavam procurando professores. Foi aprovada e permanece durante quarenta anos. A PUC de São Paulo representou para Silvia um espaço de conquistas intelectuais e uma instituição que abriu às portas para suas pesquisas. Seguindo disposições do encontro de Buga a respeito de como deveriam atuar as universidades católicas no continente latino-americano, bem como as ideias de Medellín que esboçavam caminhos para colocar em prática os ditames do Concílio Vaticano II, surge uma universidade disposta a fazer a opção pelos pobres. Não estava totalmente definido o projeto, mas, Silvia adere no primeiro momento. Fazer um trabalho socialmente relevante é algo que ela deixou claro nas entrevistas, desejava desde os tempos da USP.

Vivíamos anos turbulentos: a ditadura militar, as perseguições, prisões, tortura, morte, revolta, não somente no Brasil, mas, em toda a América Latina. Pesquisar os conteúdos emocionais da linguagem poderia ampliar a compreensão de outros fenômenos sociais que impactavam o ser humano transformando sua subjetividade. Mas como? Era a nova pergunta que deu origem ao questionamento sobre a psicologia social americana, dos seus objetos de estudo e conceituação teórica.

A supremacia da psicologia americana estava relacionada ao fato daquele país ter saído enormemente fortalecido da 2ª Guerra. Os intelectuais europeus

trabalhavam agora nos Estados Unidos e a Europa estava destruída. No plano das ideias, as teorias da psicologia americana apresentavam grande utilidade na reconstrução do mundo e na expansão industrial. Mas, era descritiva, olhava seu campo de trabalho como o da intervenção para garantir a harmonia social. Via o indivíduo dividido na dualidade físico e mente. Desconsiderava a influência do social no comportamento humano, privilegiando as razões intrínsecas ao indivíduo e os aspectos objetivos do comportamento. Para Silvia, bem como para outros psicólogos latino-americanos, era preciso superar a dicotomia entre corpo e mente e encontrar uma forma de entender os fenômenos psicológicos em maior amplitude. Olhar o ser humano na riqueza das relações sociais, como indivíduos capazes de transformar a realidade, era como Silvia desejava conduzir o seu trabalho. A guerra fria, a revolução chinesa, a revolução cubana, o Vietnã eram componentes que faziam duvidar da harmonia social e da sociedade regulada e obrigavam a considerar a transformação social como um objetivo a ser perseguido.

A viagem à América Latina em 1973 marca uma tomada de consciência e uma evolução nas suas ideias. Silvia começa a escrever as bases teóricas de uma psicologia social brasileira, apoiada no pensamento marxista. Para ela, a contradição entre subjetividade e objetividade poderia ser superada por meio da relação dialética entre dois opostos. É importante observar que não abandona seus achados teóricos em relação ao significado psicológico da linguagem. Em todo seu percurso, Silvia nunca precisou dizer como outros autores: “estávamos enganados”, pois, nunca foi dogmática. Silvia vai ampliando sua forma de compreender os fenômenos psíquicos a partir de novas pesquisas, da interação com outros intelectuais e de novas leituras.

Desde que começou a pesquisar a linguagem, jamais abandona essa linha de pesquisa, inclusive, desenvolveu técnicas de análise gráfica do discurso, tendo sido no ano de 2005 a última vez que ministrou essa disciplina como uma atividade programada do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social na PUC de São Paulo. Contudo, ela amplia suas conclusões: na linguagem está contida a ideologia e a visão de mundo das classes dominantes. A linguagem perpetua representações do mundo que só interessam à classe dominante e são comunicadas como verdades naturais. As considerações sobre a linguagem ganham novos contornos

apoiadas na concepção marxista de que o desenvolvimento da linguagem, proporcionado pelo trabalho, se encontra na base da construção das relações sociais.

O Brasil dos anos setenta é um imenso campo de estudos de um discurso estruturado pelos militares e divulgado pela mídia como o de um “Brasil Grande” que devia ser amado ou deixado, omitindo da grande massa que o crescimento econômico dos anos do “milagre brasileiro” era insustentável, mentiroso e colocava em risco o futuro do país. Muitas obras faraônicas que tornavam tangível para as pessoas o progresso, jamais foram terminadas, consumindo recursos que faltaram na crise do petróleo e ao longo dos anos 1980, aliás, período que ficou conhecido com a década perdida. Silvia era estimulada por esse debate.

Sensível às implicações do social no plano dos fenômenos psicológicos e determinada a formular as bases de uma nova psicologia, Silvia parte da concepção marxista do homem, considerando que o homem deve ser observado empiricamente, mas, está convencida de que os dados empíricos, por si só não explicam os fenômenos. É preciso buscar na história do grupo social as explicações e interpretações dos dados observados. É no empírico e na explicação histórica e social dos fenômenos psicológicos que se pode transcender à contradição subjetividade X objetividade, permitindo vislumbrar a possibilidade de transformação social.

Ao formular as bases da psicologia social que hoje é denominada psicologia social laneana, para explicar os fenômenos psicológicos, Silvia parte de uma concepção, uma visão de homem que tem concretude, pode ser observado por meio das categorias fundamentais do psiquismo: consciência, atividade e personalidade. São as categorias definidas por Vigotski e Leontiev, autores soviéticos que tiveram grande influência no seu pensamento. A consciência é a forma pela qual o indivíduo internaliza e reflete o mundo em que vive e onde foi formado. A atividade são as ações desenvolvidas para atender aos seus motivos e necessidades e, a personalidade, ao contrário de ser uma estrutura imutável, é a forma como o indivíduo identifica a si mesmo no mundo em que vive e na relação com os outros e como é identificado pelos demais. A linguagem e o pensamento são mediações que

fazem chegar aos indivíduos a história e a ideologia, criando referências para o seu comportamento e para sua interação com outros homens no mundo social. As condições objetivas de vida, influenciadas pelas ideias e pela ideologia, são referências importantes para a ação. Objetividade e subjetividade numa relação dialética e de permanente influência mútua. Para Silvia a transformação social é possível porque os homens mudam, são capazes de perceber o mundo e de criticar o mundo em que vivem e as “verdades” cristalizadas no discurso podem ser decifradas e criticadas.

Essas ideias foram a base inicial da psicologia social adotada por Silvia e foram permeando os cursos de psicologia social da PUC de São Paulo e de outras escolas, ao longo das décadas 1980 e 1990, nas quais se concentra grande parte da produção de Silvia, amplamente divulgada em congressos e encontros. Certamente, a maturidade profissional determinou a maior produção nesse período. Ao se tornar mais e mais respeitada, recebe maior número de convites para escrever e participar de simpósios e congressos, tornando-se uma forte referência intelectual. São períodos de grande efervescência teórica alimentada pelas pesquisas dos seus orientandos, transformadas em pesquisas dela mesma. Ela orienta uma riqueza de temas distintos, tal como foi mostrado por Ester de Souza na sua tese de doutorado em 2008.

Pesquisar em comunidades era inevitável para encontrar os caminhos da transformação social. É importante que se diga que a psicologia comunitária foi a resposta de Sílvia ao individualismo que permeou a psicologia no final da década de 1970 na Europa, em especial, com a difusão da análise institucional. Dizendo “não” a uma concepção de indivíduo autocentrado e angustiado, propõe que o grupo transforme a realidade a partir da tomada de consciência, não só do seu papel histórico, mas da sua capacidade de transformação da realidade. Não se trata de pegar em armas para fazer a revolução, mas, de transformar a realidade a partir dos grupos sociais. Silvia estimulou e orientou diversos trabalhos em comunidade no seu Núcleo do Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social na PUC. As bases teóricas da psicologia comunitária exigiram um novo método de pesquisa que foi, primeiramente, a observação participante e, posteriormente, a pesquisa-ação. A história de vida também foi incorporada ao método e exigiu o domínio de técnicas de

análise do discurso capazes de olhar o indivíduo no conjunto da sua produção e vivência no grupo social. Um método que permitisse observar o sujeito, sem fragmentá-lo em categorias analíticas. Essa busca levou ao desenvolvimento de uma técnica própria, como dissemos anteriormente, de análise gráfica do discurso. É uma pena que Silvia não tenha deixado seguidores nessa técnica, pois quando eu mesma fiz o curso, tive oportunidade de constatar, pessoalmente, como era possível chegar aos núcleos de constituição do sujeito a partir da análise do discurso utilizando o método proposto por ela.

As categorias fundamentais do psiquismo definidas por Sílvia em 1984, no início dos anos 1990 foram ligeiramente modificadas. A identidade substituiu a personalidade e, mais uma vez, é o pesquisar dos alunos que permite à Silvia ampliar horizontes. Ao utilizar a história de vida para pesquisar as categorias fundamentais do psiquismo, Ciampa descobre que a forma como o indivíduo se identifica e é identificado ao longo do seu percurso de vida, é parte da transformação psíquica que permite ao sujeito evoluir, com vistas à sua autonomia e emancipação, num processo que lembra a metamorfose de uma lagarta se transformando em uma borboleta. E mais, Ciampa descobre que, quando não há condições históricas e sociais que permitam ao indivíduo evoluir, ele não se recria, apenas se repete. Silvia decide substituir a personalidade de Leontiev pela identidade como metamorfose de Ciampa. Pensamento e linguagem seguem como mediações.

Diversas pesquisas em comunidades e a necessidade de compreensão do processo grupal “conduziram” Silvia até Martín-Baró, ou a Ignácio, como ela o chamava, com quem muito se identificou, pois, ambos descobriram ao se conhecer que possuíam muitas ideias em comum. Baró oferece o método de pesquisa para a transformação da realidade que Silvia tanto procurava. Ela entende que os grupos sociais se constituem numa mediação importante para compreensão do psiquismo humano. Consciência, Atividade e Identidade são as categorias fundamentais do psiquismo e linguagem, pensamento e a vida no grupo social, são mediações que conduzem ao processo de compreensão do indivíduo.

Se a transformação social foi o grande estímulo para o trabalho de Silvia até aqui, em 1995 ela declara que as profundas mudanças no cenário mundial, a

explosão das comunicações, a revisão dos valores morais, o consumismo, exigiam, mais uma vez, não uma revisão, mas, uma evolução do seu pensamento. O trabalho de Sawaia, aluna, orientanda, colega e parceira de muitos textos, torna claro que a mediação emocional deve ser incluída como um elemento extremamente importante na explicação do psiquismo humano.

Por quê? Em primeiro lugar a constatação empírica das pesquisas diversas inclusive as dos seus orientandos agora muito mais interessados no tema. Silvia segue pesquisando as emoções até a sua morte em 2006 e o tema ganha espaço no seu trabalho. Na tese de Souza(2008) defendida na PUC de São Paulo, consta que de 1995 a 2006 Silvia orientou 26 alunos, sendo que as palavras emoção e afetividade apareceram no título de mais da metade dos trabalhos. Em entrevistas, muitas vezes Lane declarou que as pesquisas dos alunos eram sua grande inspiração. Contudo, acrescento a essa explicação algumas hipóteses muito pessoais. Primeiramente, a abertura política havia voltado ao país trazendo de volta e intensificando o diálogo. Políticas públicas foram colocadas como obrigações de governo. A realidade no Brasil começava a transformar-se pela via do diálogo e da participação popular. Além disso, como dizia a sua teoria, o ser humano é íntegro e Silvia começava a ter problemas de saúde, não viajava com mesma frequência, debatia menos. Ainda trabalhava muito, mas, talvez estivesse mais fragilizada pelos problemas de saúde, pelas mudanças na PUC de São Paulo, por problemas familiares. Assim é que no seu trabalho foi aberto espaço para o estudo das emoções. A busca da compreensão da “arqueologia das emoções”, título dado ao seu último livro e a pesquisa a respeito das emoções nos índios Xavantes, estudadas por meio dos sonhos e narrativas dos índios, são projetos reveladores de uma nova dimensão das suas preocupações intelectuais.

Em um dos encontros do Núcleo em 2005 quando planejávamos com Silvia o que fazer em 2006, ela nos disse que gostaria de estudar a indiferença do mundo atual, a insensibilidade às questões sociais e o descaso para com o outro, as causas do individualismo. Silvia repetiu essa intenção na entrevista concedida ao CFP, apresentada em vídeo após a sua morte, mas, não houve tempo para pesquisar e escrever sobre o tema. Certamente, algum dos seus ex-alunos, ou quem sabe, os alunos desses primeiros vão se sensibilizar para essa questão.

A professora

Como professora, Silvia foi absolutamente excepcional. Se ensinar vem do latim *insignare* que equivale a colocar insígnia, todos nós fomos tocados por ela. Mas, não gostaria de concluir a análise das qualidades de Silvia como professora com um olhar de aluna, mas, com o olhar de professora que sou. Ao longo do meu percurso, tive professores como aqueles que Silvia descrevia nos tempos da USP e onde, tal como ela, estudei. Mestres que faziam exposições teóricas brilhantes, seguidas de seminários repetindo a teoria, como a única forma de associar teoria à prática. Cursei a graduação após a reforma universitária que buscava maior integração entre teoria e prática, sem ter tido a oportunidade de saber o que era isso. Silvia começou a ensinar partindo de uma revisão crítica, defendendo a prática como uma oportunidade de confrontar a teoria e buscar novas possibilidades. A PUC de São Paulo foi importante para que pudesse conduzir o ensino como uma permanente oportunidade de aprendizado, trabalhando com total liberdade, diferentemente do que acontece em muitas faculdades.

Pesquisa e ensino estavam presentes na sua atividade e imbricados. Não havia, mesmo na graduação, aula teórica sem experimentação. Sempre havia um projeto de pesquisa desafiando a teoria. Sendo a sua área a psicologia social, o pesquisar exigia a atuação na comunidade. E Silvia estimulava a pesquisa e a presença dos alunos nas comunidades da periferia de São Paulo já nos anos 1960, não como meros observadores, mas comprometidos com a transformação da realidade. Uma metodologia absolutamente inusitada e em plena ditadura. Quando penso na minha própria atividade de professora nos cursos de pós-graduação em recursos humanos, ensinar utilizando o método de Silvia, me levaria a estimular os alunos a atuar na área de recursos humanos das empresas, desenvolvendo projetos capazes de transformar as tensas relações entre capital e trabalho, não por meio de ações cosméticas e midiáticas, mas, apoiando os profissionais no despertar da consciência para as contradições, transformando as condições de trabalho. Terei algum dia esta coragem? Creio que devo isso à Silvia.

O curso sobre Martín-Baró, instigando o grupo a observar a sua própria atividade enquanto grupo ao longo do percurso do curso, tendo a teoria apenas

como pano de fundo, sendo o objeto de análise o processo de construção do grupo, foi algo que, na qualidade de professora, me surpreendeu enormemente. A possibilidade de desenvolver simultaneamente dois trabalhos, aprender a teoria e observar o processo de construção do grupo, sendo sujeito e objeto ao mesmo tempo, é de enorme riqueza como recurso pedagógico. Fácil de descrever, mas, exige grande coragem para utilizar, pois, não há nenhum, ou muito pouco controle do docente sobre o processo. Eu me imagino chegando numa classe e encontrando um grupo desconfiado, duvidando da qualidade do exercício, se perguntando o que estariam fazendo ali, me questionando o tempo todo se eu sabia o que queria. E a professora seguia firme, observando, vendo a teoria posta em prática e agindo apenas na medida do necessário, para que os alunos observassem sua vivência real. Em minha opinião, deste curso poderiam ter sido derivados textos sobre a metodologia de ensino utilizada e os resultados obtidos. É importante que se diga, Silvia entrou na psicologia por meio do ensino, pesquisou no começo da sua atividade profissional o aprendizado, mas, não escreveu sobre aprendizagem ou sobre processo educacional. Por quê? Não sabemos. Ninguém como ela praticava tão bem o ensino como forma de transformação, contudo, a transformação por meio da educação não foi temática de suas pesquisas.

Os alunos que estudaram com Silvia não somente aderiram à sua forma de pensar, como também, guardam dela uma lembrança muito especial. Silvia foi professora até a sua morte, preocupada com o nosso trabalho, zelosa dos prazos e das exigências da Instituição onde ensinou por quarenta anos. Jamais conheci alguém que com um diagnóstico de câncer no pâncreas, debilitada, mal conseguindo ler, se internasse num hospital com a tese de uma aluna para rever as conclusões. Sua maior preocupação, naquele dia, não era saber se o seu câncer era curável, se a operação seria bem sucedida, mas, a necessidade de encontrar uma colega que pudesse assumir a sua aluna. Esses fatos ocorreram três dias antes da sua morte e eu acompanhei, pois secretariava, informalmente, o Núcleo de Estudos e foi a mim que ela pediu que saísse em busca de telefones e avisasse a Marlene (secretária do Programa) que estava sendo internada. Acompanhei muito próxima a sua luta para chegar à PUC de São Paulo, a cada 4ª feira, durante quase dois meses. Acompanhei a sua frustração por não conseguir e a preocupação com os nossos projetos, mesmo extremamente debilitada. E acompanhei sua angústia com

a crise na PUC de São Paulo, agravada no início de 2006 com a demissão de 200 professores. As sugestões que ela fazia conversando comigo, de que a universidade deveria procurar o MEC em virtude da importância da instituição no âmbito do saber, foi usada por muitas empresas em dificuldades financeiras que procuraram o BNDES para obter empréstimos emergenciais, defendendo os empregos dos seus funcionários. Penso que era a visão ampla de quem enxergava longe e não somente uma consideração infantil. O câncer levou aos poucos a energia de Silvia, mas, não levou sua vocação de professora e o seu desejo de transformar a realidade, até três dias antes de morrer.

A pessoa

Quando decidi que o meu projeto de tese seria baseado numa pesquisa documental, por meio dos documentos pessoais de Silvia nos arquivos do NEHPI e que eu fugiria das entrevistas, foi por considerar que uma autora, pesquisadora e professora de tal envergadura, morta há tão pouco tempo, não permitiria às pessoas que a conheceram, conseguir olhar para sua obra e para ela, sem lágrimas nos olhos. Mas, não posso negar que ouvir as pessoas é fundamental para saber mais a respeito do lado humano de Silvia. Por esta razão, trago aqui um resumo a partir de relatos publicados no número especial da revista *Psicologia e Sociedade* editado em sua homenagem, um ano após a sua morte, num trabalho coordenado por Coelho e Sawaia (2007).

Silvia é lembrada por todos os depoentes como uma intelectual ativa que realizava por meio de projetos e rejeitava dogmas, jamais se acomodando a um único pensamento, ou recusando um autor *a priori* apenas por não fazer parte da sua linha de pesquisa. Mantinha seu pensamento em movimento, coerente com sua crença de que o homem está sempre mudando e evoluindo. Uma pessoa que confiava no outro com base na intuição, demonstrando respeito por todos os que lutavam por ideias inovadoras, com a convicção de que ser de esquerda implicava em considerar a dimensão psíquica das mudanças sociais.

Possuía uma sensibilidade única para discernir os sinais do tempo, o *Zeitgeist*, sabendo juntar pessoas em torno de uma causa, aberta à escuta e ao debate, qualidades que se mostraram fundamentais na fundação da ABRAPSO, instituição da qual Silvia foi presidente e participou ativamente.

Foi lembrada por aspectos da sua obra, uma das primeiras a criticar a psicologia social que se ensinava no Brasil, apoiada na norte-americana, que não explicava o “como” e “por que” dos fatos observados. Trouxe para a psicologia brasileira a concepção marxista do homem como produto e produtor da história, buscando a superação da contradição entre subjetividade x objetividade por meio da dialética, tendo a adesão de um grande número de seguidores, dentre os quais se destacam os seus ex-alunos. Não esqueceu a afetividade, os sentimentos e os afetos como mediações importantes na compreensão do psiquismo.

Além disso, sua obra conseguiu levar a psicologia social brasileira para além das nossas fronteiras. Uma brilhante palestrante que apresentava suas ideias de forma apaixonada, encantando a todos que a ouviam nos congressos, cursos e palestras. Foi lembrada pelo entusiasmo com que acolhia as pesquisas dos seus orientandos, aos quais apoiava e ao mesmo tempo, desafiava, em permanência para que praticassem uma psicologia social crítica e engajada.

Os intelectuais e professores que conviveram com Silvia falaram da sua inteligência, da sua obra e no convívio com ela aprenderam a admirar seu grande valor. Contudo, é dos ex-alunos que vieram os mais carinhosos depoimentos. Eles lembraram o ser humano generoso que compartilhava ideias, dava espaço nas publicações, nas apresentações em congressos e nos projetos de pesquisa. E prestam o justo tributo às contribuições da professora para o seu próprio sucesso, afirmando que prosseguem levando o legado de Silvia para as diversas universidades do Brasil onde atuam. E é a eles que eu me junto nestas últimas palavras.

Referências Bibliográficas

Antunes, M A M. (2007). *A Psicologia no Brasil*. São Paulo: EDUC.

Andery, A A. (1982) Trabalhos em Comunidade: seu significado para a produção de novos conhecimentos científicos. *Psicologia, Ciência e Profissão*. São Paulo vol.1 n.4. p.30-33.

Aróstegui, J. (1995). *A Pesquisa Histórica: Teoria e Método*. Bauru. São Paulo, EDUSC.

Azevedo, L. (2003/2004) A participação do rádio no cotidiano da sociedade brasileira (1923-1960). *Ciência & Opinião*. Curitiba, v. 1, n. 2/4, jul. dez.

Baptista, M T D S. (2007). Instituições na Interface entre Psicologia e Educação no Brasil. In *Instituições e Psicologia no Brasil*. (Org). Campos, R H F e Vieira R C. Nau Editores: Rio de Janeiro.

Bastos, A V B. (1992) A Psicologia no Contexto das Organizações- tendências inovadoras no espaço de atuação do psicólogo. In *Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Espaços*. Editora Átomo: Campinas. p.25-55.

Beisiegel, R C. (2003) Origens das orientações da pesquisa educacional. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, vol.29, n.2, p. 357-364, jul./dez. 2003.

Bocato V R C. e Fujita, M. S. L. (2006) Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. In: *Perspectivas em Ciência da Informação*: Belo Horizonte. vol. 11 n.2.p.267-281. Mai/ago.

Brösek, J. e Massimi, M. (1998). *Historiografia da Psicologia Moderna*. Edições Loyola: São Paulo.

Castells, M. (1999). *Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. vol. 3. São Paulo, Paz e Terra.

Campos, R H F. e Nepomuceno, D M. (2008). O Funcionalismo Europeu: Clapadère e Piaget em Genebra e a repercussões das suas ideias no Brasil. In: Vilela-Jacó, A M. e Ferreira, A A L. e Portugal, F T. (Orgs.) *História da Psicologia- Rumos e Percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora p.243-264.

Campos, R H F. e Bernardes, L H G. (2005) A Revista Psicologia, Ciência e Profissão: Um Registro da História Recente da Psicologia Brasileira. In: *Psicologia Ciência e Profissão*. 25(4) p.508-525.

Ciampa, A da C. (2001). *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social*. 7ª Edição. São Paulo: Brasiliense.

Coelho, M. H. M. Entrevista à Maria Helena Coelho. (2007) *Psicologia e Sociedade*. Vol.19, Edição especial 2. São Paulo, ABRAPSO.

Coimbra, C. (1999). Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. In: A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur. *História da Psicologia – Rumos e Percursos* pp.75-83. Rio de Janeiro, Nau.

Cunha, M G C. (2006) Tempo Imperfeito: Uma Etnografia de um Arquivo. In: *Revista Mana*, Rio de Janeiro. Ano10 vol.2 p.287-322.

Cunha, M V. (2004) Ciência e Educação na década de 1950: uma reflexão com a metáfora de percurso. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr . Nº25.

Domingos, S. (2007). O processo de regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil entre 1932 e 1962. In *Instituições e Psicologia no Brasil*. Org. Campos, R H F e Vieira R C. Nau Editores, Rio de Janeiro.

Dubar, C. (1999) A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. *Educação e Sociedade* vol.19 n.64 Campinas. p.87-103.

Duranti, L. (1994) Registros Documentais como Provas de Ação. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. UFRJ, v.7 n.13,p.49-64.

Fávero, M L A. (2006) *A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Educar. Curitiba. P.17-36.

Ferreira, M S (2008). Os centros de pesquisa educacional do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. V.13. nº38. Maio/Agosto.p.279-295 p.279-295.

Furtado, C. (1969). *Formação Econômica da América Latina*. Lia Editora: Rio de Janeiro.

Guedes, M C. (1992). Atuação do Psicólogo Clínico. Análise de Artigos em Periódicos Brasileiros, Dissertações e Teses Defendidas no País no Período 1980/1992. In *Conselho Federal de Psicologia. Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Espaços*. 1992. Editora Átomo: Campinas. p.11-21

Hobsbawm, E. (2008). *A Era dos Extremos*. São Paulo, Companhia das Letras.

Lane, Silvia Tatiana Maurer. (1981) *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

_____ e Codo, Wanderley. (orgs.) (1984) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In _____ e Codo, W. (orgs.) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p.10-19.

_____ (1984) Linguagem, pensamento e Representações Sociais. In _____ e Codo, W. (orgs.) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p.32-39.

_____ (1984) Consciência alienação: a ideologia no nível individual. In _____ e Codo, W. (orgs.) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p.40-47.

_____ (1984) O Processo Grupal. In _____ e Codo, W. (orgs.) *Psicologia Social. O Homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p.78-98.

_____ e Sawaia, B. (1991) Psicologia: Ciência ou Política? In Montero, Maritza. (org.) *Accion y Discurso*. Venezuela: Eduven.

_____ (1991) Usos e abusos do conceito de Representações Sociais. In Spink, M J (org.) *O conhecimento do cotidiano. As Representações Sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

_____ e Sawaia, B. (orgs.) (1995) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC e Brasiliense.

_____ (1995) A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In _____ e Sawaia, B. (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC e Brasiliense.

_____ (1995) Avanços da Psicologia Social na América Latina In _____ e Sawaia, B. (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC e Brasiliense.

_____ e Camargo, D. (1995) Contribuições de Vigotski para o estudo das emoções. In _____ e Sawaia, B. (orgs.) *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: EDUC e Brasiliense.

_____ e Sawaia, B. (1995) La Psicologia Social Comunitária en Brasil. In Wiesenfeld, E. e Sanchez, E. (eds.) *Psicologia Comunitaria. Contribuciones latinoamericanas*. Caracas: Fondo Ed. Tropykos.

_____ (1996) Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In Campos, R H de F. (org.) *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade a autonomia*. Petrópolis: Vozes p 27.

_____ (1997) A linguagem e a constituição do sujeito. In Parlato, E M e Silveira, L F. B. (orgs.) *O Sujeito entre a língua e a linguagem*. São Paulo: Lovise.

_____ Araujo, Y. (orgs.) (2000) *Arqueologia das emoções* Petrópolis: Vozes.

_____ (2000) Os fundamentos teóricos. In: Lane, S e Araújo, Y. (orgs.) *Arqueologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, p. 13-33.

_____ (1984) A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento . In Guareschi, P e Campos, R H de F. (orgs,) *Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2003) A dialética entre subjetividade vs objetividade. In: Furtado, O. e Gonzalez-Rey, F. (orgs.) *Por uma perspectiva da subjetividade*. São Paulo, v. 1, p. 11-16.

_____ (2003) Emoções e pensamentos: uma dicotomia superada. In: Bock, A M B. (org.) *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis, v. 1, p. 100-112.

Periódicos:

_____ (1957) Projetos de Escalas de Escolaridade para a Escola Primária, pesquisa realizada no Centro regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, publicada como trabalho da equipe. *Pesquisa e Planejamento*, Ano I, n.º 1

_____ (1959) Escalas de Escolaridade , publicado como trabalho da equipe In *Pesquisa e Planejamento*. II (2), 1958, III (3).

_____ (1960) Escalas de Escolaridade (relatório Final), publicado como trabalho da equipe In *Pesquisa e Planejamento*, Ano IV, n.º 4.

_____ (1960) Levantamento do Vocabulário Infantil (projeto), publicado como trabalho da equipe In *Pesquisa e Planejamento*, Ano IV, n.º 4.

_____ (1969) O significado Psicológico de Adjetivos Utilizados no Diferencial Semântico de C. Osgood, In *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, vol. XV, 3-4. 267-294

_____ (1973) Semantic Differential Scales for Portuguese Speakers In *International Journal of Psychology*, vol. 8, n.º2

Lima, A L.G., Mesquita, C C., Lourenço, F S., Gonçalves, L.A.G. e Santos, R A. (2005) Ciência, política e paixão: o arquivo de Carlos Chagas Filho. *História Ciência e Saúde. Mangueiras*. vol.12 n.1 Rio de Janeiro Jan/Abr.

Lacerda, A C., Bochi, J I., Rego, J M., Borges, M A., Marques, R M., (2010). *Economia Brasileira*. Saraiva: São Paulo.

Le Gall, J M. (2008). *Gestão de Recursos Humanos*. Ática: São Paulo.

Mancebo, D. (2004). História e Psicologia: Um encontro necessário e suas “armadilhas”. In Guedes, M C. e Massime, M., *História da Psicologia no Brasil: Novos Estudos*. Educ Cortez Editora: São Paulo.

Matos, M A. (1988) Produção e Formação Científica em Psicologia. p.100-122. In *Quem é o Psicólogo Brasileiro. Conselho Federal de Psicologia*. São Paulo. Educ.

Martín-Baró, I. (1984). *Psicología Social: Grupo Sistema y poder*. San Salvador: Universidad Centroamericana José Simeon Cañas.

Martins, R.J F. (1999) Os Estados Unidos, A Revolução Cubana e a Contra-Insurreição. *Revista Sociologia e Política*, n.12; 67-82, Junho. Curitiba.

Martins, C B. (2009) A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Privado no País. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v.30, n.106 p.15-35. Jan/abr.

Monarcha, C O (2009). Triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social. In *Histórias e Memórias da Educação no Brasil* vol III- sec XX organização:

Müller, A. (2005) A Memória do Movimento Estudantil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 167-184.

Naffah, A.N (1997). *Psicodrama: descolonizando o imaginário*. São Paulo, Plexus Editora.

Nagamine, J M. (1977) *Universidade e Compromisso Social*. São Paulo. EDUC.

Pessoti, I (1988) Notas para uma história da Psicologia Brasileira. P.17-31. In *Quem é o Psicólogo Brasileiro. Conselho Federal de Psicologia*. São Paulo. Educ.

Pires, M C (2009) O governo Figueiredo e a crise da dívida (1979-1985) in *Economia Brasileira da Colônia ao Governo Lula*. Coordenação: Pires M C. São Paulo, Saraiva.

Prado, C. J (1961) *História Econômica do Brasil*- São Paulo. Brasiliense.

_____(1961) *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense.

Rego, M. J e Marques M, R (2010) *Economia Brasileira*. São Paulo, Editora Saraiva.

Reis, D A e Sá J F (2006). *Imagens da Revolução*. São Paulo, Expressão Popular.

Ribeiro, D (1985) *Aos trancos e barrancos- como o Brasil deu no que deu*- Rio de Janeiro, Editora Guanabara. 2ª Edição.

Ridenti, M. (1997) Que história é essa. In: *Versões e Ficções: o sequestro da história*. Reis, D.A. et all São Paulo, Editora: Fundação Perseu Abramo. p. 11-25.

Rodrigues, A M L. (2006) A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. In *Perspectivas em Ciência da Informação*. Vol 11 no 1 . Belo Horizonte. - Jan/Abr.

Rodrigues, H B C (1999) Oficina da História Método e Ficção. In *Clio-Psyché História da Psicologia no Brasil*. Org Vilela-Jacó, A M, Jabur, F e Rodrigues, H B C. Rio de Janeiro, UERJ, NAPE.

Rosas P, Rosas A e Xavier I (1998) Quantos somos e quem somos. P.32-48. In *Quem é o Psicólogo Brasileiro*. São Paulo, Educ.

Sá, A F A (2008). História, Cultura e Memória: A Proposta do Grupo Popular do Nordeste. In *Ponta de Lança. Sergipe*. vol.1, n.2, abr-out.

Sass, O. (1998). O campo de atuação profissional do psicólogo: esse confessor moderno. In *Quem é o Psicólogo Brasileiro? Conselho Federal de Psicologia*. São Paulo, Educ.

Sawaia, B (2002). *Silvia Lane. Pioneiros da Psicologia*. V.8. Rio de Janeiro. IMAGO.

Schellenberg, T, R. (1993). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

Sodré, N W. (1994). *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Sousa, E A (2008) *Silvia Tatiana Maurer Lane: dissertações e teses orientadas no programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social na PUC SP- uma contribuição aos estudos sobre Psicologia Social no Brasil*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Psicologia da Educação PUC SP.

Souza, F P (1986) *Política e Metodologia de Pesquisa Crítica em Psicologia Social-Narrativa de um caso*. Dissertação de Mestrado defendida no programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social na PUC SP.

Stephanou & Bastos, M H C (2007) História, memória e história da educação. In *Instituições e Psicologia no Brasil*. Org. Campos, R H F e Vieira R C. Rio de Janeiro, Nau Editores.

Vieira, R C (2007) A Clínica de Psicologia Edouard Clapadère da Fundação Helena Antipoff. In *Instituições e Psicologia no Brasil*. Org. Campos, R H F e Vieira R C. Rio de Janeiro, Nau Editores.

Villaméa, L. "Memória e Silêncio". Revista Isto É. 28 de setembro 2005.

Witter, G P, Witter, Carla, Yukimtsu, M T e Gonçalves C L (1992). Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no Brasil: Perspectivas através de textos. In *Conselho Federal de psicologia. Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos Espaços*. 1992. Campinas, Editora Átomo. P.23-46.

Anexo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PEPG/PSO: Núcleo de Estudos em História da Psicologia

Linha de Acervo: A Psicologia em São Paulo

Coleção Sílvia Tatiana Maurer Lane

Datas-limite: 1965-2005

Localização

Os documentos desta Coleção e descritos em Caracterização encontram-se em caixas, a saber: Produção escrita; Produção oral; Correspondência, Atestados, Certificados; Manuscritos, Rascunhos; Outros.

Histórico da Titular

Graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1956), especialização em Psicologia Social pelo Wellesley College (1955), doutorado em Ciências Humanas (Psicologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1972) e pós-doutorado pela École des Hautes Etudes em Sciences Sociales (1984). Pesquisadora do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1956-1960), onde coordenou uma das duas Divisões; do Instituto de Psicologia da PUC-SP (1965-1973); e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP (1972-2005), que coordenou por três gestões (1975-82) e novamente em 1987-1989. Professora de Psicologia Social na PUC-SP desde 1965, é Titular em 1981. Exerceu também funções administrativas: foi diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (1969-70), da Faculdade de Psicologia (1971-1975) e do Centro de Ciências Humanas; e foi Vice-Reitora (1984-1986). Foi ainda vice-presidente da Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC, 1976-1978). Linha de pesquisa registrada na CAPES: "Categorias analíticas da Psicologia Social". Temas principais: Psicologia da Linguagem, Psicologia Social, Psicologia Comunitária; Processo Grupal, Mediação

Emocional. Co-fundadora da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO (1980), que presidiu de 1980 a 1983. Membro do Diretoria da Associação Latinoamericana de Psicologia Social (ALAPSO) como Tesoureira para a Zona Atlântica (1977-1980). Participou de Comitês Editoriais: *Psicologia & Sociedade* (ABRAPSO), *Cultura Psicológica* (UNAM); *Revista Interamericana de Psicologia* (SIP); *Revue Internationale de Psychologie Social* (Paris). Como Professora Visitante, ministrou cursos na Ecoe des Hautes Etudes em Scienes Soiales (Paris) e no Laboratoire de Psychologie Social em Aix-en-Provence (1984); na Universidad Central de Venezuela, (1989). Em 2001 recebeu Prêmio da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) por sua contribuição ao desenvolvimento da Psicologia Latino-Americana.

Bibliografia

Silva, C M M F (2012). Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. PUC-SP.

Sousa, E A (2008). Tese de Doutorado.

Silvia Tatiana Maurer Lane: dissertações e teses orientadas no programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social na PUC SP- uma contribuição aos estudos sobre Psicologia Social no Brasil. Estudos Pós-Graduados de Psicologia da Educação PUC SP.

Lane, S.T.M. (1981). *Memorial*. Apresentado para Concurso: Professora Titular. PUC-SP.

Lane, S.T.M. (2005). *Caminhos percorridos*. Texto inédito apresentado para organização de livro com textos fora de circulação.

Sawaia, B. B. (2002). *Sílvia Lane*. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira. RJ: Imago e CFP.

Histórico da Custódia

Iniciada com a doação, pela família, dos documentos da Titular que estavam arquivados em seus armários e gavetas no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP, esta Coleção inclui, hoje, outros documentos recolhidos a partir de pesquisas realizadas no NEHPSI.

Suporte

Papel, multimeios e três quadros (desenho e aquarelas de autoria da Titular).

Gênero

Textual, audiovisual, iconográfico.

Caracterização

Os itens desta Coleção estão organizados conforme tipo documental (isto é, atividade que os gerou).

Organização

Em andamento.

Instrumentos para pesquisa

Em andamento.

Restrições de acesso:

Não.

Descritores: Sílvia Lane; psicologia social; psicologia latino-americana; psicologia comunitária; psicologia política.

Compiladores

Bruna Borba, Claudio Lira, Juliana Calderazzo e Renato Silva.

Supervisores

Célia Maria Marcondes Ferraz Silva e Maria do Carmo Guedes

Observações

No momento, uma estudante de Iniciação Científica procede à identificação de novos documentos encontrados em mais duas gavetas no PSO/PUC-SP. Em 2012: iniciada pesquisa «Duas paulistas na Ciência Brasileira: Carolina Bori e Silvia Lane», aprovada para três bolsas PIBIC (CNPq /PUC-SP).

Notas

i De 1950 a 1956, a UNE viveu sua fase direitista, comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), que tinha como braço acadêmico a Aliança Libertadora Acadêmica. Em 1954, organiza o "Mês da Reafirmação Democrática", alusivo ao 10º aniversário do assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho e em 1955 realiza a Campanha para a obtenção de empregos públicos. Em 5 de maio de 1956, durante o governo de JK, estudantes realizam campanha contra o aumento da passagem de bondes no Rio de Janeiro, que engorda ao receber apoio de sindicatos operários. É criada, então, a União Operária-Estudantil contra a Carestia. No dia 30, a polícia invade o prédio da UNE em repressão ao movimento. É realizada uma tentativa de invasão ao prédio da Faculdade Nacional de Direito, onde se encontravam abrigadas as lideranças estudantis; sendo esta impedida pelo reitor Pedro Calmon. Após 1956, com o fim da hegemonia da direita na direção da UNE, a entidade realiza campanhas contra multinacionais, como a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava a indústria brasileira de lataria (1957) e a campanha contra as assinaturas pelo Brasil dos Acordos de Roboré, preconizada por Roberto Campos, atendendo aos interesses da multinacional Gulf (1958).

ii De 1950 a 1956, a UNE viveu sua fase direitista, comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), que tinha como braço acadêmico a Aliança Libertadora Acadêmica. Em 1954, organiza o "Mês da Reafirmação Democrática", alusivo ao 10º aniversário do assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho e em 1955 realiza a Campanha para a obtenção de empregos públicos. Em 5 de maio de 1956, durante o governo de JK, estudantes realizam campanha contra o aumento da passagem de bondes no Rio de Janeiro, que engorda ao receber apoio de sindicatos operários. É criada, então, a União Operária-Estudantil contra a Carestia. No dia 30, a polícia invade o prédio da UNE em repressão ao movimento. É realizada uma tentativa de invasão ao prédio da Faculdade Nacional de Direito, onde se encontravam abrigadas as lideranças estudantis; sendo esta impedida pelo reitor Pedro Calmon. Após 1956, com o fim da hegemonia da direita na direção da UNE, a entidade realiza campanhas contra multinacionais, como a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava a indústria brasileira de lataria (1957) e a campanha contra as assinaturas pelo Brasil dos Acordos de Roboré, preconizada por Roberto Campos, atendendo aos interesses da multinacional Gulf (1958).

iii De 1950 a 1956, a UNE viveu sua fase direitista, comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), que tinha como braço acadêmico a Aliança Libertadora Acadêmica. Em 1954, organiza o "Mês da Reafirmação Democrática", alusivo ao 10º aniversário do assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho e em 1955 realiza a Campanha para a obtenção de empregos públicos. Em 5 de maio de 1956, durante o governo de JK, estudantes realizam campanha contra o aumento da passagem de bondes no Rio de Janeiro, que engorda ao receber apoio de sindicatos operários. É criada, então, a União Operária-Estudantil contra a Carestia. No dia 30, a polícia invade o prédio da UNE em repressão ao movimento. É realizada uma tentativa de invasão ao prédio da Faculdade Nacional de Direito, onde se encontravam abrigadas as lideranças estudantis; sendo esta impedida pelo reitor Pedro Calmon. Após 1956, com o fim da hegemonia da direita na direção da UNE, a entidade realiza campanhas contra multinacionais, como a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava a indústria brasileira de lataria (1957) e a campanha contra as assinaturas pelo Brasil dos Acordos de Roboré, preconizada por Roberto Campos, atendendo aos interesses da multinacional Gulf (1958).

iv De 1950 a 1956, a UNE viveu sua fase direitista, comandada por um grupo ligado à União Democrática Nacional (UDN), que tinha como braço acadêmico a Aliança Libertadora Acadêmica. Em 1954, organiza o "Mês da Reafirmação Democrática", alusivo ao 10º aniversário do assassinato do estudante Demócrito de Souza Filho e em 1955 realiza a Campanha para a obtenção de empregos públicos. Em 5 de maio de 1956, durante o governo de JK, estudantes realizam campanha contra o aumento da passagem de bondes no Rio de Janeiro, que engorda ao receber apoio de sindicatos operários. É criada, então, a União Operária-Estudantil contra a Carestia. No dia 30, a polícia invade o prédio da UNE em repressão ao movimento. É realizada uma tentativa de invasão ao prédio da Faculdade Nacional de Direito, onde se encontravam abrigadas as lideranças estudantis; sendo esta impedida pelo reitor Pedro Calmon. Após 1956, com o fim da hegemonia da direita na direção da

UNE, a entidade realiza campanhas contra multinacionais, como a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava a indústria brasileira de laticínios (1957) e a campanha contra as assinaturas pelo Brasil dos Acordos de Roboré, preconizada por Roberto Campos, atendendo aos interesses da multinacional Gulf (1958).

v A Lei nº4119, artigo 19, assegurava o direito de registro de psicólogos a:

- a) portadores de diplomas e certificados de especialistas em Psicologia Educacional e Psicologia Aplicada ao trabalho;
- b) aos funcionários públicos federais efetivos, até então nomeados para cargos sob as denominações de psicólogo, psicologista ou psicotécnico;
- c) às pessoas que tivessem exercido ou viessem exercendo atividades profissionais de psicologia aplicada, por mais de cinco anos, a contar regressivamente da vigência da lei.
- d) aos alunos regularmente matriculados em cursos de especialização em psicologia, nas áreas mencionadas, os quais teriam o prazo de 180 dias, a partir da finalização dos referidos cursos, para requererem seus registros. Rosas, Rosas e Xavier (1988).

vi **O primeiro decreto** "O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e, tendo em vista o disposto no artigo 19, item II, do Ato Complementar no 39, de 20 de dezembro de 1968, resolve APOSENTAR: Nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal, com os vencimentos proporcionais de tempo de serviço, os seguintes servidores:

Abelardo Zaluar	José Leite Lopes
Alberto Coelho de Souza	José de Lima Siqueira
Alberto Latôrrre de Faria	Lincoln Bicalho Roque
Augusto Araújo Lopes Zamith	Manoel Maurício de Albuquerque
Aurélio Augusto Rocha	Maria Célia Pedroso Torres Bandeira
Bolívar Lamounier	Maria Helena Trench Villas Boas
Carlos Alberto Portocarrero de Miranda	Maria Heloisa Villas Boas
Eduardo Moura da Silva Rosa	Maria José de Oliveira
Elisa Esther Frota Pessoa	Maria Laura Mouzinho Leite Lopes
Eulália Marias Lahamayer Lobo	Maria Yedda Leite Linhares
Florestan Fernandes	Marina São Paulo de Vasconcellos
Guy José Paulo de Holanda	Marina Coutinho
Hassim Gabriel Merediff	Mário Antônio Barata
Hélio Marques da Silva	Milton Lessa Bacios
Hugo Weiss	Mirian Limoeiro Cardoso Lins
Ildico Maria Erzsebet	Moema Eulália de Oliveira Toscano
Jaime Tiomno	Plínio Sussekind da Rocha
João Batista Villanova Artigas	Quirino Campofiorito
João Cristovão Cardoso	Roberto Bandeira Accioli
João Luís Dubac Pinaud	Sara de Castro Barbosa
José Américo da Mota Pessanha	Wilson Ferreira Lima

Brasília, 25 de abril de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

1. COSTA E SIL VA.
 2. Luis Antônio da Gama e Silva
 3. Tarso Dutra "
- (Diário Oficial da União, 28 de abril de 1969, pág. 3.598.)

O erro do decreto. O erro flagrante do decreto que aposenta de órgãos federais três professores de uma universidade estadual, parece indicar que esses três nomes foram incluídos para "aproveitar o decreto" e que as informações sobre as quais o presidente deveria estar baseado para tomar decisões tão drásticas eram incompletas ou erradas. A aposentadoria desses três professores provocou o imediato protesto do vice-reitor em exercício, o professor Hélio Lourenço de Oliveira que substituíra o reitor Gama e Silva, então afastado para exercer o cargo de ministro da Justiça. Era de Gama e Silva a assinatura que, junto com a do presidente e do ministro Tarso Dutra, concretizava este ato de arbítrio contra a Universidade.

O protesto do reitor teve resposta imediata. Com data de 29 de abril é publicado no Diário Oficial do dia 30, outro decreto dirigido especialmente contra a USP. Nele se aposentava, ou demitia quando fosse o caso, o reitor e mais 23 professores.

O segundo decreto

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECRETO DE 29 DE ABRIL, DE 1969

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe conferem os §§ 1º e 2º do art. 6º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, resolve

APOSENTAR:

Nos cargos ou funções que ocupam na Universidade de São Paulo com os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, ou rescindir os respectivos contratos, quando for o caso, dos seguintes servidores:

Alberto de Carvalho da Silva	Luiz Hildebrando Pereira da Silva
Bento Prado Almeida Ferraz Júnior	Luiz Rey
Caio Prado Júnior	Mário Schenberg
Elza Salvatori Berquó	Octávio Ianni
Emília Viotti da Costa	Paulo Mendes da Rocha
Fernando Henrique Cardoso	Olga Baeta Heffiques
Hélio Lourenço de Oliveira	Paula Beiguelman
Isaías Raw	Paulo Alpheu Monteiro Duarte
Jeán Claude Bernardet	Paulo Israel Singer
Jon Andoni Vergareche Maitrejean	Pedro Calil Padis
José Arthur Gianotti	Reynaldo Chiaverini
Júlio Puddles	Sebastião Baeta Henriques

Brasília, 29 de abril de 1969; 148º do Independência e 81º do República.

A. COSTA E SILVA Luis Antônio da Gama e Silva Tarso Dutra " (Diário Oficial da União, 30 de abril de 1969, pág. 3.699.)

Mais erros

Novamente se verifica uma grave incorreção no próprio texto do decreto. Dos 24 professores aposentados da USP, seis não eram da instituição.

Caio Prado Júnior não tinha cargo na universidade. Possuía apenas o título de livre-docente, que lhe dava o direito de poder vir a disputar um concurso de cátedra. Júlio Puddles fora demitido em 1964, durante o IPM da Faculdade de Medicina e, embora absolvido de todas as acusações no processo a que respondeu na Justiça Militar não havia sido readmitido. Em situação semelhante estavam Luiz Rey e Reynaldo Chiaverini, este último então simples médico do Hospital das Clínicas. Sebastião Baeta Henriques e sua mulher, Olga Baeta Henriques, eram pesquisadores no Instituto Butantã e não tinham nenhum vínculo com a USP. Finalmente, Pedro Calil Padis era professor de Economia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara – não era, nem nunca tinha sido docente da USP.

vii O rol de recomendações do FMI para o Brasil foi amplamente veiculado na mídia brasileira incluía medidas tais como: desvalorização cambial; corte dos investimentos públicos em infraestrutura e corte do déficit orçamentário do governo, o que na prática significava desemprego na construção civil e corte nos programas sociais; controle dos salários para reduzir a demanda interna gerando excedente exportável; alinhamento de preços internos aos do mercado internacional, provocando carestia e privação; aumento do preço das tarifas públicas para aumentar a arrecadação, o que onerava o frágil poder de compra dos assalariados e, em especial, o dos menos favorecidos. Finalmente, elevação dos impostos internos de todas as naturezas e em especial sobre a renda dos assalariados completava o leque de medidas. Aceitar as condições do FMI era primordial para ter as dívidas escalonadas pelos bancos credores, mas, era um remédio amargo demais para o povo brasileiro e, por essa razão, o debate em torno da necessidade e da propriedade de recorrer ao FMI era intenso.

viii O rol de recomendações do FMI para o Brasil foi amplamente veiculado na mídia brasileira incluía medidas tais como: desvalorização cambial; corte dos investimentos públicos em infraestrutura e corte do déficit orçamentário do governo, o que na prática significava desemprego na construção civil

e corte nos programas sociais; controle dos salários para reduzir a demanda interna gerando excedente exportável; alinhamento de preços internos aos do mercado internacional, provocando carestia e privação; aumento do preço das tarifas públicas para aumentar a arrecadação, o que onerava o frágil poder de compra dos assalariados e, em especial, o dos menos favorecidos. Finalmente, elevação dos impostos internos de todas as naturezas e em especial sobre a renda dos assalariados completava o leque de medidas. Aceitar as condições do FMI era primordial para ter as dívidas escalonadas pelos bancos credores, mas, era um remédio amargo demais para o povo brasileiro e, por essa razão, o debate em torno da necessidade e da propriedade de recorrer ao FMI era intenso.

ix Eram nove as faculdades agregadas a saber: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, a Faculdade Nossa Senhora da Conceição da Arquidiocese de São Paulo, a Faculdade de Medicina de Sorocaba, a Escola de Enfermagem Coração de Maria, a Escola de Serviço Social, a Faculdade de Jornalismo *Cásper Líbero*, a Faculdade Paulista de Serviço Social e a Escola Superior de Administração e Negócios. Todas eram administradas por mantenedoras próprias que não possuíam relações com a Fundação São Paulo. O desejo de reforma vinha da Igreja que considerava importante que a universidade assumisse seu papel na sociedade com base nas ideias de Buga, mas com essa estrutura se tornava quase impossível. Era preciso, em primeiro lugar, realizar uma reestruturação para depois reformar os princípios de atuação junto à sociedade. O total de alunos das integradas era de 4145 e das agregadas perfazia 7299 alunos. (Nagamine, 1997)